

O julgamento da ovelha

Um cachorro de maus bofes acusou uma pobre ovelhinha de lhe haver furtado um osso.

_ Para que furtaria eu esse osso - alegou ela - se sou herbívora e um osso para mim vale tanto quanto um pedaço de pau?

_ Não quero saber de nada. Você furtou o osso e vou já levá-la aos tribunais.

E assim fez.

Queixou-se ao gavião penacho e pediu-lhe justiça. O gavião reuniu o tribunal para julgar a causa, sorteando para isso doze urubus de papo vazio.

Comparece a ovelha. Fala. Defende-se de forma cabal, com razões muito irmãs das do cordeirinho que o lobo em tempos comeu.

Mas o júri, composto de carnívoros gulosos, não quis saber de nada e deu a sentença:

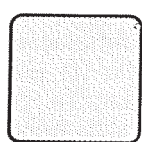
_ Ou entrega o osso já e já, ou condenamos você à morte!

A ré tremeu: não havia escapatória!... Osso não tinha e não podia, portanto, restituir: mas tinha a vida e ia entregá-la em pagamento do que não furtara.

Assim aconteceu. O cachorro sangrou-a, espostejou-a, reservou para si um quarto e dividiu o restante com os juízes famintos, a título de custas...

Fiar-se na justiça dos poderosos que tolice!... A justiça deles não vacila em tomar do branco e solenemente decretar que é preto.

Monteiro Lobato
"Fábulas - Histórias Diversas"
Editora Brasiliense



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 1994

É uma responsabilidade do Secretariado Nacional da CPT

Rua 19, n.35 - Centro
Caixa Postal 749
74001-970 - Goiânia-GO-Brasil
Telefone: (062) 224 4436
Telefax: (062) 225 4967

A Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à Linha 6 Pastoral Social - da CNBB. Tem como objetivos:

- I - Viver na solidariedade e com criatividade o serviço pastoral de nossas Igrejas aos pobres da terra, para que a possuam em paz e com seus frutos.
- II - Promover e valorizar o direito à plena cidadania dos socialmente excluídos e o reconhecimento do seu direito à diferença.
- III - Acolher o grito novo de esperança do povo e celebrar em comunidade a fé no Deus da Terra e da Vida

A CPT é membro da **Pax Christi Internacional** e da **Right Livelihood Foundation**

Goiânia, abril de 1995

Organização:

Maria Cristina Vannucchi Leme

Setor de Documentação:

Divina Maria Carlos
Lourdes Toscan
Maria Cristina Vannucchi Leme
Maria da Glória Gonçalves Dias
Maria Joana de Araújo Poletto

Apoio técnico:

Franciney Carreiro de França

Revisão:

Inez Ethne Gontijo Neiva, Malu Maranhão e
Setor de Documentação

Projeto Gráfico:

Marcos Amaral Lotufo

Foto da capa:

Ronaldo Bernardi

pagamento de dívidas ou anistia, bloqueio de estradas e agências bancárias, e sempre que há confronto e tensão com a polícia e latifundiários. Tendo sempre o cuidado de discernir as manifestações organizadas por STRs e trabalhadores, das patrocinadas pelas federações patronais.

Ações contra trabalhadores que não tenham claramente a conotação de conflitos fundiários e trabalhistas, além das demais questões mencionadas (sindical, seca, política agrícola), não são contabilizadas.

Em alguns casos, divulgamos vítimas não identificadas, desde que com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada.

Apesar das dificuldades em sistematizar dados tão esparsos e tratados pela imprensa nacional sem o rigor que merecem, *os casos aqui relatados podem ser comprovados nas fontes.*

Aproveitamos para solicitar às pessoas, sindicatos e entidades que dispuserem de mais dados, que nos comuniquem, a fim de que possamos tornar este registro o mais próximo possível da realidade, ou corrigir informações imprecisas.

Critérios para caracterização de Trabalho Escravo

O elemento essencial e central é a **sujeição do trabalhador**. Esta sujeição tanto pode ser física como psicológica.

Meios de atingir a sujeição: a dívida crescente e impagável tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo. Ela começa com a contratação pelo “gato”, que paga a dívida do trabalhador na pensão e deixa um adiantamento para a sua família. A dívida aumenta durante a travessia até o local de trabalho, uma vez que o “gato” paga a condução e a alimentação durante os dias de viagem. Ao chegar, o peão é obrigado a comprar seus instrumentos de trabalho. No estabelecimento, quase sempre, vigora o “sistema de barracão”: obrigatoriamente o peão tem que comprar alimentos e objetos no armazém da empresa, onde vigoram preços exorbitantes. Não recebe em espécie, mas em vales a serem descontados no armazém. A quebra da palavra com referência ao valor da remuneração e das condições de trabalho combinados no ato da contratação (quase sempre verbal) eleva consideravelmente a dívida inicial em termos de horas a trabalhar.

A situação acima descrita já caracteriza suficientemente o trabalho escravo. Porém, existem situações agudas, onde se verifica a presença de pistoleiros ou vigias armados que impedem a saída ou mesmo a fuga dos trabalhadores nos estabelecimentos. Há ainda maus tratos, ameaças implícitas ou veladas, jornadas excessivas de trabalho, alimentação de péssima qualidade e insuficiente para repor as energias de um trabalhador adulto. É comum ocorrer a falta de assistência médica (chegando ao cúmulo de terem que trabalhar doente), o isolamento do local de trabalho e a apreensão de documentos pessoais.

Nossos critérios de trabalho

Os dados que ora apresentamos são obtidos em jornais de circulação nacional, boletins e publicações de entidades, sindicatos e Igrejas, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrências, além das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional, em Goiânia.

Nosso objeto de documentação e análise são os conflitos e questões que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório *se tiverem algum desdobramento durante o ano estudado*. Explica-se, assim, porque o número de conflitos, famílias envolvidas, hectares conflitivos é tão flutuante. Exemplo: o conflito de determinada fazenda acaba, teoricamente, com o assentamento. Mas, se passados dois anos, os trabalhadores ocupam órgãos públicos, exigindo assistência do governo para a infraestrutura do assentamento (estrada, escola, sementes, alimentação, ajuda de custo, etc), constatamos que, na verdade, esse conflito não está encerrado, e mediante essas ocorrências, o conflito volta a figurar nas tabelas. *Isso só é possível em relação a ocorrências documentadas com fontes*. Outra ressalva precisa ser feita: o número de hectares e de famílias envolvidas em conflitos possessórios e trabalhistas (assim como o número de pessoas assassinadas ou torturadas, presas ou ameaçadas de morte) não traduz as dimensões reais da tragédia. Trabalhando com números e estatísticas, temos sempre a impressão de que estes diminuem e pasteurizam o drama das famílias camponesas.

Às vezes os números fornecidos pelos jornais não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT. Nesses casos, levamos em conta, em primeiro lugar, os números que são fornecidos pelos nossos Regionais, porque acreditamos no acompanhamento direto das CPTs junto aos trabalhadores rurais. E, persistindo as dúvidas, sempre divulgamos o menor número, em detrimento do maior. Isso porque não aceitamos participar da gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível.

Nesse relatório tratamos de dois grandes ramos de conflitos: os de terra (ou possessórios) e os trabalhistas.

1. Por conflitos de terra entendemos:

- a) possessórios (posse, uso e propriedade da terra);
- b) de renda ou foro;
- c) de parceria;
- d) de meações
- e) construção de barragens (alagamento das terras camponesas, indenizações injustas, não reassentamento, etc);
- f) nas atividades extrativistas como em seringais

e castanhais (seringueiros X fazendeiros/seringalistas; "empate" do desmatamento que põe em risco a atividade do seringueiro);

g) de ribeirinhos;

h) dívidas bancárias que ponham em risco a propriedade camponesa;

Nem sempre vamos encontrar conflitos "clássicos" de grandes proprietários contra posseiros. Também levamos em conta conflitos entre iguais, ou seja, de pequenos contra pequenos, às vezes até com mortes. A causa desses conflitos é também uma questão de terra, de ausência (ou urgência) de reforma agrária.

2. Conflitos trabalhistas são aqueles que dizem respeito à relação de trabalho patrão X empregado (por exemplo, que desrespeitam as normas estabelecidas pela CLT), ocorrência de trabalho escravo, não pagamento dos salários, regime de "barracão", greves em usinas e plantações, etc.

Os acidentes trabalhistas são acompanhados, na medida de sua divulgação, por entendermos que, pela sua repetição, deixam de ser meros acidentes para se tornarem uma prática criminosa que tem caracterizado a exploração da mão de obra rural, mesmo nas regiões do país onde o capitalismo é mais avançado. São exemplos os acidentes com caminhões de bóias-frias, envenenamento por agrotóxicos, mutilações no trabalho com a juta, sisal e a cana, desmoronamento de garimpos, acidentes durante o desmatamento, etc.

Além desses dois tipos principais, consideramos as questões sindicais que se referem a fraudes nas eleições, intervenção policial ou do Ministério do Trabalho, intromissão de políticos e fazendeiros em Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

As questões de seca - melhor seria denominá-las de "cerca" - dizem respeito sobretudo aos saques, ao não pagamento nas frentes de emergência ou às reivindicações dos trabalhadores nelas inscritos ou, ainda, qualquer manifestação devido às conseqüências da seca.

As questões de garimpos, pela proporção que assumiram, funcionaram como válvula de escape aos problemas de terra no Brasil. No final dos anos 80 aumentou, de forma espantosa, o número de camponeses-garimpeiros e a situação a que estavam submetidos tornava-os iminentemente explosivos. No entanto, os dados publicados nos grandes jornais são inexatos e não revelam esta realidade. Nesta publicação, figura apenas um caso de garimpo.

Os casos referentes à política agrícola são ainda poucos e se configuram em manifestações de trabalhadores por créditos, maiores prazos para o

Comissão Pastoral da Terra

É um serviço cristão à causa dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil. A realidade e os anseios dos mesmos definem a missão e as tarefas da CPT.

A CPT colabora diretamente com as iniciativas das Igrejas cristãs - de modo especial a Igreja Católica e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sendo reconhecida e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, atua em conjunto com muitas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base. Assessora sindicatos, associações de produtores, movimentos sociais e outras iniciativas populares.

Enquanto comissão de serviço, anima outras entidades a assumir a caminhada do campo, prestando-lhes assessoria pastoral, teológica, metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica. O ponto de partida de nossa ação é a experiência dos camponeses e trabalhadores rurais, sua cultura, sua fé e sua capacidade de assumir sua própria história.

A CPT procura unir o conhecimento popular e a análise científica da realidade. Mantém um Banco de Dados sobre os conflitos que ocorrem no campo. Recorre a especialistas para atualizar a sua análise. Informa permanentemente a sociedade brasileira e no exterior sobre a situação do campo. Fortalece a solidariedade nacional e internacional na busca de justiça e fraternidade.

A CPT atua em todo o Brasil por meio de seus 21 Regionais, equipes diocesanas e locais. Atua por meio de equipes liberadas e pessoas voluntárias.

A CPT acompanha esses homens e mulheres do campo de variadas formas: ajuda em sua organização; colabora em sua formação; denuncia, com eles, a violência e a injustiça; assessoria juridicamente; celebra, na fé, suas iniciativas, vitórias e fracassos.

Na Amazônia, apóia iniciativas dos Povos da Floresta (seringueiros, ribeirinhos) e defende os direitos de posseiros e dos colonos vindos do sul, na busca da sobrevivência frente aos grandes projetos e ao descaso do governo. No Nordeste, acompanha as vítimas da seca e da violenta concentração da terra e da água. No Sul e Centro, acompanha os pequenos agricultores e os excluídos da terra. Onde a modernização produz o assalariado ou a escravidão, a CPT procura estar presente. Mesmo em condições angustiantes, sob a ameaça da violência e da morte, os membros da CPT, muitas vezes, arriscam a vida, confortando, denunciando, organizando, na busca de um processo de libertação.

Para mais informações, procure a CPT de seu Estado ou escreva para:

Comissão Pastoral da Terra
Rua 19, Nº 35, Centro
Caixa Postal 749
74001-970 - Goiânia - GO - Brasil
Fone: (062) 224 4436
FAX: (062) 225-4967
Email: cptnac@ax.apc.org

**CPT - MARANHÃO**

Cx. P. 351 - CEP 65001-970

SÃO LUÍS-MA

TEL/FAX: 098-222.4243

ALTERNEX: cptma

CPT - MATO GROSSO

RUA AMAMBAI, 160 - CEP 78048-460

Cx. P. 951

CUIABÁ-MT

TEL: 065-621.3068

FAX: 065-621.2942

CPT - MATO GROSSO DO SUL

RUA NICOLAU FRAGELI, 71

CEP 79008-570

BAIRRO AMAMBAÍ

Cx. P. 2217 - CEP 79008-970

CAMPO GRANDE-MS

TEL/FAX: 067-724.7729

CPT - MINAS GERAIS

RUA EURITA, 516

BAIRRO SANTA TEREZA

31010-210 - BELO HORIZONTE-MG

TEL: 031-467.4311

FAX: 031-467.4478

ALTERNEX: cptmg

CPT - NORDESTE

RUA GERVÁSIO PIRES, 435

50050-070

BOA VISTA

RECIFE-PE

TEL: 081-231.4445

FAX: 081-222.2943

CPT - PARÁ

RUA BARÃO DO TRIUNFO, 3151

CEP 66093-050

VILA MARÇO

Cx. P. 9503 - CEP 66053-970

BELÉM-PA

TEL: 091-226.5258

FAX: 091-226.6491

ALTERNEX: cptpa

CPT - PARAÍBA

RUA GENERAL OSÓRIO S/N

CEP.: 58.010-780

JOÃO PESSOA -PB

TEL: 083-221.6115

CPT - PARANÁ

RUA PAULA GOMES, 703, 1o ANDAR

80510-070

CURITIBA-PR

TEL/FAX: 041-2247433

ALTERNEX: cptpr

CPT - PIAUÍ

R FIRMINO PIRES, 379-SLS 302/322

CEP 64001-070

CX. P. 458 - CEP 64001-970

TERESINA-PI

TEL: 086-222.4555

CPT - RIO DE JANEIRO

RUA JOAQUIM SILVA, 56 - CEP 20241-110

8o. ANDAR, CENTRO

CX. P. 1243 - CEP 2001-970

RIO DE JANEIRO-RJ

TEL: 021-232.0495

FAX: 021-221.4109

CPT - RIO MARIA

CX. P. 07

68530-000 - RIO MARIA-PA

TEL: 091-428.1473

FAX: 091-428.1318

CPT - RIO GRANDE DO SUL

RUA JOSÉ MARIA DE CARVALHO, 221

CEP 91360-000

VILA IPIRANGA

PORTO ALEGRE-RS

TEL/FAX: 051-344.4415

ALTERNEX: cptrs

CPT - RONDÔNIA

RUA GONÇALVES DIAS, 288

CEP 578900-650

CX. P. 1051 - CEP 78900-970

PORTO VELHO-RO

TEL: 069-221.2001

FAX: 069-223.1135

ALTERNEX: cptro

CPT - SANTA CATARINA

R. DEPUTADO ANTÔNIO EDU VIEIRA, 1524

PANTANAL

88040-001 - FLORIANÓPOLIS-SC

TEL/FAX: 0482-234.4766

CPT - SÃO PAULO

RUA MINISTRO GODOY, 1484

PERDIZES

05015-001 SÃO PAULO-SP

TEL: 011-864.1318

FAX: 011-871.4612

CPT - RORAIMA

CX. P. 333

69.301-971 - BOA VISTA -RR

TEL: 095-224.3741

CPT no Brasil

SECRETARIADO NACIONAL

RUA 19, Nº. 35, 1º ANDAR,
CENTRO
CX. P. 749
CEP.:74001-970
GOIÂNIA-GO
TEL: 062-224.4436
FAX: 062-225.4967
ALTERNEX: cptnac

CPT - ACRE

CX. P. 522
CEP.:69908-970
RIO BRANCO-AC
TEL/FAX: 068-223.2193
ALTERNEX: cptac

CPT - AMAPÁ

CX.P. 12
CEP.:68906-970
MACAPÁ-AP
TEL: 096-223.2539
FAX: 096-222.3997

CPT - AMAZONAS

RUA TAPAJÓS, 54
CEP.:69025-140
CX. P. 369 - CEP 69011-970
MANAUS-AM
TEL/FAX: 092-233.0322

CPT - ARAGUAIA/TOCANTINS

RUA 7 DE SETEMBRO, 800
CX. P. 105
77600-000 - PARAISO-TO
TEL/FAX: 063-861-1110
ALTERNEX: cptartoc

CPT - BAHIA

RUA GENERAL LABATUT, 78
CEP 40070-100
BARRIS
SALVADOR-BA
TEL: 071-321.4672
FAX: 071-321.4683

CPT - CEARÁ

R. MONS. OTÁVIO DE CASTRO, 150
CEP 60050-150
FÁTIMA
CX. P. 171 - CEP 60001-970
FORTALEZA-CE
TEL/FAX: 085-226.1413

CPT - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

CX.P. 21
68540-000 - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA
TEL: 091-421.1698
FAX: 091-421.1586

CPT - ESPÍRITO SANTO

CX. P. 165
29930-000 - SÃO MATEUS-ES
TEL/FAX: 027-763.3505

CPT - GOIÁS

RUA 19, Nº. 35, 1º ANDAR,
CEP 74030-090
CENTRO
CX. P. 749 - CEP 74001-970
GOIÂNIA-GO
TEL: 062-223.5724
FAX: 062-225.4967



Jornal de Opinião - Belo Horizonte - MG

Jornal de Santa Catarina - Florianópolis - SC

Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ

Jornal do Comércio - Recife - PE

Jornal do Dia - Cuiabá - MT

Jornal do Diap - Brasília - DF

Jornal do Estado - Curitiba - PR

Jornal dos Direitos Humanos - São Paulo - SP

Jornal dos Mov. Populares - Campo Grande - MS

Jornal dos Trab. Sem Terra - São Paulo - SP

Jornal Indústria e Comércio - Curitiba - PR

Mira Mirá - Manaus - AM

Mundo Jovem - Porto Alegre - RS

Mutirão da Vida - João Pessoa - PB

Notícias da Terra - CPT - Goiânia - GO

O Combate - João Pessoa - PB

O Debate - São Luís - MA

O Dia - Rio de Janeiro - RJ

O Dia - Teresina - PI

O Estado - Florianópolis - SC

O Estado - Teresina - PI

O Estado de Minas - Belo Horizonte - MG

O Estado de São Paulo - São Paulo - SP

O Estado do Mato Grosso - Cuiabá - MT

O Estado do Norte - Porto Velho - RO

O Estado do Paraná - Curitiba - PR

O Estado do Tocantins - Palmas - TO

O Globo - Rio de Janeiro - RJ

O Guaporé - RO

O Imparcial - São Luís - MA

O Lavrador - CPT - Teresina - PI

O Liberal - Belém - PA

O Migrante - Ji-Paraná - RO

O Momento - João Pessoa - PB

O Norte - João Pessoa - PB

O Norte - Montes Claros - MG

O Paraná - Cascavel - PR

O Pequeno - São Luís - MA

O Plantador - CPT - Goiânia - GO

O Popular - Goiânia - GO

O Pote-CPT - Paraíso - TO

O Povo - Fortaleza - CE

O Rio Branco - Rio Branco - AC

O Roceiro - Crateús - CE

O São Paulo - São Paulo - SP

O Trabalhador Rural (Contag) Brasília - DF

Pelejando - Belo Horizonte - MG

Políticas Governamentais - Rio de Janeiro - RJ

Porantim (Cimi) - Brasília - DF

Povo da Terra - Macapá - AP

Publicações da Pastoral do Migrante

Quinzena (CPV) - São Paulo - SP

Sem Fronteiras - São Paulo - SP

Sinais dos Tempos - Imperatriz - MA

Solidariedade - Sorocaba - SP

Tempo e Presença - São Paulo - SP

Tempos Novos-CPT - São Luís - MA

Tribuna da Bahia - Salvador - BA

Tribuna de Minas - Belo Horizonte - MG

Tupari (GTME) - Porto Velho - RO

Última Hora - Rio de Janeiro - RJ

Vai e Vem - São Paulo - SP

Veja - São Paulo - SP

Zero Hora - Porto Alegre - RS

Fontes de pesquisa 1994

- | | |
|--|---|
| A Crítica - Manaus - AM | Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT |
| A Crítica - Campo Grande - MS | Diário de Minas - Belo Horizonte - MG |
| A Gazeta - Rio Branco - AC | Diário de Natal - Natal - RN |
| A Gazeta - Vitória - ES | Diário de Pernambuco - Recife - PE |
| A Notícia - Florianópolis - SC | Diário de Roraima - RR |
| A Província do Pará - Belém - PA | Diário do Nordeste - Fortaleza - CE |
| A Tarde - Salvador - BA | Diário do Pará - Belém - PA |
| A Tribuna - Porto Velho - RO | Diário do Povo - Teresina - PI |
| A Tribuna - Vitória - ES | Diocese de Barra - BA |
| Aconteceu - CEDI - RJ | Diocese de Itabuna - BA |
| AGEN-Fax - São Paulo - SP | Diocese de Lins - SP |
| Alto Madeira - Porto Velho - RO | Disparada - Natal - RN |
| Alvorada - São Félix do Araguaia - MT | Encontro com as Comunidades - Propriá - SE |
| Anistia Internacional - Londres - Inglaterra | Folha de Boa Vista - RR |
| Anunciando e Defendendo - Ji-Paraná - RO | Folha de Londrina - Londrina - PR |
| Aroeira-CPT - Cuiabá - MT | Folha de São Paulo - São Paulo - SP |
| Boletim CIMI Sul | Folha do Norte - Manaus - AM |
| Boletim da CPT Nacional - Goiânia - GO | Folha do Paraná - Curitiba - PR |
| Boletim da CPT-AL - Maceió - AL | Folha do Pernambuco - Recife - PE |
| Boletim da CPT-ES - Vitória - ES | Gazeta de Alagoas - Maceió - AL |
| Boletim da CPT-MS - Campo Grande - MS | Gazeta de Limeira - Limeira - SP |
| Boletim da CPT-SP - São Paulo - SP | Gazeta Mercantil - São Paulo - SP |
| Boletim Informativo do DNTR - CUT | Grito do Nordeste - Recife - PE |
| Boletim Nacional da PO - Duque de Caxias - RJ | História do Chão-CPT - Fortaleza - CE |
| Boletim Solidariedade - Porto Feliz - SP | Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG |
| Caminhada - Goiás - GO | Inf. parlamentares estaduais e federais |
| Caminhar Juntos - Juazeiro - BA | Inf. Jurídico Com. Pró-Índio - São Paulo - SP |
| CDDH - CNBB - Norte I - Manaus - AM | Informação - IECLB - Porto Alegre - RS |
| Cheiro de Terra-CPT - Florianópolis - SC | Informativo - Inesc - Brasília - DF |
| CNBB - Boletim e Informes - Brasília - DF | Informativo das Federações dos Trabalhadores Rurais |
| Correio Braziliense - Brasília - DF | Informativos Rio Maria - Rio Maria - PA |
| Correio da Bahia - Salvador - BA | Isto É - São Paulo - SP |
| Correio da Manhã - Manaus - AM | Jornal Bahia Hoje - Salvador - BA |
| Correio da Paraíba - João Pessoa - PB | Jornal da Bahia - Salvador - BA |
| Correio de Notícias - Curitiba - PR | Jornal da Cidade - Campo Grande - MS |
| Correio do Estado - Campo Grande - MS | Jornal da Manhã - Campo Grande - MS |
| Correio do Povo - Porto Alegre - RS | Jornal da Manhã - Teresina - PI |
| Correio Popular - Recife - PE | Jornal da Tarde - São Paulo - SP |
| Declarações e Informes dos 20 Regionais da CPT | Jornal de Alagoas - Maceió - AL |
| Depoimentos pessoais de camponeses e peões | Jornal de Brasília - Brasília - DF |
| Diário Catarinense - Florianópolis - SC | Jornal de Hoje - São Luís - MA |
| Diário da Manhã - Goiânia - GO | Jornal de Limeira - Limeira - SP |
| Diário da Serra - Campo Grande - MS | Jornal de Minas - Belo Horizonte - MG |
| Diário da Tarde - Vitória - ES | |

203	TO	24/01/94	OSVALDO DUARTE DA SILVA	POSSEIRO	MAGALHÃES	PM
204	TO	25/01/94	DELZI OLIVEIRA	OUTROS	COUTO DE MAGALHÃES	POLICIAL CIVIL PAULO GALINHA E CIDIMAR
205	TO	17/06/94	MANOEL	POSSEIRO	MOSQUITO/DARCINÓ	PISTOLEIROS
207	TO	10/08/94	2 VALDIR E EDIVALDO	POSSEIROS	POLIS	
208	TO	07/06/94	ALTINO RODRIGUES E FAMÍLIA	POSSEIRO	MOSQUITO/DARCINÓ	
209	TO	29/08/94	JOÃO PEREIRA SOUZA E FAMÍLIA	POSSEIRO	DIANÓPOLIS	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO MARCELO IZO E MARCELO IZO JUNIOR
210	TO	22/11/94	JOÃO MARTINS DE SOUSA	DIRIGENTE SINDICAL	DIANÓPOLIS	FAZENDEIRO MARCELO IZO E MARCELO IZO JUNIOR/9 PISTOLEIROS
211	TO	22/11/94	ANTÔNIO DE PAULA	POSSEIRO	STA MARIA DO TOCANTINS	PISTOLEIRO ALBINO
212	TO	22/11/94	RAIMUNDO MARTINS DE SOUSA	POSSEIRO	STA MARIA DO TOCANTINS	PISTOLEIRO ALBINO

Legenda:

+ pessoa depois assassinada

* pessoa que sofreu mais de uma ameaça

Fonte: Setor de documentação da CPT Nacional

183	PI	/06/94	PE. JOÃO PAULO CARVALHO	PADRE			ASSUNÇÃO DO PIAUI	ARAÚJO LINHARES FAZENDEIRO JOSÉ VALDIR COUTINHO
184	PI	31/07/94	ANTÔNIA SALVIANA E FAMÍLIA	POSSEIRA			ASSUNÇÃO DO PIAUI	FAZENDEIRO JOSÉ VALDIR COUTINHO
185	PI	31/07/94	TERESA JESUS SOUZA SANTOS	POSSEIRA			BARRAS	FAZENDEIRO PEDRO PEREIRA VERAS
186	PI	31/07/94	MIGUEL DE SOUZA SILVA	POSSEIRO			BARRAS	FAZENDEIRO PEDRO PEREIRA VERAS
187	PI	31/07/94	ADONIAS GONÇALVES CARVALHO	POSSEIRO			BARRAS	FAZENDEIRO PEDRO PEREIRA VERAS
188	PR	25/01/94	PADRE EDSON DUPSK*	PADRE			PINHÃO	PISTOLEIROS DA MADEIREIRA ZATTAR
189	PR	25/01/94	JOSIAS LECH*	TÉCNICO			PINHÃO	PISTOLEIROS DA MADEIREIRA ZATTAR
190	PR	25/01/94	JORGE OLIVEIRA	POSSEIRO			PINHÃO	PISTOLEIROS DA MADEIREIRA ZATTAR
191	PR	25/01/94	NILSON KAMPF	POSSEIRO			PINHÃO	PISTOLEIROS DA MADEIREIRA ZATTAR
192	PR	17/06/94	ANTÔNIO DOS SANTOS NATAL	POSSEIRO			BARRACÃO	30 PM/20 PISTOLEIROS/DELEGADO ALÍCIO SCHENKEL/2 OFICIAIS DE JUSTIÇA
193	PR	06/04/94	DOM JAIME LUIZ COELHO	BISPO			PARANAPOEMA	PISTOLEIROS
194	PR	18/04/94	JOSÉ RAINHA JÚNIOR*	DIRIGENTE MST			PARANAPOEMA	PISTOLEIROS
195	PR	26/05/94	PADRE LEO GERSON FRANÇA	PADRE			PARANAPOEMA	
196	RO	27/11/94	PADRE AFONSO DAS CHAGAS	PADRE			CAMPO NOVO	FAZENDEIROS CARLINHOS DA DALAN/JUCA PEDRO/ÉLCIO
197	SE	10/06/94	ERIVALDO GOMES DE SOUZA	POSSEIRO			PORTO DA FOLHA	FAZENDEIRO PAULO ERPÍDIO/PISTOLEIROS
198	SE	10/06/94	ANTÔNIO MARQUES DE SOUZA	POSSEIRO			PORTO DA FOLHA	FAZENDEIRO PAULO ERPÍDIO/PISTOLEIROS
199	SE	10/06/94	JOSÉ PAULO RODRIGUES COUTO	POSSEIRO			PORTO DA FOLHA	FAZENDEIRO PAULO ERPÍDIO/PISTOLEIROS
200	SE	10/06/94	JOÃO RODRIGUES COUTO	POSSEIRO			PORTO DA FOLHA	FAZENDEIRO PAULO ERPÍDIO/PISTOLEIROS
201	TO	21/06/94	GENÉSIO BERNARDO SILVA	POSSEIRO			PIRAQUÊ	FAZENDEIRO ROBERTO FERNANDES DE OLIVEIRA/TENENTE CARLOS/PM
202	TO	23/01/94	NEGUINHO, 17 ANOS	POSSEIRO			COUTO DE	PM



157	PB	27/08/94	BIU MOURA E FAMÍLIA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	12 PÍSTOLEIROS
158	PB	28/11/94	PEDRO ANTÔNIO DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	
159	PB	28/11/94	ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	
160	PB	28/11/94	JOSÉ MANOEL DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	
161	PB	28/11/94	MANOEL ADEMAR DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	
162	PB	28/11/94	MANOEL JOSÉ DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	
163	PB	/11/94	PAULO	POSSEIRO	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO COUTINHO
164	PB	/11/94	MANOEL VIEIRA	POSSEIRO	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO JOSÉ FERNANDES RIBEIRO COUTINHO
165	PE	25/07/94	IVALDO SEVERINO DA SILVA+	DELEGADO SINDICAL	IPOJUCA	CAPATAZ JOSÉ PAULINO/JONAS JOSÉ SANTOS/JOÃO BATISTA DOS SANTOS
166	PI	11/01/94	LUÍS BALBINO	DIRIG. SINDICAL -CUT	BARRAS	
167	PI	11/01/94	DÉCIO SOLANO NOGUEIRA	CPT	BARRAS	
168	PI	11/01/94	ADONIAS HIGINO	VICE-PRESID. FETAG-PI	BARRAS	
169	PI	11/01/94	ANTÔNIO CARVALHO	PRESIDENTE STR	BARRAS	
175	PI	15/01/94	6 POSSEIROS DA FAZ.MARRECCAS	POSSEIROS	BARRAS	FAZENDEIRO LOURIVAL COELHO LAGES
176	PI	18/05/94	ANTÔNIO COSME SOBRINHO	POSSEIRO	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
177	PI	18/05/94	VALDEMAR	POSSEIRO	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
178	PI	18/05/94	ANTÔNIO PAULINO MORAIS	POSSEIRO	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
179	PI	18/05/94	BERNARDO CIRQUEIRA	PRESIDENTE STR	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
180	PI	18/05/94	JOSÉ ARIMATEIA DANTAS	ADVOGADO	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
181	PI	19/11/94	ANTÔNIO DUCA	AGENTE PASTORAL	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
182	PI	09/12/94	PE. LADISLAU JOÃO DA SILVA	PADRE	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO

132	PA	26/10/94	ARCELINO LIMA SOUZA	LÍDER COMUNITÁRIO	REPARTIMENTO	ANTÔNIO NEGUIM E PISTOLEIROS
133	PA	/12/94	DIONEIDE DOS SANTOS	POSSEIRA	REPARTIMENTO	
134	PA	/12/94	DEZINHO DOS SANTOS	POSSEIRO	REPARTIMENTO	
135	PA	16/07/94	GILBERTO RODRIGUES SILVA	PEÃO	SANTANA DO ARAGUAIA	GATOS FRANCISCO ANDRADE CHAGAS (CHICÓ)/BONFIM
136	PA	15/09/94	BRASILIANO DE JESUS BARROS	PEÃO	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PISTOLEIRO JOÃO NETO
137	PA	15/09/94	ÉLIO	PEÃO	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PISTOLEIRO JOÃO NETO
138	PA	02/04/94	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	PEÃO	SÃO FÉLIX DO XINGU	GATO PEDRO
139	PA	23/05/94	DANIEL DOS SANTOS	POSSEIRO	BELÉM	FAZENDEIRO LÉLIO ASSIS ALMEIDA
140	PA	23/05/94	MARTINHO DOMIENSE	POSSEIRO	BELÉM	FAZENDEIRO LÉLIO ASSIS ALMEIDA
141	PA	30/12/94	MANUEL MARQUES RODRIGUES	PEÃO	CAPITÃO POÇO	GATO LORIVALDO ALVES GOTIJO
142	PB	26/10/94	JOSEFINA MARTINS	POSSEIRA	MAMANGUAPE	FAZENDEIRO CLÁUDIO PEDROZA CUNHA/PM/OFFICIAL DE JUSTIÇA
146	PB	12/12/94	4 SEM TERRA DE BARRA DE CIMA	SEM TERRA	PITIMBU	POLÍCIA MILITAR
147	PB	15/04/94	PEDRO MANOEL DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	7 PM/PISTOLEIROS /PROPRIETÁRIOS
148	PB	07/07/94	JOSÉ MANOEL DA SILVA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	POLÍCIA MILITAR/PISTOLEIRO CHICO ELIAS/PISTOLEIROS
150	PB	07/07/94	2 POSSEIROS DA ENGENHO NOVO	POSSEIROS	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	POLÍCIA MILITAR/PISTOLEIRO CHICO ELIAS/PISTOLEIROS
151	PB	04/08/94	ANTÔNIO TARGINO	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	7 PISTOLEIROS (UMA MULHER)
152	PB	06/08/94	JOSÉ MAXIMILIANO PEREIRA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	7 PISTOLEIROS (UMA MULHER)
153	PB	06/08/94	SEVERINO MAXIMILIANO PEREIRA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	7 PISTOLEIROS (UMA MULHER)
154	PB	06/08/94	JOSÉ FERNANDES DA SILVA*	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	7 PISTOLEIROS (UMA MULHER)
155	PB	13/08/94	SEVERINO SILVA E FAMÍLIA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	PISTOLEIROS
156	PB	27/08/94	PEDRO SILVA E FAMÍLIA	POSSEIRO	SÃO MIGUEL DO TAIPÚ	12 PISTOLEIROS



117	PA	08/07/94	FRANCISCO ALVES PEREIRA	COMERCIANTE	XINGUARA	
118	PA	28/09/94	JOSÉ BATISTA GONÇALVES	IGREJA CATÓLICA	XINGUARA	
119	PA	31/01/94	ANTÔNIO TELES SARAIVA**	PRESIDENTE STR	ELDORADO DO CARAJÁS	PISTOLEIROS DO GRUPO DE ANTÔNIO BALTÁZAR
120	PA	02/10/94	MANOEL NASCIMENTO	POSSEIRO	ELDORADO DO CARAJÁS	PISTOLEIROS/PM
121	PA	02/10/94	BAIXINHO	POSSEIRO	ELDORADO DO CARAJÁS	ELDORADO/MADEIREIROS
122	PA	18/01/94	JOSÉ DE RIBAMAR	POSSEIRO	MARABÁ	ISMAEL SOUZA OLIVEIRA/JOEL SOUZA OLIVEIRA
123	PA	18/01/94	JOSÉ CLEBER	POSSEIRO	MARABÁ	PISTOLEIROS/PM
124	PA	18/01/94	RAIMUNDINHO	POSSEIRO	MARABÁ	ELDORADO/MADEIREIROS
125	PA	18/01/94	IVA	POSSEIRA	MARABÁ	ISMAEL SOUZA OLIVEIRA/JOEL SOUZA OLIVEIRA
126	PA	17/02/94	PADRE MIKE FERRIS	PADRE	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIÁ	OFICIAL DE JUSTIÇA RUI COSTA
127	PA	18/02/94	RICARDO REZENDE FIGUEIRA	PADRE	RIO MARIA	OLIVEIRA/DELEGADO JOSÉ
128	PA	07/03/94	HENRI BURIN DES ROZIERES	FREI/COM. PAST.DA TERRA	RIO MARIA/CONC. ARAGUAIÁ	EUCLIDES AQUINO/29
129	PA	18/04/94	ORLANDO CANUTO	DIRIGENTE SINDICAL	RIO MARIA	PM/FAZENDEIRO RUBENS
130	PA	27/09/94	BENEDITO RODRIGUES COSTA	PADRE	XINGUARA	MIRANDA
131	PA	27/09/94	ELPÍDIO PEREIRA DA SILVA	VEREADOR	XINGUARA	OFICIAL DE JUSTIÇA RUI COSTA

93	MT	02/09/94	IVANIR RODRIGUES	POSSEIRO		PONTES E LACERDA	ESPOSA MAGNOLIA DELEGADO NABOR/5 PM/30 PISTOLEIROS
94	MT	02/09/94	GERALDO PEREIRA DE SOUZA	POSSEIRO		PONTES E LACERDA	DELEGADO NABOR/5 PM/30 PISTOLEIROS
95	MT	02/09/94	JOSÉ CORDEIRO PORTO	POSSEIRO		PONTES E LACERDA	DELEGADO NABOR/5 PM/30 PISTOLEIROS
96	MT	29/10/94	JOSÉ DOS SANTOS	POSSEIRO		CHAPADA DOS GUIMARÃES	FAZENDEIROS JOACI E JOANI SIQUEIRA/6 PISTOLEIROS
97	MT	29/10/94	AMÂNCIO FRANCISCO DA SILVA	POSSEIRO		CHAPADA DOS GUIMARÃES	FAZENDEIROS JOACI E JOANI SIQUEIRA/6 PISTOLEIROS
98	MT	29/09/94	MARIA CONCEIÇÃO VASCONCELOS	DIRIGENTE SINDICAL		COMODORO	JOÃO GONÇALVES DA ROCHA/4 FUNCIONÁRIOS INCRA MT
99	MT	29/09/94	EVANDRO AUGUSTO	TÉCNICO		COMODORO	JOÃO GONÇALVES DA ROCHA/4 FUNCIONÁRIOS INCRA MT
100	PA	28/03/94	MANOEL GUEDES PINHEIRO	PRESIDENTE STR		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO
101	PA	28/03/94	GRACIANO DOMINGOS BRAGA	DIRIGENTE SINDICAL		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO
102	PA	28/03/94	MANOEL NAZARÉ OLIVEIRA	DIRIGENTE SINDICAL		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO
103	PA	28/03/94	BENEDITO DE MORAES BARRA	DIRIGENTE SINDICAL		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO
104	PA	22/04/94	JOSÉ CLÁUDIO ARAÚJO	DIRIGENTE SINDICAL		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO
105	PA	24/09/94	MANOEL GUEDES PINHEIRO	PRESIDENTE STR		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO/CAPATAZ JOSÉ REINALDO
106	PA	24/09/94	LUIZ CLINGI	POSSEIRO		AFUÁ	FAZENDEIRO FABRICIANO/CAPATAZ JOSÉ REINALDO
107	PA	/12/94	ANTÔNIO FERREIRA DA COSTA	PRESIDENTE STR		SANTANA DO ARAGUAIA	
108	PA	/12/94	RAIMUNDO ALVES GOMES	DIRIGENTE SINDICAL		SANTANA DO ARAGUAIA	
109	PA	/12/94	MARIA RAIMUNDA DE SOUZA	POSSEIRA		SANTANA DO ARAGUAIA	
110	PA	10/02/94	ESTELA BATISTA ARANTES	POSSEIRA		XINGUARA	POLICIAIS MILITARES
111	PA	02/07/94	ZEZINHO DA PADARIA	COMERCIANTE		XINGUARA	
112	PA	02/07/94	JULIANA DA FARMÁCIA	COMERCIANTE		XINGUARA	
113	PA	02/07/94	CARECA DA FARMÁCIA	COMERCIANTE		XINGUARA	
114	PA	02/07/94	PEDRINHO	OUTROS		XINGUARA	
115	PA	08/07/94	LUIZ ANTÔNIO	COMERCIANTE		XINGUARA	
116	PA	08/07/94	VALDEMIR SOARES FERREIRA	OUTROS		XINGUARA	



65	MA	03/04/94	VALDINAR BARROS	VEREADOR	IMPERATRIZ	BRANDÃO FAZENDEIRO JOSÉ OSWALDO BRANDÃO
66	MA	03/04/94	NEUDSOM CLAUDINO	POSSEIRO	IMPERATRIZ	FAZENDEIRO JOSÉ OSWALDO BRANDÃO
67	MA	03/04/94	JOMAR FERNANDES	POSSEIRO	IMPERATRIZ	FAZENDEIRO JOSÉ OSWALDO BRANDÃO
68	MA	/07/94	VALENTIM SERRA*	POSSEIRO	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
69	MA	/07/94	NARCISO BARROS FREITAS	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
70	MA	/07/94	RAIMUNDO NONATO SOEIRO	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
71	MA	/07/94	FAUSTINO MADEIRA	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
72	MA	/07/94	SR. DECO	POSSEIRO	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
73	MA	/07/94	VALDIVINO MENDES+	POSSEIRO	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
74	MA	/07/94	JOSÉ RAIMUNDO PINTO SÁ	POSSEIRO	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
75	MA	/07/94	DOMINGOS GOMES	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
76	MA	/07/94	JOSÉ RIBAMAR MORAIS	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
77	MA	/07/94	JOSÉ SALVADOR COSTA	DIRIGENTE SINDICAL	VIANA	FAMÍLIA SOUZA
78	MA	06/10/94	JOSÉ ALVES FEITOSA	POSSEIRO	CODÓ	FAMÍLIA SOUZA DELEGADO LUIZ GONZAGA VERAS/PISTOLEIROS
79	MA	06/10/94	RAIMUNDO PEDRO DA SILVA	POSSEIRO	CODÓ	DELEGADO LUIZ GONZAGA VERAS/PISTOLEIROS
80	MA	06/10/94	JOSÉ MARIA DE SOUSA	POSSEIRO	CODÓ	DELEGADO LUIZ GONZAGA VERAS/PISTOLEIROS
81	MA	25/11/94	FRANCISCO PEREIRA MELO	PRESIDENTE STR	LAGO VERDE	
84	MA	25/11/94	3 POSSEIROS DE VITAL BRASIL	POSSEIROS	LAGO VERDE	
85	MT	07/01/94	ANTÔNIO ALVES LIRA	POSSEIRO	CONFRESA/STA TEREZINHA	PISTOLEIRO CAREQUINHA + 2 PISTOLEIROS
86	MT	09/03/94	AÉCIO AIRES FERNANDES	POSSEIRO	CONFRESA/STA TEREZINHA	
87	MT	09/03/94	EZEQUIAS PEREIRA OLIVEIRA	POSSEIRO	CONFRESA/STA TEREZINHA	
88	MT	03/03/94	ELIAS HERMELINO CARVALHO	DIRIGENTE SINDICAL	ARIPUANÁ	
89	MT	03/03/94	PADRE MÁRIO GUINZONI	PADRE	ARIPUANÁ	
90	MT	03/03/94	ANTÔNIO RODRIGUES FILHÔ	VEREADOR	ARIPUANÁ	
91	MT	08/07/94	JERÔNIMO GOMES DE SOUZA	SEM TERRA	STO ANTÔNIO DO LEVERGER	
92	MT	10/05/94	PEDRO VICENTE DA SILVA	PEÃO	CHAPADA DOS GUIMARÃES	FAZENDEIRO SEBASTIÃO SOARES MELO/CAPATAZ BADEU/GERENTE ASSIS E

42	MA	29/11/94	JOSÉ DANIEL DE SOUSA	DIRIGENTE SINDICAL	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
43	MA	29/11/94	ZIBINO	DIRIGENTE SINDICAL	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
44	MA	29/11/94	EDIMAR CLARINDO	POSSEIRO	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
45	MA	29/11/94	PEBA RODRIGUES	POSSEIRO	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
46	MA	29/11/94	CLAUSENS LEOPOLDINO	ADVOGADO	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
47	MA	29/11/94	FAMÍLIA FRANCISCO RODRIGUES	PEQUENO COMERCIANTE	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
48	MA	08/07/94	FRANCISCO CHAGAS PEREIRA	POSSEIRO	MAGALHÃES DE ALMEIDA	CABO ZEZINHO/4 PM/CAPATAZ LIBERATO
49	MA	11/07/94	PE.FRANCISCO CHAGAS	CPT	MAGALHÃES DE ALMEIDA	FAZENDEIROS PAULO EUEDES/EMÍLIO CARNEIRO
50	MA	11/07/94	DOMINGOS DUTRA FILHO	DEPUTADO ESTADUAL	MAGALHÃES DE ALMEIDA	FAZENDEIROS PAULO EUEDES/EMÍLIO CARNEIRO
51	MA	11/07/94	NARCISO	POSSEIRO	MAGALHÃES DE ALMEIDA	FAZENDEIROS PAULO EUEDES/EMÍLIO CARNEIRO
52	MA	13/01/94	OSMAR VERAS PEREIRA	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
53	MA	13/01/94	ANTÔNIO FÉLIX	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
54	MA	13/01/94	ZÉ DE BRITO	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
55	MA	13/01/94	SIL VESTRE	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
56	MA	13/01/94	RAIMUNDO NONATO	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
57	MA	13/01/94	RAIMUNDO SILVA	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
58	MA	13/01/94	VALDOMIRO PACHECO	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
59	MA	13/01/94	ANTÔNIO	POSSEIRO	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
60	MA	13/01/94	CARMELITA CHAVES	POSSEIRA	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
61	MA	13/01/94	ROSENIR DA SILVA	POSSEIRA	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
62	MA	13/01/94	MÍRIAM GOMES	POSSEIRA	COROATÁ	CAPATAZ GAUCHO "LONGO"/3 PISTOLEIROS
63	MA	09/07/94	CIRO PEREIRA DA SILVA	POSSEIRO	COELHO NETO	PISTOLEIRO DOMINGOS SANTOS ARAUJO "MANDI"
64	MA	03/04/94	JOSÉ ADÍLIO DE CASTRO	POSSEIRO	IMPERATRIZ	FAZENDEIRO JOSÉ OSWALDO





20	CE	21/12/94	JONAS RODRIGUES DE MACEDO	DIRIGENTE SINDICAL	CRATEUS	FRANCISCO DE JESUS FAZENDEIRO MANOEL TELLES VIANA SEU FILHO E 5 PISTOLEIROS
21	CE	20/06/94	JOÃO DE DEUS	PRESIDENTE STR	NOVO ORIENTE	PROPRIETÁRIO DA FAZENDA CAVACO
22	ES	10/02/94	DONIZETE COSME	PRESIDENTE STR	SÃO MATEUS	FAZENDEIROS DE SÃO MATEUS
23	ES	10/02/94	PAULO ALMEIDA	DIRIGENTE SINDICAL	SÃO MATEUS	FAZENDEIROS DE SÃO MATEUS
24	ES	10/02/94	ISRAEL SILVA	DIRIGENTE SINDICAL	SÃO MATEUS	FAZENDEIROS DE SÃO MATEUS
25	ES	10/02/94	JOÃO WAGUIMAKER	DIRIGENTE SINDICAL	SÃO MATEUS	FAZENDEIROS DE SÃO MATEUS
26	ES	15/12/94	ARLINDO VIEIRA NUNES*	TRABALHADOR RURAL	IBATIBA	FAZENDEIRO PAULO GARCIA BARROS
27	MA	31/10/94	DOMINGOS ROSA FERREIRA	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	
28	MA	04/11/94	VALDEMAR RUBIM MELO	PRESIDENTE STR	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
29	MA	04/11/94	CÍCERO PEDRO PATRÍCIO	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
30	MA	04/11/94	JOSIEL ALVES LIMA+	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
31	MA	04/11/94	JOSÉ MOREIRA RAMOS	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
32	MA	04/11/94	FRANCISCO LEANDRO PATRÍCIO	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
33	MA	04/11/94	ANTÔNIO BALBINO DA COSTA	SEM TERRA	LAGO DA PEDRA	CAPATAZ JOSELY FACUNDO COSTA
34	MA	19/06/94	OSVALDO MARINHO FERNANDES	PADRE	SANTA RITA	
35	MA	16/07/94	COSMO	DIRIGENTE SINDICAL	AMARANTE DO MARANHÃO	CAPATAZ AMBRÓSIO FIDELIS "MINEIRO"
36	MA	18/05/94	FRANCISCO SOARES PIRES	POSSEIRO	COROATÁ	FAZENDEIROS LUÍS SÉRGIO MARÃO/ANTÔNIO DENTISTA E JURANDIR BRITO/5 PM/4 PISTOLEIROS
37	MA	18/05/94	OSVALDO CARVALHO OLIVEIRA*	DIRIGENTE SINDICAL	COROATÁ	FAZENDEIROS LUÍS SÉRGIO MARÃO/ANTÔNIO DENTISTA E JURANDIR BRITO E FAMÍLIA/5 PM/4 PISTOLEIROS
38	MA	19/08/94	PE. CLÁUDIO BERGAMASCHI	CPT	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO
39	MA	13/09/94	PE. FLÁVIO LAZZARIM*	CPT	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO E PISTOLEIROS
40	MA	29/11/94	RUBENS	DIRIGENTE SINDICAL	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS
41	MA	29/11/94	ANTÔNIO ALCIDES	DIRIGENTE SINDICAL	COROATÁ	FAMÍLIA BRITO/6 PISTOLEIROS

Ameaçados de Morte - 1994

Nº	UF	Data	Nome da vítima	Profissão/Categoria	Município	Indícios de autoria
01	AL	/05/94	JOSÉ AMARAL CIRINO	TRABALHADOR RURAL	MARECHAL DEODORO	DIRETOR DA USINA SUMAUMA/ 2 PM
02	AL	/09/94	MARIA JOSÉ DA SILVA	TRABALHADORA RURAL	COLÔNIA LEOPOLDINA	PM EDMILSON/FAZENDEIRO ZIZO
03	AM	05/07/94	ANTÔNIO FERREIRA NEVES+	DIRIGENTE SINDICAL	ITACOATIARA	FAZENDEIROS RAIMUNDO/JOSÉ E ZEQUIAS COELHO
04	AM	05/07/94	RAIMUNDO DE SOUZA	POSSEIRO	ITACOATIARA	FAZENDEIROS RAIMUNDO/JOSÉ E ZEQUIAS COELHO
05	AP	03/02/94	OSMAR MAGAVE+	POSSEIRO	AMAPÁ	FAZENDEIRO ADEBAL TÁVORA E SEU EMPREGADO GOIANO
06	BA	08/06/94	IRINEU SANTOS MEDRADO	SEM TERRA	BOA VISTA DO TUPIM	PISTOLEIROS CLÁUDIO/MANOEL PEREIRA
07	BA	12/04/94	DONATO BARBOSA SANTOS*	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO MANOEL SOARES SANTOS E PM OLIVA
08	BA	25/04/94	MANEZINHO*	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	FAZENDEIRO MANOEL SOARES SANTOS/3 PM/PISTOLEIROS/
09	BA	03/05/94	AURÉLIO*	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	POLICIAL MILITAR/OLIVA
10	BA	22/08/94	JÚLIO	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO MANOEL SOARES SANTOS
11	BA	/09/94	MANOEL ACÁCIO MACHADO	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	
12	BA	/09/94	AVELINO BISPO	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	
13	BA	/09/94	AGNALDO DOS SANTOS REIS	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	
14	BA	/09/94	MANOEL LUIZ DOS SANTOS	SEM TERRA	LAURO DE FREITAS	
15	BA	03/04/94	AMILSON E FAMÍLIA	POSSEIRO	ITACARÉ	PISTOLEIROS
16	BA	11/11/94	PADRE ZANONE	PADRE	VITÓRIA DA CONQUISTA	
17	BA	/07/94	JOSÉ FERREIRA DIAS	POSSEIRO	FORMOSA DO RIO PRETO	FAZENDEIRO VICENTE OKAMOTO/PISTOLEIRO ADÃO DE TAL
18	BA	/07/94	MANOEL PEREIRA MATOS	POSSEIRO	FORMOSA DO RIO PRETO	FAZENDEIRO VICENTE OKAMOTO/PISTOLEIRO ADÃO DE TAL
19	BA	03/10/94	FRANCISCO GOMES DOS SANTOS	POSSEIRO	CACHOEIRA	ADVOGADO ARISTIDE



27	PA	04/06/94	JUCELINO ROSA DA SILVA	PEQUENO PROPRIETÁRIO	GUIMARÃES	PISTOLEIROS
28	PA	04/06/94	ANA BEATRIZ DA SILVA	PEQUENA PROPRIETÁRIA	XINGUARA	PISTOLEIROS
29	PA	03/09/94	CÍCERO COELHO DA SILVA	OUTROS	XINGUARA	FAZENDEIRO JERÔNIMO ALVES AMORIM/GERENTE VELHO LUÍS
48	PA	23/04/94	19 POSSEIROS	POSSEIROS	MARABÁ	EMBOSCADA
49	PA	25/09/94	DELMIRO FERREIRA LIMA	OPOSIÇÃO SINDICAL	BREU BRANCO	DOIS PISTOLEIROS
50	PA	26/10/94	ANTÔNIO LIMA NEVES	LÍDER COMUNITÁRIO	REPARTIMENTO	FAZENDEIRO PEDRO ROCHA/ANTÔNIO NEGUIM E PISTOLEIROS
51	PA	/03/94	DIONEIDE DOS SANTOS	POSSEIRA	REPARTIMENTO	PISTOLEIRO RENI
52	PA	/03/94	DEZINHO DOS SANTOS	POSSEIRO	REPARTIMENTO	PISTOLEIRO RENI
53	PA	/09/94	DINHO	POSSEIRO	TOMÉ AÇÚ	FAZENDEIRO JUQUINHA/MANEZINHO CAPIXABA E PISTOLEIROS
54	PB	27/01/94	JOÃO HONÓRIO	TRABALHADOR RURAL	SAPÉ	PISTOLEIRO
55	PB	27/01/94	LUIZ GONZAGA	TRABALHADOR RURAL	SAPÉ	PISTOLEIRO
56	PI	18/05/94	SALVADOR DOS SANTOS	POSSEIRO	ESPERANTINA	FAZENDEIRO FRANCISCO ARAÚJO LINHARES
58	RO	27/05/94	2 PEÕES DA FAZENDA TERBOY	PEÕES	SERINGUEIRAS	PROPRIETÁRIO DA FAZENDA TERBOY/PISTOLEIROS
59	SC	11/02/94	ADAIR TEODORO	SEM TERRA	MATOS COSTA	PISTOLEIROS/CAPATAZ DA FAZENDA RUTEMBERG
60	SC	11/02/94	ELTON DOS SANTOS	SEM TERRA	MATOS COSTA	PISTOLEIROS/CAPATAZ DA FAZENDA RUTEMBERG
61	TO	27/01/94	JOSEMAR CANTUÁRIO OLIVEIRA	POSSEIRO	COUTO DE MAGALHÃES	POLICIAIS CIVIS CIDIMAR E PAULO GALINHA
62	TO	/04/94	VANDERLEY OLIVEIRA	SEM TERRA	COLMÊIA	FAZENDEIRO JOSÉ FRANCISCO FREITAS FILHO

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional.

Tentativas de Assassinatos - 1994



Nº.	UF	Data	Nome da Vítima/Idade	Profissão/Categoria	Município	Indícios de autoria
01	BA	30/04/94	JURANDIR SILVA VILANOVA	LÍDER COMUNITÁRIO	BOA VISTA DO TUPI	CAPATAZ ANTÔNIO E JOÃO
02	BA	23/07/94	JOSÉ MOREIRA NETO	POSSEIRO	BURITIRAMA	PISTOLEIRO EDVALDO
03	BA	21/09/94	ZÉLIA LIMA OLIVEIRA	SEM TERRA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDEIRO DIONILTON ARAÚJO
04	ES	25/08/94	TRABALHADOR BAIANO	PEÃO	SANTA TERESA	CAPATAZ UBIRATAN ALVES GORGOZINHO
05	MA	09/06/94	RAIDON ARAÚJO SOUZA	POSSEIRO	COROATÁ	FAZENDEIRO JURANDIR BRITO/7 PM/1 PISTOLEIRO
06	MA	18/06/94	FILHA DE POSSEIROS	POSSEIRA	COROATÁ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
07	MA	16/09/94	ALDEINE DA SILVA OLIVEIRA	POSSEIRA	IMPERATRIZ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
08	MA	16/09/94	RAIMUNDO VIANA CONCEIÇÃO	POSSEIRO	IMPERATRIZ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
09	MA	16/09/94	DEOCLECIANO CARNEIRO SOUSA	POSSEIRO	IMPERATRIZ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
10	MA	16/09/94	ADÃO ALVES	POSSEIRO	IMPERATRIZ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
18	MA	16/09/94	8 POSSEIROS DA GLEBA PIQUITA	POSSEIROS	IMPERATRIZ	15 PISTOLEIROS DO FAZENDEIRO OSVALDO BRANDÃO
19	MA	13/06/94	VALENTIM SERRA	POSSEIRO	VIANA	FAZENDEIRO ANTÔNIO HENRIQUE SOBRINHO
20	MA	16/05/94	ANTÔNIO RODRIGUES SOUSA	PEÃO	PEDREIRAS	
21	MA	/06/94	JOSÉ VIEIRA DELMIRO	SEM TERRA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	
22	MA	/06/94	INALDO RODRIGUES NOGUEIRA	SEM TERRA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	
23	MG	/07/94	JOSÉ LOPES DE JESUS	PEQUENO PROPRIETÁRIO	BONFINÓPOLIS DE MINAS	FAZENDEIRO VIRGÍLIO BATISTA DA FONSECA
24	MS	30/09/94	IRACEMA FERREIRA COSTA	SEM TERRA	TACURU	PEÕES DA FAZENDA NOVO MUNDO
25	MT	08/07/94	JERÔNIMO GOMES DE SOUZA	SEM TERRA	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	
26	MT	27/09/94	JOCILMO GUIMARÃES	PEÃO	CHAPADA DOS	CAPATAZ JURANDIR TELES



27	PA	/04	NEWTON COUTINHO MENDES	Comerciante	Xinguara	Pistoleiros
28	PA	23/04	"CEARA"	Posseiro	Marabá	Pistoleiros
29	PA	01/05	DOMINGOS INÁCIO SANTOS	Posseiro	São Geraldo	Pistoleiros
30	PA	05/06	MOACIR ROSA ANDRADE	Peq. Proprietário	Xinguara	Pistoleiros
31	PA	11/06	OSMAR BARBOSA	Comerciante	Xinguara	Pistoleiros
32	PA	14/06	PEDRO CONCEIÇÃO SANTOS	Trabalhador rural	Redenção	Policiais Cíveis e Militares
33	PA	27/06	JOSÉ MARTINS DOS SANTOS	Açougueiro	Xinguara	Pistoleiros
34	PA	27/06	GILVAN DOS SANTOS	Filho do Açougueiro	Xinguara	Pistoleiros
35	PA	02/10	ANTÔNIO TELES	Presidente STR	Eldorado do Carajás	Pistoleiros
36	PA	02/10	ALCINA GOMES BARBOSA	Esposa presidente STR	Eldorado do Carajás	Pistoleiros
37	PA	01/11	JOSÉ SABINO DE SÁ, 64	Trabalhador Rural	Ipixuna	Clóvis/João Souza Pereira
38	PE	25/07	IVALDO SEVERINO SILVA, 33	Delegado Sindical	Ipojuca	O administrador da Usina Ipojuca, o vigia e seu irmão
39	PR	28/07	JANAÍNA DOMINGUES DE FREITAS, 2	Filha de posseiros	Pinhão	Pistoleiros Madeireira Zattar
40	PR	03/08	ANTÔNIO FERREIRA SILVA, 32	Agricultor	Roncador	Fazendeiros Estefano, Luiz e Nelson Urbaniski
41	RO	14/01	LUÍS CARLOS VOLTOLIN "GAUCHINHO"	Pequeno Proprietário	Porto Velho	Cleiton e Vilson Avila Pelentir (Pelentin) e mandante: Francisco de Souza Farias
42	RO	/05	NÃO IDENTIFICADO	Trabalhador Rural	Seringueiras	Pistoleiros Fazenda Terboy
43	SC	14/02	ANTONIO MATIAS	Assalariado	Caçador	Policiais Militares
44	SC	14/02	JOÃO MATIAS	Assalariado	Caçador	Policiais Militares
45	SC	18/10	JOÃO MARIA WEBER DA SILVA	Assentado	Matos Costa	Pistoleiros do ex-proprietário da fazenda Rutemberg
46	SP	18/06	ANTÔNIO DONIZETE SILVA, 31	Sem Terra	Promissão	Dercidio Vicira
47	SP	18/06	APARECIDO RAFAEL JORDÃO	Sem Terra	Promissão	Vicente Ferreira da Silva

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Assassinatos no Campo - Brasil 1994



No.	UF	Data	Nome da Víctima/Idade	Profissão/Categoria	Município	Indícios de Autoria/Categoria
01	AL	06/01	OTAVIO MIRANDA SILVA, 52	Trabalhador Rural	Santana do Mundaú	Faz. Milton Cecílio de Souza (Galego Vicente)
02	AL	13/06	JOSÉ FERREIRA DE LIMA	Trabalhador Rural	São Miguel dos Campos	Irmãos Ailton, Nailton e Adeilton Carlos de Oliveira
03	AL	12/11	CÍCERO PEDRO ALCANTARA	Trabalhador Rural	Cajueiro	Pistoleiros
04	AM	25/08	ANTÔNIO NEVES F. FILHO, 29	Diretor Sindical	Itacoatiara	Raimundo José Coelho, Francisco Rolim Coelho, Zequias Rolim Coelho, mais dois homens desconhecidos
05	AP	03/02	NADIR MAGAVE, 92	Posseira	Amapá	Pistoleiros
06	AP	03/02	IRACY MAGAVE, 68	Posseiro	Amapá	Pistoleiros
07	AP	03/02	OSMAR MAGAVE, 62	Posseiro	Amapá	Pistoleiros
08	AP	03/02	ALCIDES MAGAVE, 65	Posseiro	Amapá	Pistoleiros
09	AP	03/02	ÁUREA CASTRO MAGAVE, 47	Posseira	Amapá	Pistoleiros
10	BA	29/10	MANOEL BONFIM BASTOS, 39	Sem Terra	Vitória da Conquista	Faz. Dionilton Araújo e pistoleiros
11	BA	29/10	ZILDA DE JESUS SILVA, 51	Sem Terra	Vitória da Conquista	Faz. Dionilton Araújo e pistoleiros
12	GO	23/09	ELISNEY FERREIRA CARVALHO	Trabalhador Rural	Jataí	Wagner Lima Garcia
13	MA	11/01	MANOEL ARARI	Líder Sindical	Santa Luzia	Pistoleiros
14	MA	02/06	DJALMA SOARES PENHA	Posseiro	Penalva	
15	MA	18/08	VALDIR DELGADO	Posseiro	Lago da Pedra	Antenor (capataz do faz. Valdir Jorge de Melo)
16	MA	16/09	JOAQUIM NÉO GOMES	Posseiro	Imperatriz	Pistoleiros do faz. José Osvaldo
17	MA	22/10	VALDIVINO MENDES	Posseiro	Viana	Família Fazendeiro João Souza
18	MA	25/11	FRANCISCO CARVALHO	Trabalhador Rural	Coroatá	Pistoleiros família de Jurandir Brito
19	MA	25/11	FRANCISCO RODRIGUES	Vereador/Peq. comerciante	Coroatá	Pistoleiros família de Jurandir Brito
20	MA	08/12	JOSIEL ALVES LIMA	Liderança - Sem Terra	Lago da Pedra	Pistoleiros
21	MT	03/03	ELIAS DOS SANTOS DREHER	Trabalhador Rural	Aripuanã	Pistoleiros
22	MT	/94	VELHO MANOEL	Posseiro	Ribeirão Cascalheira	Pistoleiros
23	MT	31/05	FRANCISCO LIMA DE JESUS	Líder Sindical	Poconé	Mandante: Roberto Rondon
24	MT	31/05	EDMAR VIANA	Líder Sindical	Poconé	Mandante: Roberto Rondon
25	MT	/10	RAIMUNDO NONATO (Frederico)	Posseiro	Terra Nova	Polícia Militar
26	PA	16/02	GERALDO DE OLIVEIRA	Posseiro	Ourlândia	Bastião/Negrão



115	SP	ITAPEVA/ITABERA	FAZENDA PIRITUBA	22/12/94	200
116	SP	MARTINÓPOLIS	FAZENDA PORTA DO SOL	11/11/94	130
117	TO	COLMEIA	FAZENDA MARÍLIA	05/01/94	60
118	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	FAZENDA VILA REAL	/03/94	-
119	TO	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	LOTEAMENTO MARIANÓPOLIS	25/07/94	25
TOTAL					20.516

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

75	PR	NOVA ESPERANÇA	FAZENDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	26/09/94	40
76	PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	FAZENDA SANTA RUTE	10/09/94	15
77	RJ	SILVA JARDIM	FAZENDA CUMBUCAS	02/11/94	-
78	RN	JOÃO CÂMARA	FAZENDA SARAMANDAIA	05/04/94	80
79	RN	BENTO FERNANDES	FAZENDA RIACHO FECHADO	05/04/94	140
80	RN	BARAÚNA	POÇO PERDIDO	12/07/94	18
81	RN	BARAÚNA	BAIXA VERDE	04/07/94	19
82	RN	BARAÚNA	FAZENDA BOA SORTE	19/09/94	17
83	RN	BARAÚNA	SÍTIO BARAUNA/KM 31	24/09/94	19
84	RN	JOÃO CÂMARA	FAZENDA MODELO	14/02/94	100
85	RN	JOÃO CÂMARA	FAZENDA MODELO	24/08/94	-
86	RN	MOSSORÓ	FAZENDA INDEPENDÊNCIA/PEDRA BRANCA	22/09/94	30
87	RO	PIMENTA BUENO	FAZENDA DO NORTE	01/06/94	250
88	RO	JARU	FAZENDA CALIFÓRNIA	15/08/94	200
89	RS	LAGOA VERMELHA	FAZENDA SANTA RITA	15/05/94	450
90	RS	JOIA	FAZENDA RONDINHA/VARIG	29/11/94	680
91	RS	JOIA	FAZENDA RONDINHA/VARIG	08/12/94	-
92	SC	ABELARDO LUZ	FRANCISCO PALHA	26/07/94	40
93	SC	CATANDUVAS	FAZENDA SÃO JOÃO DO IRANI	/05/94	20
94	SC	SANTA TEREZINHA	FAZENDA PAROLIM	22/04/94	-
95	SC	SANTA TEREZINHA	FAZENDA PAROLIM	22/06/94	-
96	SC	SANTA TEREZINHA	FAZENDA PAROLIM	05/09/94	260
97	SC	ÁGUA DOCE	FAZENDA OLARIA	14/12/94	-
98	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	FAZENDA RIO FUNDO	25/01/94	100
99	SE	BOQUIM	FAZENDA CIPOZINHO	21/01/94	30
100	SE	PORTO DA FOLHA	FAZENDA SÃO FRANCISCO	10/04/94	150
101	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	07/02/94	2.300
102	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	29/05/94	-
103	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	31/08/94	-
104	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	29/09/94	-
105	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	10/11/94	-
106	SP	GETULINA	FAZENDA JANGADA/RIBEIRÃO DOS BUGRES	28/11/94	-
107	SP	PAULICÉIA	FAZENDA SANTO ANTÔNIO	22/01/94	320
108	SP	PAULICÉIA	FAZENDA SANTO ANTÔNIO	15/10/94	-
109	SP	TREMEMBÉ	FAZENDA DA PETROBRÁS	19/02/94	100
110	SP	PONTAL	FAZENDA AROLDINA	15/06/94	-
111	SP	MARTINÓPOLIS	FAZENDA RODEIO	28/05/94	50
112	SP	MARTINÓPOLIS	FAZENDA RODEIO	11/11/94	-
113	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA ESTRELA DALVA	12/06/94	1.000
114	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FAZENDA ESTRELA DALVA	25/06/94	-

44 - CONFLITOS NO CAMPO

35	MS	ITAQUIRAÍ	FAZENDA SUL BONITO	06/09/94	-
36	MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FAZENDA PAM	20/01/94	200
37	MS	TACURU	FAZENDA MUNDO NOVO	14/01/94	60
38	MS	NIOAQUE	FAZENDA PALMEIRA	13/12/94	70
39	MS	JAPORÁ	FAZENDA SAVANA/INDIANA	03/06/94	40
40	MS	BATAIPORÁ	FAZENDAS MERCEDINA, SÃO LUIZ E SÃO JOÃO	03/07/94	60
41	MS	BONITO	FAZENDA COQUEIRO ALTO	07/11/94	53
42	MS	BONITO	FAZENDA COQUEIRO ALTO	27/11/94	-
43	MS	NIOAQUE	FAZENDA ANDALUCIA E MADALENA	24/06/94	196
44	MS	NIOAQUE	FAZENDA ANDALUCIA E MADALENA	16/08/94	-
45	MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	FAZENDA ITIRATUPÁ	15/05/94	-
46	MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	FAZENDA ITIRATUPÁ	04/10/94	500
47	MT	DIAMANTINO	FAZENDA SÃO JOÃO	10/05/94	500
48	PA	MARABÁ	FAZENDA ABAETÉ	28/02/94	14
49	PA	MARABÁ	FAZENDAS MARINGÁ E SÃO FRANCISCO	12/01/94	43
50	PA	PARAUPEBAS	CINTURÃO VERDE	26/06/94	1.200
51	PA	MARABÁ	FAZENDA TABOQUINHA/BALÕES	03/02/94	300
52	PA	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	AGROPECUÁRIA SÃO JOSÉ	/06/94	40
53	PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FAZENDA ARAGUAIA	/05/94	60
54	PA	ÁGUA AZUL	MADESUL	/05/94	10
55	PA	ÁGUA AZUL	MONTE CLARO	/05/94	10
56	PA	XINGUARA	ESCALADA DO NORTE	/05/94	125
57	PB	SÃO MIGUEL DO TAIPIU	FAZENDA ENGENHO NOVO	12/02/94	60
58	PB	PEDRAS DE FOGO	FAZENDA TAQUARI	13/06/94	220
59	PB	JURUPIRANGA	FAZENDA FREITAS	01/09/94	160
60	PE	CARUARU	FAZENDA NORMANDIA	16/02/94	100
61	PE	RIO FORMOSO	ENGENHO SÃO MANOEL	02/03/94	150
62	PE	RIO FORMOSO	ENGENHO SÃO MANOEL	/04/94	-
63	PE	GRAVATÁ	ENGENHO PERSEVERANÇA	23/05/94	110
64	PE	GRAVATÁ	ENGENHO PERSEVERANÇA	/06/94	-
65	PE	GOIANA	ENGENHO UBU	13/02/94	100
66	PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	ENGENHO SÃO FRANCISCO	16/03/94	150
67	PE	ÁGUA PRETA	ENGENHO CAMORIM GRANDE/ CAMORIZINHO	07/11/94	48
68	PE	BARRA DE GUABIRABA	FAZENDA JUSSARA	17/10/94	200
69	PE	BUENOS AIRES	ENGENHO CAVALCANTE	25/05/94	180
70	PR	BITURUNA	FAZENDAS TOMAZI/SANTA BÁRBARA	18/03/94	350
71	PR	PARANAPOEMA	FAZENDA ITAPURA/CAMBUÍ/JABORANDI	27/03/94	2.200
72	PR	PALMITAL	FAZENDA PEDRA BONITA	09/07/94	60
73	PR	TAMARANA	FAZENDA MANDASSAIA	07/08/94	-
74	PR	TAMARANA	FAZENDA MANDASSAIA	10/09/94	30

Ocupações de Terra - 1994

No.	UF	Município	Nome do Imóvel	Data	Famílias
01	AL	JOAQUIM GOMES	FAZENDA ANUM	09/10/94	245
02	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDA AMARALINA	23/02/94	60
03	BA	ILHÉUS	FAZENDA NOVA DIVA	09/04/94	25
04	BA	UNA	FAZENDA MOEMA	09/04/94	-
05	BA	UNA	FAZENDA CAJUEIRO II - VITORÓPOLIS	09/04/94	33
06	BA	PRADO	FAZENDA ROSA DO PRADO	/01/94	-
07	BA	PRADO	FAZENDA ROSA DO PRADO	24/04/94	1.000
08	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FAZENDA MOCAMBO	12/08/94	800
09	BA	MARAÚ	FAZENDA HOLANDA	09/04/94	35
10	BA	PRADO	BRASOLANDA/BRASIL HOLANDA	08/08/94	40
11	BA	ILHÉUS	FAZENDA BELA VISTA E BOA VISTA	02/04/94	-
12	BA	ILHÉUS	FAZENDA BELA VISTA E BOA VISTA	17/05/94	300
13	CE	ITATIRA	FAZENDA CACHOEIRA	02/01/94	22
14	CE	OCARA	BORGES/LOGRADOURO E BALANÇA	11/07/94	7
15	CE	TAUÁ	FAZENDA OLHO D'ÁGUA DAS CANAS	01/09/94	75
16	DF	BRASÍLIA	ÁREA DO INCRA	21/03/94	75
17	DF	BRAZLÂNDIA	FAZENDA JATOBAZINHO	19/03/94	150
18	DF	BRAZLÂNDIA	FAZENDA DOIS IRMÃOS	23/05/94	-
19	DF	BRAZLÂNDIA	FAZENDA DOIS IRMÃOS	13/09/94	115
20	ES	PINHEIRO	FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	21/02/94	200
21	GO	DOVERLÂNDIA	FAZENDA ASA VERDE DO ARAGUAIA/GELADEIRA	24/04/94	138
22	GO	GOIÁS	FAZENDA CURTUME	16/09/94	50
23	GO	GOIÁS	FAZENDA CURTUME	22/10/94	-
24	GO	FAINA	FAZENDA DE CIMA/CAPIM PUBA/CAMPO LIMPO	15/07/94	150
25	MA	ZÉ DOCA	FAZENDA SANTA LÚCIA II	/01/94	100
26	MA	LAGO DA PEDRA	CIGRA	19/09/94	500
27	MA	TIMON	SÃO DOMINGOS	/ /94	12
28	MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	FAZENDA MIZONGUÊS	/06/94	300
29	MG	GOVERNADOR VALADARES	FAZENDA MINISTÉRIO/EMBRAPA/EPAMIG	23/08/94	290
30	MG	BURITIS	FAZENDA PÉ DE SERRA/RURALMINAS	24/01/94	12
31	MG	URUCUIA	RINCÃO DO VALE/AGROPECUÁRIA SÃO PEDRO/MATÃO	08/09/94	160
32	MS	AMAMBÁI	FAZENDA VACARIA	05/03/94	180
33	MS	ITAQUIRAÍ	FAZENDA SUL BONITO	20/02/94	-
34	MS	ITAQUIRAÍ	FAZENDA SUL BONITO	26/06/94	1.000



Nordeste												
AL	4	3.000	545			245						5
BA	44	298.257	3.922	25		2.292	82	904	123	72	46	8
CE	14	11.264	453				48	276	3	46	1	
MA	33	131.194	4.601			112	126	876	154	311	32	
PB	13	11.550	1.901	27		1.009	360	379	469	2.589	233	636
PE	12	7.467	1.141			1.335	193	100	250	300	210	100
PI	18	144.191	1.311	10		26	48	513		166		
RN	11	10.622	423	100		160	19		50		80	50
SE	8	2.602	1.087			330						
Subtotal	157	620.147	15.384	162		5.509	876	3.048	1.049	3.484	607	794
Sudeste												
ES	5	2.057	320			200						
MG	9	33.298	1.036			312	440	71	12	302		
RJ	6	5.829	155			75	25		30			
SP	12	38.675	5.900			3.300	2.820			1.000		
Subtotal	32	79.859	7.411	0		3.887	3.285	71	42	1.302	0	0
Sul												
PR	17	14.550	5.935			78	4.537	1	18		18	
RS	9	16.392	3.300				1.160					
SC	11	16.767	1.558			190	298	40			20	
Subtotal	37	47.709	10.793	0		268	5.995	41	18	0	38	0
Centro-Oeste												
DF	6	3.956	216			266	215					
GO	8	36.111	733			192	305	30	45		45	139
MS	18	410.345	2.833			2.276	1.200		35	220	60	
MT	22	227.373	3.099			2.177	107	760	149	88	319	128
Subtotal	54	677.785	6.881	0		4.911	1.827	790	229	308	424	267
Total	379	1.819.963	47.179	388		17.687	13.182	4.535	1.901	5.239	1.685	1.118

Legenda: * Não há dados disponíveis do estado de Roraima

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

<i>Centro-Oeste</i>										
DF	6	1.080					1	4		
GO	15	4.134	1			1	69	40	9	
MS	22	24.165		1					1	
MT	29	18.206	5	2	15	4	5	12	15	
Subtotal	72	47.585	6	3	15	5	75	56	25	0
Total	485	308.619	47	62	212	39	1.017	333	151	5.567

Legenda: * Não há dados disponíveis do estado de Roraima.

Os conflitos contra a pessoa incluem os conflitos de terra, trabalhista, questão de seca, questão sindical, garimpo e política agrícola.

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

Conflitos pela Terra 1994 - Violência Contra Posse e Propriedade

Região UF	No. de Conflitos de Terra	Ha Conflitivos	Famílias Envolvidas	Famílias Vítimas de Expulsão	Vítimas de Despejo Judicial	Vítimas de Ameaça de Despejo	Vítimas de Ameaça de Expulsão	Vítimas de Destruição de Casa	Vítimas de Destruição de Roças	Vítimas de Destruição de Pertences	Roubo
<i>Norte</i>											
AC	8	1.800	288		1		16			3	
AM	7	24.000	359	3	300		71	300	1	300	
AP	1	571	1								
PA	35	165.463	2.731	182	1.718	43	140	13	8	13	4
RO	9	40.500	691	21	500		170	50	51	300	50
RR*											
TO	39	162.129	2.640	20	593	1.156	188	200	85		3
Subtotal	99	394.463	6.710	226	3.112	1.199	585	563	145	616	57

Conflitos no Campo 1994 - Violência Contra a Pessoa

Região/UF	No. Total de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativa de Assassinato	Ameaçados de Morte	Torturados	Agrididos Fisicamente	Presos	Lesões Corporais	Terrorismo
Norte										
AC	8	1.440				2	1	1	8	1
AM	7	1.795	1		2		14			2
AP	1	5	5		1					
PA	44	15.209	12	27	42	7	2	21	11	
RO	13	3.747	2	2	1				2	50
RR*										
TO	39	13.200		2	12	9	1	22	7	200
Subtotal	112	35.396	20	31	58	18	18	51	23	250
Nordeste										
AL	9	2.729	3		2		1	1		
BA	58	41.761	2	3	14	1	80	121	19	2.400
CE	17	2.290			2	1	1	1		
MA	35	23.010	8	18	58	2	414	29	26	1.222
PB	14	11.005		2	23	5	2	15	12	813
PE	16	7.306	1		1		101	8		
PI	20	6.669		1	22	1	1	1	11	
RN	12	2.415					80	5	5	
SE	8	5.435			4			1	1	62
Subtotal	189	102.620	14	24	126	10	680	182	74	4.497
Sudeste										
ES	9	1.736		1	5		1	8	1	
MG	23	17.664		1			210	1	2	
RJ	15	1.365					30			
SP	18	29.662	2			3	3	4	3	
Subtotal	65	50.427	2	2	5	3	244	13	6	0
Sul										
PR	22	31.292	2		8	3		29	7	800
RS	11	16.507							16	
SC	14	24.792	3	2				2		20
Subtotal	47	72.591	5	2	8	3	0	31	23	820

"Romaria da Terra faz o povo reunir..."

As peregrinações e romarias são uma prática popular antiga na América Latina e no Brasil. Já os índios Guaraní vivem numa permanente busca da "terra-sem-males"; os trabalhadores rurais buscam a sonhada "terra prometida". Mais de 40 milhões de brasileiros vivem longe de sua terra de origem. Desenraizados, são obrigados a migrar para sobreviver. A vida, sobretudo para os camponeses, têm se tornado uma peregrinação forçada e sem descanso, sobretudo nestas últimas décadas. Somos um povo de romeiros e de peregrinos, em busca de condições mínimas de vida: terra, água, trabalho, pão, dignidade. Assistimos a um grande êxodo, como o Povo de Deus na Bíblia, como o nosso pai Abraão. Por isto que o povo gosta tanto de ouvir as histórias da Bíblia. Nelas se encontra, se espelha e se identifica.

Nos últimos anos, as equipes de Pastoral da Terra têm promovido muitas Romarias da Terra. Algumas, em Santuários de devoção popular como Canindé, em Juazeiro do Norte (Ceará), Bom Jesus da Lapa (Bahia), ou Trindade (Goiás). Outras, em lugares marcados por conflitos ou lutas significativas, como Canudos (Bahia), Pinhão (Paraná), Santo Antônio das Missões (Rio Grande do Sul), ou a Romaria de Pe. Josimo (Tocantins).

De acordo com os dados da CPT, em 1994 foram realizadas 17 Romarias da Terra, com a participação de mais de 120 mil pessoas. Trata-se certamente de uma dado parcial, mas significativo. Cada Romaria tem um tema que unifica a reflexão e dá sentido à peregrinação. Em geral, o tema comum é a terra (**Tomem posse da terra e habitem nela** /Paraná; **Terra, vida e Amor, justiça para o povo trabalhador** /Rio de Janeiro). Outras, têm temáticas específicas ou regionais, como a Romaria da Terra de Rio Grande do Sul (**Na solidariedade fazemos nossa integração**), ou de Alagoas: (**Zumbi ontem: Quilombo hoje: A luta do povo**), ou

de Pernambuco (**Reassentados de Itaparica. Projeto: Morada de Deus, morada de gente**). Neste ano, duas temáticas ganharam destaque: **Terra e Cidadania** ("**Sem trabalho, terra e pão não sou cidadão**" /Pará); "**O Brasil que queremos é terra, trabalho e dignidade**" /Santa Catarina) e **Terra e Família** (**Família e Terra gerando vida** /Bahia; **Terra mãe da família** / Paraíba; **Terra: sonho da família no campo e na cidade** / Paraíba). A primeira temática está em sintonia com a segunda Semana Social Brasileira (Brasil: alternativas e protagonistas) e com a questão nacional da cidadania, debate levantado nesta primeira metade dos anos 90. A segunda temática relaciona-se com o tema da Campanha da Fraternidade '94: A Fraternidade e a Família.

Nas Romarias da Terra estão colocadas as grandes questões sociais do Brasil de hoje. Todas elas representam uma faceta de um projeto alternativo de sociedade, o **Brasil que a gente quer**. A terra está profundamente ligada a este projeto e a todas estas questões sociais, tanto no campo como na cidade. Não há como pensarmos um Brasil diferente, sem Reforma Agrária, ou que seja: a "democratização da terra". Por outro lado, o âmbito tipicamente religioso das Romarias e a devoção dos romeiros, colocam estas questões sociais em estreita ligação com a fé. Desta forma, as Romarias da Terra ensinam que a fé cristã precisa estar inserida na realidade e, ao mesmo tempo, a realidade precisa ser compreendida à luz da fé.

"A Romaria da Terra ajuda o povo fazer história. Em cada Romaria da Terra o projeto de Deus está vivo no coração do povo. Um dia Deus vai fazer nós chegar nessa terra". (Depoimento de Raquel, da Assembléia de Deus - Sertão da Bahia, citado em: **A festa do pequenos** - Romarias da Terra no Brasil, de Marcelo Barros e Artur Peregrino)

do campo, foi uma proposta de diálogo democrático com o Poder Público e busca de soluções coletivas. Isto mostra a importância da sociedade civil em ocupar os espaços públicos, não para substituir o Estado, mas para cobrar dele a execução das políticas públicas fundamentais à vida da população. Neste sentido, as lutas no campo têm mostrado o quanto o Estado precisa ser “desprivatizado”, tirado das mãos e dos privilégios de elites e ser apropriado pela sociedade, para além de todos e quaisquer corporativismos. Nesta mesma lógica, a Ação da Cidadania, em sua terceira fase (primeira fase: emergencial; segunda fase: emprego; terceira fase: democratização da terra), se constitui como um espaço privilegiado da sociedade, no campo e na cidade, para desenvolver ações concretas. Demonstra também a capacidade organizativa e política da sociedade em ocupar espaços públicos e comprometer o Estado na implementação de ações eficazes que garantam o acesso de todos à **cidadania** plena. Se o projeto de exclusão impede que as maiores se expressem como cidadãos, a Ação da Cidadania pode se constituir num espaço de aglutinação das forças sociais, com toda sua diversidade e criatividade, em torno de ações e projetos que visem a conquista participativa dos direitos. Dessa forma se explicitam sinais de uma sociedade “economicamente justa, politicamente democrática, socialmente equitativa e solidária e culturalmente plural” (CNBB, Brasil: Alternativas e Protagonistas, Vozes, 1994).

É significativo constatar que todas as experiências acima mencionadas brotam de situações concretas de **conflitos**. Alguns antigos; outros mais recentes. Se por um lado existe o confronto entre grupos sociais e o conflito de classes não pode ser negado, por outro lado, os trabalhadores rurais estão demonstrando, na prática, que são capazes de recriar o **tecido social** destruído e construir **alternativas** de vida, fundamentadas na solidariedade e na superação da dominação e da exclusão. Essas alternativas não são só de tipo econômico, mas também nos campos da educação, da preservação ambiental, da participação democrática, da organização e da expressão cultural e religiosa.

As experiências mostram ainda que não se vive somente **na** terra ou **da** terra. Os trabalhadores rurais **vivem a** terra, no sentido que ela é um elemento indispensável, não só para a própria existência material, mas também cultural e espiritual. Na relação com a terra, os camponeses expressam e solidificam sua identidade, sua cultura, sua fé e o prazer de viver na terra, em paz e com seus frutos. A relação com a terra não é a mesma que se tem

com o dinheiro ou com qualquer objeto. É uma relação sagrada e comunal; é relação com algo vivo. **A terra é vida!** A água, a mata, os animais: tudo é fonte de Vida. Cortar este “cordão umbilical” com a terra sempre é traumático para os trabalhadores rurais e para qualquer sociedade que queira ser humana.

Tanto o relacionamento cotidiano com a terra, como as manifestações, ocupações, reivindicações e as diferentes formas de organização e de produção vêm expressando e fortalecendo a **compreensão religiosa da vida**, típica dos camponeses. A relação íntima com o Deus da vida faz parte do cotidiano. A terra está na raiz desta experiência mística e, muitas vezes, até contemplativa. Reza, promessa, peregrinação, romaria, mutirão, passeata, ocupação, organização e produção revelam uma profunda **paixão pela Mãe Terra**, fonte de resistência, de luta e de martírio. Não há como separar a paixão pela terra, da fé e da compreensão religiosa da vida. É desta comunhão profunda que a CPT alimenta sua identidade, sua reflexão teológica e pastoral e seu serviço à vida plena e abundante na terra. É com este espírito, que buscamos estar presentes nas lutas e organizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, procurando ser presença solidária e animadora, assumindo suas causas, suas lutas e seu **projeto de nova sociedade**.

Daniel Piccoli
(Assessor Teológico)

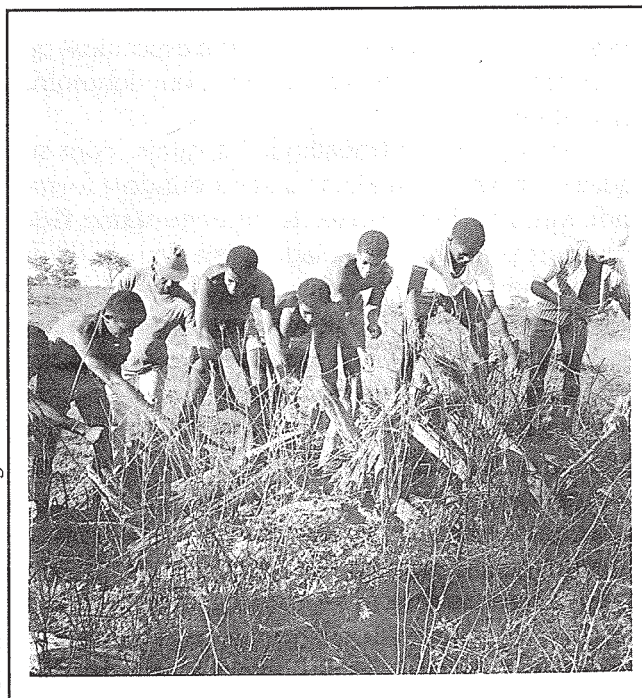


Foto: Nando Neves - Imagens da Terra

Comunidade do Enchú - Fazenda Rio das Rãs

24.200 pessoas.

“Quanto maior o sofrimento, maior a vitória. Vale a pena fazer tudo isso porque a gente vê que os nossos companheiros estão refletindo um pouco sobre o que sentem, se reunindo e partindo para a luta por aquilo que já é nosso de direito, mas não está em nossas mãos”, diz Raimunda Alves dos Santos, 62 anos, representante da Associação da Mulher de Nova Timboteua - PA.

SEMENTES DE UM NOVO PROJETO NA TERRA

Estas experiências são uma amostra da realidade. Representam o lado positivo e os resultados dos conflitos no campo. Muitas outras lutas, conquistas e sonhos viraram realidade neste ano. É sempre uma alegria vivenciar a vida e testemunhá-la, um compromisso da CPT. A partir desta amostra, se faz importante refletir sobre alguns elementos que se destacaram durante este ano.

A **luta pela terra e a luta na terra** se integram e se completam. Uma não existe sem a outra. É a confirmação de uma tendência que se consolida nos anos 90. Tanto a luta pela terra, como a luta na terra, expressam claramente a **riqueza e a diversidade religiosa, étnico-cultural, política e organizativa** desta imensa e colorida “colcha-de-retalhos” que é a população rural deste país. São rostos diferentes, são culturas que se misturam, são experiências religiosas próprias e específicas que encontram, na relação com a terra, um denominador comum.

Os próprios trabalhadores rurais, com sua riqueza e sua diversidade, vão descobrindo e formulando **seu modo próprio de se organizar: fidelidade** às práticas do passado e criatividade diante de novas situações. A prática antiga do mutirão torna-se uma nova forma de reivindicar e um valioso instrumento de luta e de solidariedade. A romaria e a devoção popular, expressões tipicamente populares da procura de Deus, se unem, na Romaria da Terra, à busca da Terra Prometida. O Quilombo renasce, ganha nova força, une etnia e fé em torno de um projeto alternativo à “casa grande”. A sabedoria antiga dos povos da floresta ensina como conservar a natureza e restabelecer a harmonia na “casa comum” (ecologia). Os contos e os “causos” dos velhos, como as histórias dos meninos, viram cartilha e livro didático para uma nova educação. São práticas criativas de um povo sabido, que não precisa de

atestado de cidadania, só precisa ser reconhecido “cidadão na sua terra” e valorizado na sua riqueza e diversidade.

Os trabalhadores rurais vem sendo protagonistas de **práticas alternativas** que vão muito além das soluções econômicas. Quando há terra para todos, se sorteia e se reparte. Quando há comida, se faz uma festa grande e se dança forró a noite inteira; o prazer de partilhar tem mais sentido que acumular. A cultura da solidariedade e a participação democrática já são práticas populares e alternativas antiexclusão. Tanto os lagos e Floresta Amazônica, como o Semiárido nordestino ou os cerrados, são autênticos “santuários ecológicos”. Os estudiosos e propositores do “desenvolvimento sustentável”, precisam conhecer mais estes “santuários” e aprofundar melhor estas práticas populares e alternativas, embriões de uma nova sociedade, uma nova economia, uma nova cultura e uma nova democracia.

Em contraposição a uma visão profundamente individualista e de coisificação consumista, também da natureza, **a relação com a terra é relação com o outro** e com o sagrado. Esta relação permite conjugar o individual/familiar e o coletivo, o profano e o sagrado. Basta observar as Romarias da Terra, que congregam milhares de pessoas, afirmando uma identidade coletiva: ser camponês, ser da terra. Todavia, cada um está aí com sua individualidade de romeiro, de devoto e de peregrino, numa ação comunitária e, ao mesmo tempo, profundamente pessoal. Entrando no espaço sagrado (santuário, devoção, promessa), o trabalhador rural carrega consigo seu cotidiano (terra, água, pão, trabalho, luta, sofrimento, conquista, reivindicação). Sagrado e profano se integram numa visão unitária da vida ligada à terra. Basta pensar no papel educativo e pedagógico do mutirão. A coletividade do trabalho, além de facilitar a produção, reforça os laços de solidariedade e de identidade do grupo e de cada trabalhador; ao mesmo tempo, expressa um compromisso pessoal, assumido com consciência, liberdade e gratuidade. Por isso, a luta pela terra e na terra é colocada em termos familiares e coletivos, nunca de forma puramente individualista. Para os trabalhadores rurais, a terra sempre tem uma clara e definida **função social**.

As experiências de luta, seja pela terra como na terra, vêm apontando uma **relação nova da sociedade com o Estado**. Basta lembrar, por exemplo, as experiências de educação popular acima citadas. Também o Grito da Terra Brasil, um marco importante deste ano e, enquanto expressão de uma ação organizada de segmentos da sociedade, a partir



5 - "Se Deus quiser, vou contar uma história"

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, no Pará, completou 10 anos de existência. Nesta ocasião, juntamente com o Movimento das Mulheres e a CPT do Amapá, publicou uma cartilha feita pelas crianças. São histórias de vida, sonhos, sofrimentos e esperanças de meninos e meninas tímidos e calados, mas capazes de expressar o que sentem e o que querem. São histórias como esta:

"A primeira caça que eu matei foi um soiá. O primeiro peixe que eu puxei, foi uma sardinha, mas eu não puxo mais, porque não tenho anzol. O primeiro tiro que dei foi num anum, mas eu não matei. O primeiro caderno que eu tinha acabou. Minha avó morreu de derrame cerebral. O meu avô deu uma dor. A minha avó morreu de bronquite e pneumonia. Meu avô morreu de uma dor. Graças a Deus que meu pai e minha mãe ainda não morreram. São os dois tesourinhos que eu tenho na minha vida. Vou completar 11 anos dia 25 de setembro. Gosto muito dos meus padrinhos. Minha madrinha me aconselha muito que estude, por isso gosto muito dela".

(Alexandre Vieira Queiroz,
11 anos,
Turma da noite - Rio Sabino)

"O STR e o Movimento das Mulheres provaram que sabem organizar escolas; as crianças mostraram que podem estudar com recursos mínimos e sabem produzir histórias até formar um livro. Esperamos que a Prefeitura mostre que pode cumprir seu papel de colocar escolas em cada comunidade. Enquanto isto não acontece, vamos continuar fazendo por nós mesmos!"

(Do livro **Se Deus quiser, vou contar uma história!** Redações dos alunos das escolas comunitárias de Afuá-PA)

6 - A educação a serviço da cidadania

O Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (Peart) consiste numa experiência pioneira de educação popular que visa resgatar a cidadania do trabalhador rural temporário, comumente chamado "bóia-fria". O Peart vem de uma experiência voluntária em Tamarana (1991) e Bela Vista do Paraíso (1992), no Paraná, e transformou-se num convênio entre a CPT-PR e a Secretaria de Estado de Educação do Paraná/Departamento de Ensino Supletivo (Seed/Desu) em 1993. Em 1994, o convênio passou a ser feito entre a Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário (Apeart) e a Seed/Desu. O convênio começou com 110 turmas em 1993, atingindo 1.500 alunos; em 1994, funcionaram 173 turmas, com um total de 3.585 alunos e 173 monitores.

Nesta experiência, "a alfabetização aparece como uma **estratégia de sobrevivência** não somente enquanto possibilidades de acesso a um trabalho melhor, mas porque revela que tão importante quanto alfabetizar é buscar soluções para as misérias da comunidade. Entre os exemplos práticos no interior do Peart está a reciclagem de lixo no Jardim União da Vitória (o maior assentamento de bóias-frias de Londrina), a valorização em sala de aula e os cursos sobre medicina caseira, planejamento familiar, cozinha alternativa, prevenção de incêndio" e uma Panificadora Comunitária em fase de acabamento".

(Do Peart 94 - Relatório de Atividades)

7 - Grito da Terra Brasil: contra a fome e a miséria - Pelo emprego

O ano de 1994 foi marcado por toda uma série de manifestações de trabalhadores rurais e entidades ligadas ao campo, a favor da Reforma Agrária e reivindicando desapropriações das áreas de conflito, regularizações fundiárias, demarcações e titulações de posse, desburocratização do crédito rural, construção de estradas, escolas e postos de saúde, preservação do meio ambiente, direitos trabalhistas, Previdência Social e Aposentadoria, liberação de recursos, projetos emergenciais contra a fome e a seca e outras reivindicações.

Foi um "grito" imenso, de norte a sul do país, unindo trabalhadores rurais, entidades e outros setores da sociedade. Uma verdadeira demonstração de cidadania, de participação popular e de democracia para todo o país. A partir do lançamento do Grito da Terra em Brasília, foram realizados, quase que simultaneamente, os Gritos da Terra em todos os Estados, com a participação de aproximadamente

de antropólogos da UnB publicou um laudo antropológico, concluindo que o grupo que habita atualmente Rio das Rãs é remanescente de quilombo, desde meados do séc. XIX. Em janeiro de 1995, um decreto presidencial declarou para fins de reforma agrária a desapropriação de parte da fazenda Rio das Rãs. A área do quilombo foi excluída, sem solucionar o problema.

A luta pela terra integra-se à luta pela sobrevivência cultural e religiosa desta comunidade negra. Mais do que isso, o Quilombo de Rio das Rãs é o símbolo de mais de dois séculos de luta contra a escravidão e a discriminação da “casa grande”. “Seu” Chico Tomé (Francisco Arcanjo de Souza), a pessoa mais velha do Quilombo, é o símbolo vivo desta resistência e o “mourão da raça negra”. Quando ele completou 100 anos, foi organizada uma grande festa, com muitos convidados. De Salvador vieram representantes dos movimentos negros e de terreiros de Candomblé. No ato ecumênico, um filho de santo homenageou Chico Tomé em uma linguagem africana e prostrou-se diante dele. Os negros irromperam em aplausos, alguns em prantos.

(Depoimento da Equipe CPT-BA)

3 - A união faz a força

Esse antigo provérbio popular nunca se mostrou tão verdadeiro como neste ano. Foi na Paraíba. A união, a perseverança, a determinação, a revolta e o desejo de justiça sustentaram várias experiências de mutirão em 1994.

Na Fazenda Engenho Novo, município de São Miguel do Taipu, (Paraíba), 404 famílias de posseiros vinham sendo ameaçadas de expulsão. Policiais e capangas, no dia 15 de abril, ameaçaram de morte Pedro Manoel da Silva e destruíram 408 toneladas de mandioca e oito mil sacas de milho prontas para serem colhidas. No dia 6 de junho, cerca de 800 trabalhadores rurais, vindos de várias áreas de conflitos da Paraíba, realizaram um enorme “mutirão de solidariedade” aos posseiros, para replantar as lavouras destruídas. O mesmo aconteceu no dia 31 de outubro, quando 400 trabalhadores rurais realizaram um novo mutirão para reconstruir o que tinha sido destruído pelos capangas dos usineiros. O mutirão de solidariedade, além de preparar a terra para o plantio, replantou a esperança das famílias ameaçadas, que moram na Fazenda Engenho Novo.

Outro caso semelhante aconteceu na Fazenda Pazza/Agrotec, município de Pitimbu, (Paraíba). Cerca de 300 famílias de arrendatários moram e trabalham na área há mais de vinte anos. Famílias

de sem terra se juntaram, ocupando uma área desapropriada em 1993 (Fazenda Corvoada e Sede Velha, município de Pitimbu). Também neste caso, a luta não foi fácil. Houve muitas ameaças, conflitos e destruição da lavoura por parte de capangas e da milícia paralela dos usineiros. Novos “mutirões de solidariedade” foram realizados para cortar a cana plantada pelos usineiros no local das lavouras dos posseiros e replantar, junto com as sementes de feijão e a maniva, a resistência e a esperança dos posseiros.

(Setor de Documentação da CPT Nacional)

4 - A luta dos Ribeirinhos pela preservação da região amazônica

A luta de preservação dos lagos e rios na Amazônia surgiu difusamente na década de 80, devido à diminuição do peixe, à presença, cada vez maior, de barcos pesqueiros de grande porte e à pesca predatória.

Nos meados dos anos 80, algumas comunidades da Prelazia de Tefé (Amazonas) se reuniram e elaboraram uma proposta concreta de política de preservação. Essa proposta consiste na seleção dos lagos:

- “lagos de procriação”, também chamados de “lagos sagrados” ou “santuários”, intocáveis e reservados para a reprodução das espécies;
- “lagos de manutenção”, destinados à subsistência das famílias dos ribeirinhos, onde se pratica somente a pesca artesanal (caniço, arco e flecha, arpões, tarrafa) e sem comercialização do pescado;
- “lagos livres”, destinados à pesca comercial, dentro dos limites estabelecidos pela legislação em vigor (tamanho do pescado, período de desova e tamanho da malha).

Essa proposta vem sendo desenvolvida, apesar das dificuldades, com resultados animadores. Alguns municípios já a incluíram em suas leis orgânicas. Além da preservação dos lagos, rios e igarapés, está sendo realizado todo um trabalho de resgate da história e da cultura das populações ribeirinhas e de educação à preservação do meio ambiente em todas as áreas. Neste sentido, os ribeirinhos se colocam, junto com os povos indígenas, como os sujeitos fundamentais da causa pela preservação da natureza e pela defesa da vida na região amazônica.

(Setor de Documentação da CPT Nacional)



***Na festa do meu povo, há terra
partilhada,
Nas lutas de cada estrada, de acampados
mutirão!
Romeiros do grande dia em busca de
nossa terra,
Gritos de paz e de guerra, promessa de
libertação.***

(O.D.C. p. 422, verso 4)

Pesquisando os arquivos da CPT, não se encontram só conflitos; não há só desgraça e morte. Há vida. Muita vida plantada na terra. Há luta. Muita luta e muitos sonhos. Há projetos e propostas transformando a realidade. A Comissão Pastoral da Terra é testemunha desta imensa vida suada, sagrada, semeada e partilhada; da luta pela terra que já é sorteio dos lotes, festa, forró e comida nos assentamentos; da defesa da terra que une etnias, culturas e religiões, em novos e antigos quilombos; das novas formas de solidariedade, resgatando e mostrando a criatividade de práticas antigas; dos mutirões de solidariedade e de esperança, plantando organização e gerando uma nova educação. Mutirões de cidadãos; grito de gente na praça, na rua; romeiros e devotos da terra, festa dos pequenos. Um dia, próximo, festa sem fim.

Aqui vai uma pequena amostra. É parcial, mas significativa pela diversidade, pela criatividade, pelas mil faces desta vida na terra e pelos muitos frutos já colhidos.

1 - Quando o sonho vira realidade.

Um grupo de aproximadamente 80 famílias, providas de várias cidades do estado de Goiás, descobriu que seria possível realizar um grande sonho: vencer a exclusão do emprego, da moradia e da falta de comida. Começaram a se juntar; foi a partir das experiências de outros grupos, como as ocupações da fazenda União, em Mundo Novo, e da fazenda São João da Lavrinha em Goiás.

A luta não foi fácil, houve ameaças e despejos. O grupo acampou perto do rio Gapto. Um pequeno produtor rural da região ofereceu um pedaço de terra para fazer uma lavoura comunitária, até chegar a hora de voltar à terra prometida. Houve também ocupação da sede do Incra, para pressionar o Governo a desapropriar a área para assentamento. Aconteceram “jornadas bíblicas” no acampamento.

Foram verdadeiras assembleias populares, como o povo de Deus na Bíblia. Houve dias de oração e de reflexão, contando o sofrimento, cantando a luta e clamando a Deus por liberdade, por saúde, por terra e por pão.

No dia 2 de junho de 1994, os acampados comemoraram o recebimento da imissão de posse da fazenda São Carlos. Este acontecimento foi celebrado com dois dias de festa, teatro, muita comida para uma multidão de gente dos assentamentos e cidades vizinhas, celebração Eucarística e forró que entrou noite a dentro, até o amanhecer.

No dia 10 de março de 1995, aconteceu o sorteio dos 155 lotes; mais festa para contar e celebrar a vitória da conquista da terra prometida, fruto da união de todos e da fé no Deus Libertador. Mais de 500 pessoas se juntaram. Houve Missa, teatro, festa e muita comida para todos. O coordenador do assentamento, em uma de suas falas, afirmou que aquilo que o povo estava vendo, naquele momento, “era coisa de Deus”.

(Depoimento da Equipe CPT/GO)

2 - “Negro entoou um canto de revolta pelos ares no Quilombo dos Palmares, onde se refugiou”.

A comunidade negra de Rio das Rãs está situada às margens do Rio das Rãs e do Rio São Francisco, no município de Bom Jesus da Lapa (Bahia). Trata-se de uma comunidade de remanescentes de quilombos, segundo registros encontrados nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia de 1662. A comunidade viveu em harmonia até 1981, quando começaram a surgir os primeiros fazendeiros interessados na área. A partir desta data, a região começou a viver uma fase de violência jamais conhecida: ameaças de morte, destruição de casas e plantações, matança de animais, envenenamento do Rio das Rãs e outras arbitrariedades. A comunidade teve grande parte de suas terras griladas, ficando encurralada numa pequena área, sem poder plantar. Muitas famílias foram obrigadas a migrar; das 300 que lá habitavam, permaneceram cerca de 199 apenas, que resistiram e levaram adiante a defesa da posse da terra.

Diante das dificuldades encontradas no âmbito da justiça estadual, a luta pela terra foi levada então à esfera federal, com base no Art. 68 das Disposições Transitórias Constitucionais, que prevê a titulação das terras habitadas por remanescentes de quilombos. Em novembro de 1993, um grupo

3 Cidadãos da Terra: lutas, sonhos e projetos



Foto: CPT - AM

TRABALHO ESCRAVO NO MATO GROSSO DO SUL

Denúncias frequentes de trabalho escravo já nos anos 80, feitas principalmente pela CPT e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa, culminaram com a criação da **Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias no Mato Grosso do Sul**, no dia 18 de junho de 1993. Publicada no Diário Oficial do Mato Grosso do Sul, por resolução conjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Comissão foi composta por 11 Secretarias Estaduais e órgãos governamentais e 16 Organizações Não-Governamentais, estando entre elas a CPT, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH).

Nestes quase dois anos, foram realizadas muitas visitas às carvoarias e destilarias, com relatórios posteriores abrangendo as seguintes áreas: quanto aos trabalhadores (origem, mecanismos de aliciamento); quanto às condições de vida e trabalho (alojamentos, higiene, alimentação); quanto à segurança e saúde (equipamentos, ferramentas, assistência médica), e um panorama geral. Estes relatórios foram divulgados em nível local, estadual, nacional e internacional.

Houve muita reação em todos estes níveis, principalmente por parte da imprensa. A Rede SBT produziu um programa Documento Especial (11 de outubro de 1993) e a BBC de Londres, apresentou, em rede internacional, um documentário sobre o assunto. Emissoras de televisão da Suíça, Áustria e França, também realizaram documentários. Um jornalista enviado pela Misereor fez uma reportagem em dezembro de 1994, além de inúmeras outras que foram divulgadas em jornais, revistas e através da televisão, local e nacionalmente. Esta divulgação despertou o interesse de organizações como a Unicef e Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se dispuseram a cooperar na erradicação do trabalho escravo no Mato Grosso do Sul, através de um convênio já firmado.

Nas **carvoarias**, existem aproximadamente mil baterias (com média de 25 fornos cada), localizadas nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo, Brasilândia e Bataguassu, com nove mil trabalhadores adultos, sendo 50% constituídos de famílias, e a-

proximadamente 2.500 crianças. Na quase totalidade, são trazidos de Minas Gerais por "gatos" (aliciadores), com falsas promessas.

A maioria dessas crianças ajuda os pais na produção de carvão. Caso típico é o de Antônio, nove anos, que afirmou: "Quando eu era criança, eu brincava. Agora que fiquei *grande*, ajudo meu pai". Isso significa que estas crianças não têm mais infância, queimaram uma etapa e estão na trilha de seus pais, sem perspectiva, sem futuro, sem esperança, sem opções. Recebem instrução dos "gatos" para se esconder no mato quando chegar alguém e por isso, fica muito difícil fazer um levantamento acurado.

Nas nove **destilarias** de álcool/açúcar trabalham aproximadamente 12 mil pessoas, sendo sete mil indígenas trazidos das aldeias de Mato Grosso do Sul, através dos "cabecantes" (que são índios das próprias aldeias), e cinco mil trabalhadores trazidos do Nordeste (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia) e Minas Gerais (especialmente do Vale do Jequetinhonha), através dos "gatos". Entre os indígenas encontram-se muitos menores, que sempre aumentam sua idade quando perguntados. Os próprios pais justificam a presença de seus filhos no corte da cana dizendo: "Eles querem vir e o que a gente vai fazer, tem que deixar".

A Comissão encontra muitas dificuldades: a vastidão da área das carvoarias (400 mil hectares, abrangendo seis municípios), tornando quase impossível um mapeamento completo da região; o intrincado mecanismo de aliciamento que vai desde siderúrgicas de Minas Gerais, passando por empreiteiras e subempreiteiras, até os "gatos", a grande rotatividade de trabalhadores e até de "gatos".

Apesar disso, a Comissão tem perspectivas e planejamento: estabelecer contato com Minas Gerais, onde existe trabalho semelhante; fazer o mapeamento aéreo de toda a região das carvoarias e dar apoio aos três Inquéritos Cíveis Públicos instaurados no dia 17 de novembro de 1994, pela Procuradoria Regional do Trabalho - 24a. Região, cujo Procurador-Chefe integra a Comissão. Os três Inquéritos foram instaurados para a apuração de fatos denunciados sobre a exploração da mão de obra indígena, nas carvoarias e destilarias.

Pe. Alfeo Prandel
CPT/MS

Casos de Trabalho Escravo - Brasil 1994

No.	NOME DO IMÓVEL / EMPRESA	MUNICÍPIO	UF	No. PESSOAS
01	Fazenda Boa Vista	Pancas	ES	16
02	Fazendas de Café	Santa Teresa	ES	118
03	Fazenda de Antônio Henrique Sobrinho	Pedreiras	MA	5
04	Carvoarias	Montes Claros e região	MG	10.000
05	Empresa Plantar	Coração de Jesus	MG	*
06	Fazenda de Deca Miranda	Três Pontas	MG	* **
07	Carvoarias	Ribas do Rio Pardo/ Água Clara/ Três Lagoas	MS	** 2.000 8.000
08	Fazenda Castanhal	Aripuanã	MT	*
09	Fazenda Michellan	Itiquira	MT	*
10	Usina Itamarati	Nova Olímpia	MT	2.600
11	Usina Alcopan/Álcool do Pantanal Ltda	Poconé	MT	***500
12	Fazenda Peralta ou do Português	Aripuanã	MT	*
13	Fazenda Cabeça de Égua/Sta Maria	São Félix do Xingu	PA	90
14	Fazenda Maipu ou Umaipu	Cumaru	PA	35
15	Fazenda Bannach	Rio Maria	PA	116
16	Fazenda Estrela de Maceió	Santana do Araguaia	PA	1.000
17	Fazenda Rio Negro	São Félix do Xingu	PA	153
18	Fazenda Mangico/Morada do Sol	São Félix do Araguaia	PA	77
19	Fazenda Tapete Verde	Capitão Poço	PA	12
20	Faz. não identificada-perto da Pau Preto	Xinguara	PA	64
21	Fazenda Santa Maria	Corumbiara	RO	124
22	Fazenda Livramento	Vilhena	RO	40
23	Fazenda Terboy	Seringueiras	RO	*
24	Fazenda Bela Vista	Seringueiras	RO	128
25	Sítio São Marcos	Capão do Leão	RS	*
26	Fazenda de Ivo Alves	Boqueirão do Leão	RS	7
27	Fazenda Vigorelli/Caguaçu	Jundiá	SP	100
28	Fazenda Corujas	Itapeva	SP	8
	TOTAL			25.193

Legenda :

- * Número não revelado
- ** Crianças escravizadas
- *** Ex Cooperativa dos Produtores de Cana de Poconé, denunciada pela mesma prática em 1 991.

para libertá-los. No mesmo estado, na fazenda Bela Vista, município de Seringueiras, foram presos um pretenso fiscal e o gerente, que tentou responsabilizar o empreiteiro por escravizar trabalhadores.

No Paraná, o promotor da comarca de Laranjeiras do Sul, Vani Antônio Bueno, denunciou Olivil da Silva, acusado, em 1992, de manter trabalhadores escravizados em sua fazenda. Como uma das vítimas negou que estivesse sendo submetida à escravidão, o juiz, Marco Antônio Antoniassi, absolveu o fazendeiro.

Tanto a Instrução Normativa do Ministério do Trabalho quanto o Projeto de Lei parlamentar foram comemorados como conquistas dos grupos envolvidos no combate ao trabalho escravo. E, de fato, o foram. Isso mostra o quanto este País está carente de mecanismos que impeçam o crime de se sujeitar seres humanos à produção forçada, sem remuneração. Alegremo-nos com leis que ainda deixam brechas para a impunidade. Prever condenação de um a quatro anos para os responsáveis pelo crime de trabalho escravo, pode implicar em deixá-los livres, pois serão réus primários, terão atenuantes, advogados e juízes darão um "jeitinho". Isso para os casos que, eventualmente, chegarem aos tribunais, já que em sua maioria, não chegam sequer à delegacia mais próxima.

6. Campanha contra o trabalho escravo

O Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, está lançando uma Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo. Num primeiro momento, terá como público alvo os trabalhadores rurais, utilizando recursos locais de comunicação capazes de atingir este público, como rádios, alto-falantes, paróquias, sindicatos, a partir do mapeamento de centros receptores e irradiadores de mão de obra escrava.

Nos centros irradiadores a campanha alertará os trabalhadores para que só aceitem contratos de trabalho por escrito, onde estejam especificados o salário e os descontos. A assinatura do contrato deverá ser acompanhada por testemunhas, buscadas em sindicatos, paróquias, etc. Nos centros receptores, a população será alertada sobre os estabelecimentos que empregam trabalho escravo para que ajude a fiscalizar e denuncie ocorrências.

Para fins de monitoramento, a campanha tomará, de início, o Mato Grosso do Sul e os seus centros irradiadores de trabalho escravo: Maranhão,

Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Paraná. O monitoramento será feito por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais, CPT, DRT, Cimi, Igrejas locais. Será determinado um período de realização da campanha, no fim do qual se avaliará sua eficácia.

Num segundo momento, a campanha será dirigida aos centros urbanos com o objetivo de que sejam informados sobre o problema e se conscientizem que combater o trabalho escravo é garantir a cidadania. Nesta etapa se buscará o apoio de personalidades da vida nacional e artistas sensíveis à questão social, como Gilberto Gil, Chico Buarque, Caetano Veloso, Renato Teixeira e outros.

Ainda há muito o que fazer para que a palavra **cidadania** tenha sentido para os trabalhadores rurais brasileiros. Falta muito para que a dignidade no trabalho não seja uma expressão vazia. Mas, analisando o panorama das reações ocorridas em 1994, talvez seja possível arriscar uma expectativa menos sombria. Os passos dados indicam que a sociedade começa a se envolver e mobilizar para buscar soluções de combate ao trabalho escravo. Essa mobilização, expressa nas denúncias, na fiscalização, no acompanhamento, precisa ser ampliada e aprofundada.

A Campanha Contra o Trabalho Escravo, que está sendo lançada simultaneamente com este relatório, traz um elemento novo. Ela visa, prioritariamente, chegar àqueles que são os maiores interessados - os que vivem no campo, os trabalhadores rurais que estão à procura de serviço, trabalhadores escravos em potencial. É preciso torcer pelo seu êxito. É preciso, e muito, trabalhar pelo seu êxito.

Inez Ethne Gontijo Neiva
(Assessoria de Comunicação)

ministração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, a ser introduzido no Código Penal, que prevê punições aos responsáveis pela utilização de mão de obra escrava. O Projeto, elaborado a partir de sugestões de entidades que atuam no campo, entre elas, a CPT e a Contag, foi sintetizado pela subprocuradora da República, Ela Wieko e prevê, para quem utiliza trabalho escravo, de um a quatro anos de prisão, além de multa e penas aplicadas aos crimes de lesões corporais graves ou morte. Em caso de mão de obra indígena, o Projeto determina que se os índios manifestarem desejo de trabalhar, a Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai) providenciará a assinatura de um contrato coletivo, devendo o ganho obtido deste contrato ser revertido em benefícios sociais para a aldeia. Em meados do ano, por iniciativa dos deputados José Cicote e Nilmário Miranda (PT), foi criado o **SOS Trabalho Escravo**, com o objetivo de receber denúncias de casos e estabelecer comissões para sua apuração.

5. Diferenças e exoneração

Apesar das decisões tomadas a respeito de um trabalho articulado entre órgãos federais e estaduais, foram poucos os resultados obtidos. Para ilustrar a heterogeneidade de conduta dos encarregados do Ministério do Trabalho nos diversos estados, citaremos o trabalho efetuado em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e no Pará.

No Mato Grosso do Sul a DRT integrou a **Comissão Permanente de Investigação das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Desilarias do Mato Grosso do Sul** (de que faz parte também a CPT-MS) e, se ainda não foram encontradas soluções definitivas, pelo menos a Comissão vem fazendo um trabalho sério e há perspectivas de desdobramentos que façam avançar algumas propostas e inquéritos instalados. (ver box, artigo do Pe. Alfeo Prandel, da CPT/MS)

Em Minas, a DRT, trabalhando em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg), Ministério do Trabalho, Sindicatos de Trabalhadores Rurais das regiões percorridas, CPT-MG, investigou cerca de 110 estabelecimentos, lavrando aproximadamente 125 autos de infração ou irregularidades. Por solicitação do deputado Roberto de Carvalho, a Assembleia Legislativa do Estado instalou, em maio, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar a situação dos trabalhadores na produção de carvão vegetal. Em junho, foi divulgado um relatório da CPI onde são caracterizados cinco modalidades de trabalho escravo. Em de-

zembro, a CPI concluiu seus trabalhos, propondo a fiscalização conjunta do Ministério do Trabalho, Secretaria de Estado, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos patronais. Propõe, ainda, uma legislação específica para forçar as empresas a cumprir as leis trabalhistas. Sem dúvida, mobilizadas ou preocupadas com esta mobilização no estado, 25 grandes siderúrgicas mineiras assinaram, no dia 18 de agosto, um termo de compromisso para acabar com o trabalho escravo nas carvoarias. O acordo foi assinado na Procuradoria Regional do Ministério Público. Por este acordo, as empresas devem se "responsabilizar diretamente pelas empreiteiras contratadas para administrar os trabalhadores".

O delegado regional do Trabalho de Montes Claros, Luís Chaves, que organizou e comandou essas inspeções, foi exonerado do cargo em outubro de 1994.

Por sua vez, a DRT do Pará divulgou, em fevereiro, seu relatório relativo às apurações de denúncias de trabalho escravo feitas em 1993, concluindo pela "inexistência de trabalho escravo" em todos os 15 estabelecimentos que teriam sido fiscalizados. Em dois casos, teria sido constatada apenas a falta de registro em carteira profissional. Frei Henri des Roziers e o padre Ricardo Rezende, da CPT, enviaram carta ao delegado regional do Trabalho, Raimundo Gomes, rebatendo as conclusões do relatório da DRT, lembrando que no caso da fazenda União, município de Água Azul, "a existência de trabalho escravo foi afirmada pelo delegado de polícia civil de Xinguara, Nilton José Neves, que coletou pessoalmente o depoimento de seis fugitivos". O estranho é que a DRT do Pará admitiu não ter fiscalizado essa mesma fazenda União e a fazenda Santa Cristina, em Santana do Araguaia.

Um fato desanimador e demonstrativo da impunidade, é a ausência quase total de ações da polícia e do Judiciário na questão. Nem se pode falar em exceções, tão raras são elas. É verdade que em Rondônia, na fazenda Santa Maria, município de Corumbiara, a Polícia Civil entrevistou libertando trabalhadores escravizados e prendendo os proprietários João e Rosildo Vilela Rossi. No dia seguinte foram soltos sob pagamento de fiança. Houve, depois, novas buscas, e a Polícia libertou um grupo maior de trabalhadores. O juiz da comarca de Vilhena, Roberto Gil, determinou a prisão preventiva dos fazendeiros, o que foi executado. Porém, o delegado André Monteiro, reclamou estar sofrendo pressões de políticos de Minas Gerais e Mato Grosso



ter feito para combater a prática de trabalho escravo no Brasil, embora reconheça sua existência.

A Anti-Slavery International promoveu o lançamento, no mês de março, em Londres, do livro **Trabalho Escravo - Um Elo na Cadeia da Modernização no Brasil de Hoje**, escrito pela jornalista Allison Sutton, da Anistia Internacional. A edição em língua portuguesa foi lançada em Brasília, no dia 26 de agosto, durante a realização do seminário **Trabalho Escravo Nunca Mais**. A tradução e organização estiveram a cargo de Siani Maria Campos e Flávio Pachalski. A CPT coordenou a publicação ao lado de várias outras entidades. A propósito do lançamento do livro, o presidente da Anti-Slavery International, Michael Harris, enviou uma mensagem cujo parágrafo final dizia: "O livro fornece informações que até agora não haviam sido bem divulgadas. Aproveitem este instrumento: sirvam-se dele na luta. Nós continuaremos com a nossa campanha internacional. Juntos, poderemos vencer este mal".

4.2. No Brasil

O seminário **Trabalho Escravo Nunca Mais**, que se realizou nos dias 23, 24 e 25 de agosto, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, foi promovido pelo Fórum Nacional Permanente contra a Violência no Campo. Integram o Fórum o Ministério Público, órgãos governamentais, organizações de trabalhadores, entidades de apoio, entre elas a CPT. O seminário teve como objetivo buscar soluções para abolir a prática do trabalho escravo no Brasil. No relatório final são apresentadas 21 propostas, das quais destacamos:

— Emenda constitucional que disponha sobre desapropriação sem indenização das propriedades rurais onde se constatar a existência do crime de trabalho escravo e forçado, destinando-as, prioritariamente, para assentamento das próprias vítimas.

— Durante a tramitação de processo judicial os bens permaneçam indisponíveis, respondendo solidariamente pela obrigação intermediário e empregador que utilizem mão de obra escrava ou forçada.

— Programa de Treinamento que propicie formação e reciclagem dos agentes do Estado para melhor execução de suas tarefas.

— Que a liberação dos incentivos fiscais, financiamentos e outros subsídios somente seja aprovada após consulta à Comissão de Eliminação do Trabalho Escravo e Forçado.

— Implantação de projetos econômicos na zona rural

deverá ser condicionada à aprovação dos órgãos afins, incluindo na proposta o memorial descritivo com a respectiva plotagem cartográfica do imóvel rural.

— Criação de um fundo de apoio, com participação da sociedade civil, às vítimas de trabalho escravo.

— Incluir nas pesquisas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - o item trabalho feito sob empreitada.

— Criação imediata de uma equipe especializada de agentes fiscais, policiais federais e procuradores para investigação e apuração de denúncia de trabalho escravo.

— Repetir a experiência do Fórum Nacional Permanente contra a Violência no Campo no âmbito dos Estados.

— Criação de programa de empregos para o Campo.

— Realização da reforma agrária.

Outro lançamento importante no ano foi o livro **Crianças de Fibras**, com textos de Jô Azevedo e fotos de Iolanda Huzak, prefaciado por Betinho e patrocinado pela OIT e Fundação Abrinq. É um apanhado de casos de crianças que trabalham em fábricas, usinas, plantações, olarias, matas e cidades nas diversas regiões brasileiras.

Também merece ser mencionada a cobertura que em 1994 a imprensa nacional deu à questão do trabalho escravo, com destaque para o "Correio Braziliense", que publicou uma série sobre o trabalho infantil entre os meses de março e setembro; e para o repórter Amaury Ribeiro Jr., da Agência "Folha", que conviveu durante quatro dias com uma família de trabalhadores numa carvoaria de Buritizeiros, Minas Gerais, resultando daí uma reportagem sobre trabalho escravo publicada pela "Folha de São Paulo", em 31 de julho.

Nas instâncias federais tomaram-se algumas medidas no sentido de coibir a prática de trabalho escravo, como a "Instrução Normativa de 24 de março de 1994", que dispõe sobre procedimentos da Inspeção do Trabalho na Área Rural, do Ministério do Trabalho. Na verdade, a elaboração deste texto contou com a colaboração ativa das entidades que compõem o Fórum Contra a Violência no Campo. Nele, estão previstas medidas coercitivas sobre a prática de trabalho escravo, procurando cobrir a lacuna que existe no Código Penal nesta área.

No dia 25 de maio foi aprovado o Projeto de Lei elaborado pela Comissão de Trabalho, Ad-

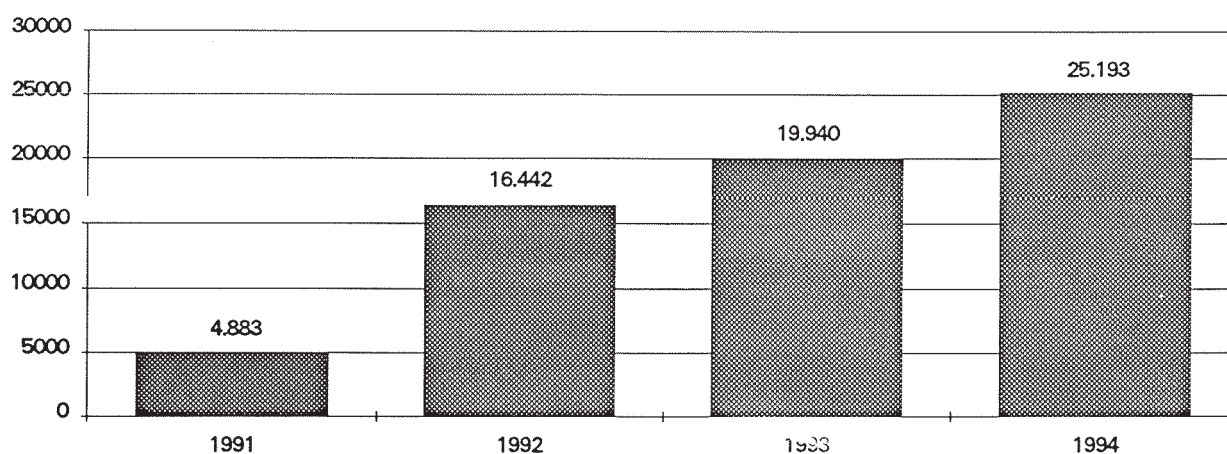
de criança na condição de aprendiz. Outro grande obstáculo para que a lei seja cumprida é a pobreza extrema em que vivem as famílias dos meninos que trabalham. Precisam deles para reforçar o orçamento da casa. O trabalho das crianças ajuda os pais a atingir certa cota para receber o que, geralmente, não chega a corresponder ao salário mínimo. Sozinhos não conseguiriam, já que nas condições em que sobrevivem, mal alimentados e sujeitos às doenças, tornam-se precocemente envelhecidos. Por isso, além de não colaborar, até procuram impedir as tentativas de apuração de trabalho ilegal do menor. Temem o desemprego, a fome absoluta. O canavieiro João Silvestre da Silva, que trabalha junto com três filhos menores, num canavial de Ipojuca (Pernambuco), disse ao Jornal do Brasil, de 29 de

4.1. No exterior

No dia 11 de abril, o advogado Darci Frigo, Diretor da Grande Região Sul da CPT, fez um pronunciamento em Genebra (Suíça) na 19ª Sessão da Subcomissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) - Grupo de Trabalho sobre a Escravidão Contemporânea -, demonstrando que prossegue, no Brasil, a prática de trabalho escravo e destacando a impunidade dos responsáveis por este tipo de crime.

Antes, no dia 1º de fevereiro, o Departamento de Estado americano entregou ao Congresso dos Estados Unidos o seu Relatório sobre Práticas de Direitos Humanos para 1994, onde, entre graves

Trabalho Escravo (Comparativo 1991/1994)



Número de Pessoas Escravizadas

setembro: "Aqui só tem serviço seis meses do ano. Se todo mundo não trabalhar, não há como passar o resto do tempo".

Subnutridos, sem escola, proibidos de fantasias, sem tempo para brincar e sonhar, esses meninos e meninas são a geração que nosso País está formando para o Terceiro Milênio.

4. Ações e omissões

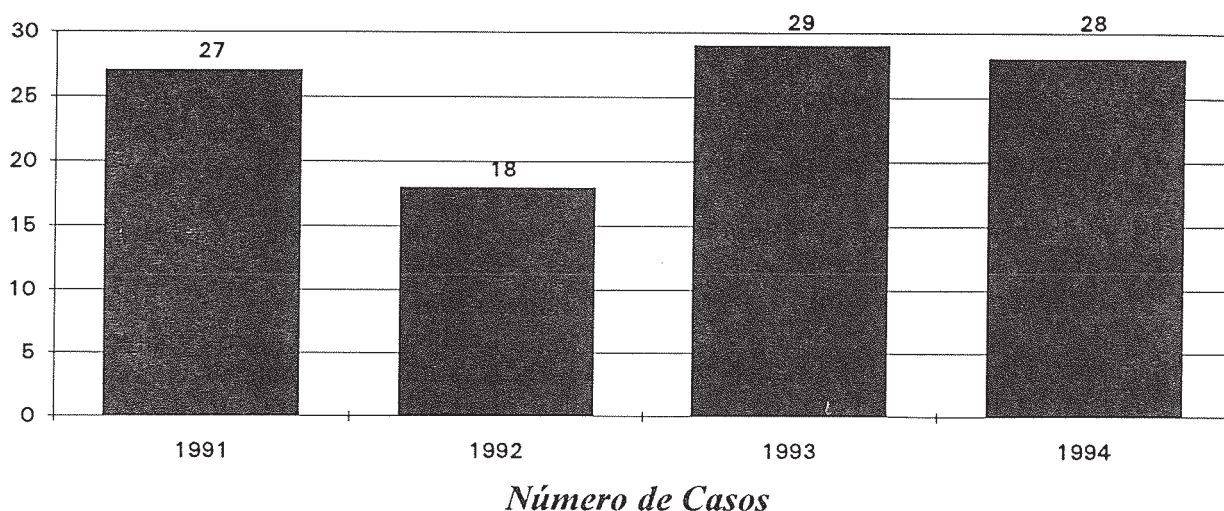
Durante o ano de 1994 houve várias iniciativas de organismos nacionais e internacionais para chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre a prática de trabalho escravo no Brasil.

problemas sociais e de violação de direitos humanos na área urbana e rural, consta o registro feito pela CPT de 16.442 pessoas vítimas de trabalho escravo no Brasil, em 1992.

Na 81ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada entre os dias 6 e 24 de junho, em Genebra, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) citou o Brasil como um dos nove países com "problemas sérios de escravidão".

A Human Rights Watch divulgou, no dia 10 de dezembro, em Nova York e no Rio de Janeiro, o seu relatório anual apontando o Brasil como o país que mais desrespeita os direitos humanos na América Latina. No item "Trabalho Forçado" a Human Rights Watch acusa o governo brasileiro de pouco

Trabalho Escravo (Comparativo 1991/1994)



XX, porque tal expressão está historicamente ligada a correntes e chicotes, aí estão alguns exemplos que demonstram que a escravidão no Brasil moderno não fica nada a dever ao Brasil colônia.

3. "Sem fantasia"

O presidente do Sindicato Patronal de Guaxupé, Minas Gerais, Luís Antônio Ribeiro Gabriel disse à reportagem do "Correio Braziliense", de 19 de julho de 1994, que "se os meninos não ficarem na lavoura, aprendendo, eles vão acabar se distraíndo, criando fantasias". Dessa forma, tira-se dessas crianças até o direito de exercer o que é mais natural delas, a fantasia.

Como os adultos, as crianças e adolescentes que trabalham no campo estão expostos às piores condições de insalubridade, acidentes de trabalho e riscos de vida. Em uma estação ecológica de Itapeva, São Paulo, administrada pelo governo estadual, crianças de 10 e 11 anos trabalham colhendo resina de pinus. Para borrifar o tronco das árvores, usam um líquido em cuja composição há 22% de gás sulfúrico.

Nas carvoarias, as crianças já têm, desde cedo, os pulmões comprometidos, respirando o gás carbônico dos fornos, mesmo enquanto estão dormindo. José Noel Ferreira Nascimento, de 16 anos apresenta sintomas de intoxicação. Ele cuida, ao lado de quatro colegas, de 34 fornos, no Maciço Florestal do Mato Grosso do Sul. Quando se sente

"pesado por dentro" toma um copo de leite e volta ao trabalho. Na carvoaria Tocantins, em Ribas do Rio Pardo, o bebê Alexandro Maciel da Silva, de seis meses, morreu queimado, quando sua mãe saiu em busca de mais lenha para o forno que já estava aceso. Na fazenda Santo Antônio, a Comissão de Fiscalização do Trabalho em Destilarias e Carvoarias encontra crianças trabalhando em jornada ininterrupta. Na carvoaria Santa Rita, em Água Clara, também verificou-se a presença de crianças trabalhando nos fornos.

Nas carvoarias de Montes Claros (Minas Gerais), uma parte muito significativa da produção é garantida por adolescentes e crianças, que recebem em pagamento "apenas a comida, que não contém os nutrientes necessários à saúde" ("Estado de Minas", 8 de junho de 1994).

Na fazenda de café de Deca Miranda, em Três Pontas (Minas Gerais), trabalham a pequena Patrícia e ainda outras seis crianças de 10 a 12 anos. Marilena, de um ano, é levada pela mãe para a fazenda. Ela não trabalha, é muito cedo ainda. Quem sabe daqui a dois, três anos?

O trabalho do menor no Brasil é regulamentado pelo artigo 7, inciso 33 da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos menores de 18 anos e qualquer tipo de trabalho aos menores de 14, salvo na condição de aprendizes e com possibilidade de estudar. Para justificar o emprego de mão de obra infantil, alguns patrões, aproveitam-se da exceção que a lei abre para trabalho

história de surra e até morte. Teve um grupo que tentou fugir da fazenda, o Pedro, o Antônio e o "Negão". O gerente, o Bonfim foi atrás e trouxe eles de volta, dizendo que ia matar o "Negão". Depois desse dia, nós nunca mais vimos o Negão".

"Outro caso que aconteceu foi a morte de um peão da Vila Rica que tentou fugir e foi morto pelo fiscal "Ceará", lá pelo dia 20 de julho. O "Ceará" saiu na procura e quando voltou, trouxe só a boroca dele, dizendo que o rapaz fugira. Mas ele comentou com outros fiscais que tinha matado mesmo o homem e largado o corpo na mata. Tem muita gente e isso é do meu conhecimento, que trabalhando na derrubada, já achou corpo na mata, se procurar é bem capaz de achar o corpo desse moço lá".

Mulheres cujos parentes foram trabalhar na fazenda Bannach, em Rio Maria (Pará), apontaram o desaparecimento, desde 26 de fevereiro de 1994, dos trabalhadores José Regino Alves da Costa, "Goiano" e Carmerindo Pinto de Oliveira, "Miro". Os dois teriam fugido e um deles, José Regino, estaria enterrado no cemitério de Santana do Araguaia.

Brasiliiano de Jesus Barros Silva, um dos 64 peões de uma fazenda não identificada, próxima à localidade conhecida por Pau Preto, em Xinguara (Pará), narra a violência a que foi submetido pelo vigia João Neto, ao ser capturado quando tentava fugir com um companheiro: "Ele estava, todo o tempo, com a arma na mão. Mandou que a gente descesse dentro de uma gruta funda, que ia dar um jeito na gente. Obedecemos. Quando desci, o terreno encobriu minha cabeça, que ele não podia me ver. Deixei a bolsa, a sandália e corri. Élio ficou para trás".

Lorivaldo Alves Gontijo, "Lorivaldo Mineiro", dono da fazenda Tapete Verde, em Capitão Poço (Pará), fez ele próprio o aliciamento de 12 trabalhadores, entre eles alguns adolescentes. Manuel Marques Rodrigues conta que, quando, em nome do grupo, foi reclamar o pagamento que lhe era devido, o fazendeiro disse que não tinham saldo, encostou-lhe uma pistola, ameaçando-o de morte, expulsando-os em seguida, sem permitir que levassem sequer as roupas e os documentos.

Ainda no Pará, José Ferreira dos Santos, um dos 90 peões escravizados na fazenda Cabeça de Égua, também chamada Santa Maria, em São Félix do Xingu, contraiu malária e só conseguiu sair para se tratar, porque seus colegas pressionaram o "gato" Pedro. O "gato" foi procurar José na cidade e ameaçou dar-lhe "três tiros na cara". Em sua de-

claração José disse que Pedro e o gerente da fazenda, Adão, andavam armados. O último "vivía falando que se peão fugisse, ele pegava e matava ou então arrancava a orelha e jogava dentro do rio".

Luiz Culau, da CPT de Rondônia enviou, no dia 13 de julho de 1994, um relato à DRT denunciando assassinatos de trabalhadores nas fazendas dos municípios de Seringueiras e São Francisco. Na Fazenda Terboy houve um assassinato, uma pessoa baleada e outra que ficou parálitica, em consequência de um tiro na espinha. Três homens que tentaram fugir de uma fazenda não localizada foram assassinados, um dos corpos foi encontrado enterrado da mata.

Também em Rondônia, município de Corumbiara, na fazenda Santa Maria, é mantida uma milícia armada para impedir tentativas de fuga. Cinco trabalhadores estariam desaparecidos, provavelmente mortos. Em Aripuanã (Mato Grosso), numa área de difícil acesso, fazenda Castanhal, a CPT de Rondônia denunciou a existência de homens armados, ameaçando matar os trabalhadores que tentassem fugir. No mesmo município, é denunciada a fazenda Peralta (ou do Português) por assassinatos e utilização da comunidade indígena Zoró para impedir o acesso à sede. Armados, os índios, que estão revoltados com a Funai, ameaçam quem tenta entrar ou sair

Em Pedreiras (Maranhão), o fazendeiro Antônio Henrique Sobrinho feriu com golpes de facão o trabalhador Antônio Rodrigues de Sousa. Quando os companheiros de Antônio o levavam para a cidade, o fazendeiro tentou, várias vezes, aproximar-se da rede para verificar se Antônio estava morto.

Para quem acha que é exagero usar a categoria "trabalho escravo", em pleno final do século



Crianças trabalhadoras nos fornos de carvão - MS

Foto: CPT - MS



fatores foram, em 1994, confirmados e até aprofundados.

1. Rota da escravidão

Proprietários, administradores e empreiteiros de estabelecimentos que utilizam trabalho escravo optam, muitas vezes, por aliciar trabalhadores em lugares distantes das sedes das empresas, inclusive em outros estados. Sem serviço e sem perspectivas de sobrevivência no local de origem, homens e, em muitos casos, também mulheres e crianças emigram, geralmente iludidos pelas excelentes propostas que são apresentadas pelos “gatos”. Nesse ano destacaram-se como estados irradiadores de mão de obra escrava: **Minas Gerais** (famílias oriundas principalmente da região miserável do Vale do Jequitinhonha), de onde saíram para trabalhar no Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo e no Mato Grosso. No **Maranhão** foram buscados para trabalhar no Pará. A Bahia exportou escravos para o Mato Grosso também para o Espírito Santo. De **Alagoas** também encontraram-se trabalhadores do Mato Grosso do Sul. Do **Mato Grosso** saíram para Rondônia. Do **Paraná** também havia trabalhadores nas carvoarias do Mato Grosso do Sul. O Estado de **Tocantins** enviou mão de obra escrava para o Pará. Finalmente, do **Piauí**, foram encontrados trabalhadores no Maranhão.

2. Violência

Submeter pessoas a trabalho forçado já é, em si mesmo, um ato intolerável de violência. Uma grande violência que se utiliza de várias modalidades de violência para se manter. Assim, desfilam nos históricos elaborados pelo Setor de Documentação do Secretariado Nacional da CPT e nos depoimentos das vítimas, histórias de agressão, ameaças de morte, tentativas de homicídio, assassinatos, desaparecimentos.

Nas fazendas de café de Santa Teresa (Espírito Santo), onde 118 trabalhadores escravos foram contratados pelo “gato” Antônio Vieira Freire, “Toninho”, queixaram-se de maus tratos e ameaças de espancamento “se não trabalhassem direito”. O capataz Ubiratan Alves Gorgozinho espancou um homem de 65 anos, deixando-o gravemente ferido, por ter pedido para regressar à Bahia.

Na Usina Alcool do Pantanal Ltda., uma das filiadas da Cooperativa de Produtores de Cana (Alcopan) de Poconé (Mato Grosso), 500 trabalhadores, inclusive garotos na média de 14 anos de idade, encontravam-se submetidos às piores condições de

trabalho, alojamento e alimentação, segundo constatou a DRT de Mato Grosso. Eles se queixaram da excessiva jornada de trabalho e de só poder sair do local no dia de pagamento. Um deles, que não quis se identificar, afirmou que tanto nos alojamentos como nas plantações são vigiados por guardas e “gatos” armados de porrete. Outro disse que “quem tentar sair sem autorização é ameaçado”. Denunciaram também repressão por parte de policiais militares. No dia 15 de abril de 1994, quando a DRT foi verificar a situação, a equipe do jornal “A Gazeta”, que tinha ido fazer a cobertura, sofreu intimidações por parte de fiscais e guardas da Alcopan que tentaram impedir sua entrada. Esta empresa, aliás, já havia sido denunciada pela prática de trabalho escravo em 1991.

O trabalhador João Benedito Balesteiro e mais 12 companheiros fugiram da fazenda Livramento, em Vilhena (Rondônia). Alguns deles foram capturados e João acredita que tenham sido baleados. Ele procurou a Delegacia de Polícia de Cuiabá para dar queixa do “gato” Gilmar por quem, ao tentar negociar melhores condições de trabalho e remuneração, foi advertido que “difícilmente conseguiria deixar a fazenda, por causa dos pistoleiros que a vigiavam”.

Na fazenda Rio Negro, em São Félix do Xingu (Pará), estavam 153 trabalhadores, inclusive dois menores, aliciados pelo empreiteiro Raimundo Brito Novais, o “Mundoca”. Em depoimento prestado ao Conselho Tutelar de Tucumã, os menores declararam que o “sub-gato” conhecido por Valmir ameaçou-os de espancamento e de lhes cortar o pescoço com foice.

Protagonista veterano de práticas de trabalho escravo, o gato Francisco das Chagas Andrade, “Chicô”, volta à cena em 1994, aliciando peões no Maranhão para trabalhar na fazenda Estrela de Macieiro, em Santana do Araguaia. Gilberto Rodrigues da Silva afirma que “tem muita gente que já apanhou por lá de facão, de pau. (...) Já vi gente apanhando porque queria vir embora e já vi também um peão ser jogado para fora do carro porque queria vir para a rua e os fiscais não deixaram”. O menor Sandro Gomes de Souza, 17 anos, acusou o fiscal Bonfim de ter dito que “qualquer trabalhador só podia sair depois que passasse por cima de seu cadáver...” Quando o grupo de Gilberto retirava do local o peão Juraci, que tinha sido ferido em acidente de motosserra, o fiscal Bonfim engatilhou uma espingarda 20 em sua direção, não chegando a atirar. Casos de morte são citados no depoimento de Gilberto Rodrigues da Silva: “Lá dentro já aconteceu muita

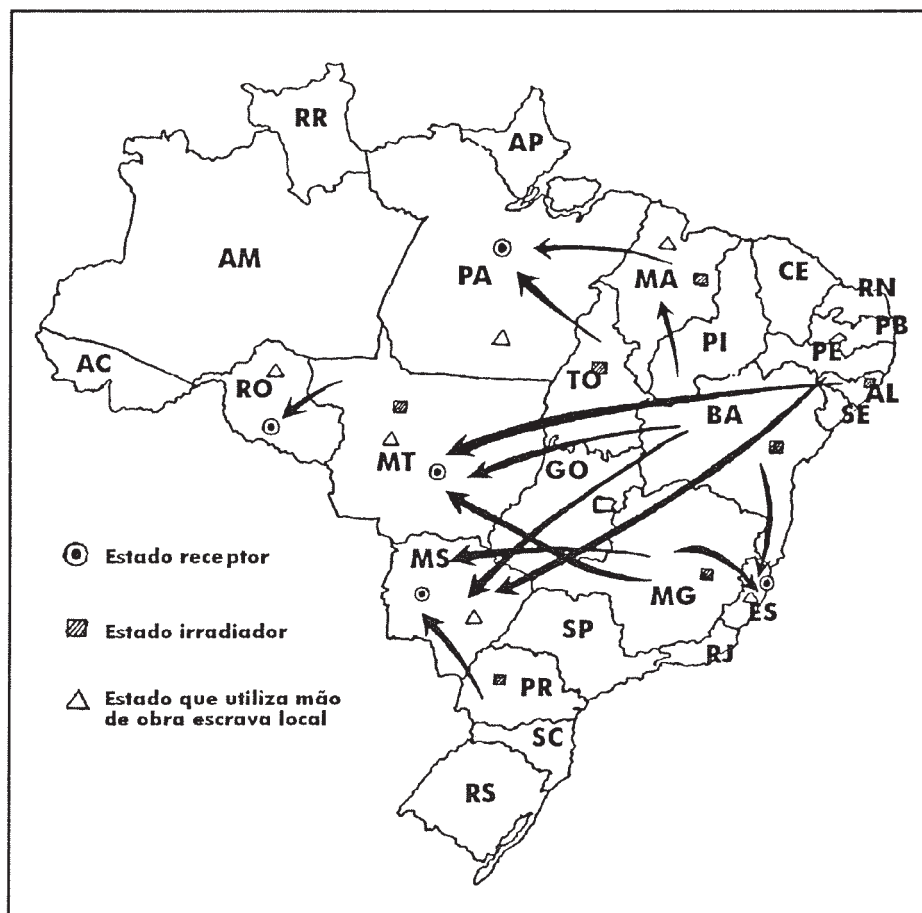
**"Existe um povo que a bandeira empresta
Pra cobrir tanta infâmia e covardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
"Em manto impuro de bacante fria!...
(...)
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!..."**

**(Antônio de Castro Alves
- "O Navio Negro")**

Os números relativos à ocorrência de trabalho escravo no ano de 1994 indicam o agravamento do problema, apesar de todas as denúncias feitas, inclusive em instâncias internacionais. Os fatores que permaneceram praticamente inalterados, com algumas exceções, foram a impunidade e o não encaminhamento de soluções para o problema. As ações ou omissões dos órgãos públicos variam de Estado para Estado. Destacam-se por exemplo, o empenho da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Minas Gerais e a incompetência ou má vontade da DRT do Pará. O número de casos permanece praticamente o mesmo em relação a 1993 (29 casos), porém, a quantidade de vítimas evoluiu de 19.940 em 1993 para 25.193 no ano passado. Isso pode ser atribuído à constatação de trabalho escravo em diversas carvoarias da região de Montes Claros, em Minas Gerais, envolvendo 10 mil trabalhadores, e de seis municípios do Mato Grosso do Sul, envolvendo oito mil adultos e duas mil crianças. Aliás, o trabalho de crianças em atividades pesadas no campo foi o fato mais destacado e alarmante em 94. Em dados gerais sobre a exploração de mão de obra infantil urbana e rural, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que há 7,5 milhões - 11,6% da população ativa, que trabalha no Brasil, grande parte em condições degradantes, perigosas ou análogas à de escravo. Desses, três milhões têm de 10 a 14 anos. Na área

rural, 59,3% de meninos de cinco a 17 anos trabalham 40 horas semanais, a maioria sem carteira assinada e 57,8% sem remuneração. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) calcula que trabalham no campo brasileiro 490 mil menores de 10 a 14 anos. Porém, constatarem-se também casos de menores de 10 anos trabalhando. Como o de Patrícia de Oliveira, quatro anos, na fazenda de café de propriedade de Deca Miranda, em Três Pontas, sul de Minas Gerais e de Joseli Matos Silva, seis anos, na colheita de algodão no município de Santa Cruz do Monte Castelo, noroeste do Paraná.

Foram expressivas as manifestações de setores da sociedade brasileira e do exterior com relação ao assunto, mas quase não houve avanço no sentido de erradicar essa prática criminosa. Não são de estranhar os obstáculos existentes no combate ao trabalho escravo, se levarmos em conta que ele ocorre, na maioria dos casos, em setores ligados à chamada modernidade, como os grandes projetos de reflorestamento e a agroindústria. Além disso, a deterioração das condições de sobrevivência no campo, a intocabilidade da concentração de terra e de renda, a falta de oportunidades para famílias camponesas na desigualdade do mercado, esses e outros



2 Os escravos no Brasil



Foto: Ricardo Funari - Imagens da Terra

Trabalhadores Rurais (canavieiros) da Usina Nova Aliança em Amélia Rodrigues - Bahia

de janeiro a julho de 1994, foram assassinados 28 trabalhadores rurais. Desse total, apenas em três casos foram feitas ocorrências indicando as causas das mortes: todas por questões trabalhistas. Cícero Pedro Alcântara, José Ferreira e Otávio Miranda da Silva, são os únicos nomes que constam nesta publicação "Conflitos no Campo 94", porque a CPT só trabalha com dados comprovados. Nos 25 casos restantes, não é mencionado o motivo do crime e as dezenas de corpos encontrados com um tiro no rosto e queimados, em cemitérios clandestinos, sequer foram identificados.

Os cemitérios clandestinos são uma triste realidade em Alagoas. Na localidade de Mata da Tabela, município de Pilar, foi encontrado um cemitério com várias ossadas não identificadas. Os moradores da região garantem que o cemitério existe há quatro anos. O sitiante Edson Ferreira disse que em algumas noites o movimento de transporte de cadáveres era intenso.

Assim como o cemitério, os desaparecimentos fazem parte do cotidiano do Estado. Alguém se lembra do tempo da ditadura militar, quando as pessoas simplesmente desapareciam? Em Alagoas se vive ainda como no tempo da ditadura. Dona Maria da Silva, desde o dia 20 de março de 1994 procura seu marido, o trabalhador rural Rosalvo José da Silva. Eles moravam no município Colônia de Leopoldina, em uma fazenda, há 10 anos. Quando o proprietário quis expulsá-los da terra, Rosalvo reagiu e disse que iria na Justiça cobrar uma indenização. No dia seguinte ele desapareceu. Agora, pela denúncia que fez, dona Maria está sendo ameaçada de morte pelo fazendeiro e pelo soldado Edmilson - última pessoa a falar com seu marido.

Pacto do Silêncio

Quem reclama morre, quem denuncia o assassinato também morre. Essa é a lei do cão que prevalece em Alagoas. Em consequência, foi implantado o "pacto do silêncio". Todo esse quadro de violência e total impunidade, têm promovido uma incorporação da violência na vida dos alagoanos, de tal maneira que ninguém estranha assassinatos, desaparecimentos e descoberta de cemitérios clandestinos. O silêncio

passa a ser a forma "banalizada" de encarar a violência. Ou uma estratégia de sobrevivência. Em debates e entrevistas realizadas com trabalhadores rurais da Mata Norte de Alagoas, reduto da "gang da pistolagem", sobre os crimes ocorridos na região, foi possível perceber que o medo expresso pelo silêncio é um elemento muito forte e determinante no discurso dos canavieiros: "Melhor perder uma questão, não falar, que perder a vida" (trabalhador canavieiro de Jundiá, em novembro de 92).

Devido ao "pacto do silêncio", o FPCV-AL tem uma dificuldade imensa de conseguir testemunhas para os fatos que denuncia. Sem falar que os próprios integrantes do Fórum - formado por entidades como a CUT, OAB, Pastoral da Terra, Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, entre outras - vem recebendo ameaças de morte.

Diante dessa situação tanto o FPCV-AL como o Fórum Nacional Contra a Violência no Campo, apresentaram ao governador Divaldo Suruagy - no seu terceiro mandato e considerado um dos governantes mais truculentos de Alagoas - o projeto de um programa para garantir a vida e a segurança das testemunhas. Resposta do governador: "Isso é bobagem. Quem quer matar, mata mesmo. Não viram o presidente Kennedy, tão bem guardado e acabou morto. Dizer que as pessoas não falam porque têm medo, também é bobagem. Afinal, o medo na maioria das vezes é psicológico".

Violência contra os trabalhadores rurais, contra as mulheres, contra os índios Xucuru Cariri, violência policial, institucional, pacto do silêncio. Existirá alguma esperança para Alagoas? Os integrantes do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo que estiveram nos dias 3, 4 e 5 de abril deste ano em Maceió, acham que sim. O simples fato de, apesar de todo esse clima existir o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, já é um grande passo. Igualmente, o fato dos parentes de algumas vítimas prestarem depoimento, apesar de todas as ameaças. Aqui e ali, vão aparecendo sinais que a população de Alagoas não suporta mais a violência e que a total impunidade um dia terá fim.

Malu Maranhão
Assessora de Comunicação

mesmo a mais cruel e bestial, não golpeia às cegas, obedece a uma "tecnologia política do corpo" ⁸ que objetiva, em última análise, perpetuar o poder de dominação dos senhores de

velhos e novos latifúndios e a exclusão dos lavradores do acesso à terra, à cidadania, à vida. Triste país alegre é o Brasil!

Ruben Siqueira
(Assessor Sociológico)



Foto: CPT - Pb

Despejo de 32
famílias de Barra
de Cima - Abiaí

CRÔNICA DE MUITAS MORTES ANUNCIADAS

Uma violência sem limites, institucionalizada, vem transformando o Estado de Alagoas em uma arena: de um lado os matadores, mandantes, cúmplices e do outro vítimas, parentes, amigos. Uma violência exercida pela polícia, militar e civil, pelas autoridades. Quem não a pratica, se omite, vira o rosto de lado, fingindo não ver os assassinatos, os sequestros, os desaparecimentos. A Cooperativa de Usineiros dá R\$ 1 milhão para "aparelhar a polícia" e o secretário de Segurança, coronel João Amaral, promete, orgulhoso, implantar uma subdelegacia em cada usina, "para poder monitorar melhor os trabalhadores rurais". Vale lembrar, que em Alagoas, por conta de um acordo feito quando Fernando Collor era governador, os usineiros não pagam ICMS, nem impostos.

A história de Alagoas é uma crônica violenta de muitas mortes anunciadas e ocorridas. O simples fato de um trabalhador rural fazer uma reclamação trabalhista, é motivo para mais uma morte. Foi o que quase aconteceu com o canavieiro José Amaral Cirino Alves que em 19

de maio 1993, foi espancado, recebeu quatro tiros e quase foi queimado vivo, simplesmente porque reclamou do gerente da usina de Sumauma, município de Marechal Deodoro, o péssimo salário que recebia. Ele só escapou porque fingiu que estava morto. "Eu tive sorte porque escapei da morte - disse Cirino em depoimento, dado em setembro de 1994, ao Fórum Permanente contra a Violência de Alagoas (FPCV-AL). Mas como fizeram comigo fazem com outros que reclamam. Não foi pelo dinheiro que eles fizeram isso, mas porque eu tive coragem de dizer na cara do gerente que eles estavam roubando meu dinheiro. Acontece que um fazendo isso, os outros trabalhadores também podem fazer e aí eles matam. Devem ter matado muitos, mas ninguém ficou vivo pra contar".

A macabra contabilização dos assassinatos de trabalhadores rurais, sequer pode ser feita porque não existem dados. Um exemplo disso foi o levantamento feito pelo FPCV-AL - usando como fonte os jornais locais. No período

da Reforma Agrária.

Mas, diante da escalada da violência ligada ao crime organizado que se abateu sobre Xinguara, a CPT não pode ficar passiva e ausente. Vem se empenhando, juntamente com sindicatos, movimentos populares e comunidade paroquial de Xinguara, na denúncia às autoridades estaduais e federais, para que as medidas cabíveis sejam tomadas urgentemente para por fim a esta situação. **(Informe da CPT, Rio Maria - PA, 05.11.94)**

Com quantos tiros se impede uma desapropriação?

Agosto/Novembro, Nordeste, município de Vitória da Conquista, Bahia
Ocupação da Fazenda Mocambo

12/08 - Cerca de 800 famílias, que estavam acampadas no assentamento Sta. Marta, cansadas de esperar pelo Incra, passando fome e frio, ocupam a fazenda Mocambo, de 1800 ha, propriedade de Dionilton Araújo (ou Edson Piloto), com processo de desapropriação em andamento. O juiz Maurício S. Brasil defere pedido de reintegração de posse do proprietário.

19/08 - A PM efetua o despejo e decide permanecer 15 dias na área para impedir o retorno das famílias, que acampam na beira da estrada, próximo à fazenda.

06/09 - São disparados tiros em direção ao acampamento durante toda a noite e parte do dia seguinte.

21/09 - Fazendeiros andam dizendo que para acabar com as invasões de terra, o padre Zanone teria que morrer. Este diz que não concorda com a maneira dos sem terra, mas está do lado deles para os apoiar e "tentar guiá-los para um caminho certo".

29/10 - O clima é tenso, com pistoleiros atirando na direção das famílias, ameaçando, inclusive familiares de posseiros em suas casas na cidade. Os acampados cortam o mato, de onde pistoleiros os provocavam. Aparecem o fazendeiro e oito pistoleiros. Enquanto conversam, outro grupo de pistoleiros aparece por trás, atirando pelas costas, alguns com luvas cirúrgicas, uns com coletes a

prova de bala, outros encapuzados. Os acampados se defendem como podem.

Seis são feridos. E mortos Manoel Bastos, 39 anos, cinco filhos, e Zilda de Jesus, 51 anos, 12 filhos. Pistoleiros também saem feridos.

01/11 - O fazendeiro Dionilton diz que foi vítima de uma "armação".

11/11 - O jornal "Sudoeste na Tribuna" divulga o alerta de uma amiga do fazendeiro, segundo a qual o fazendeiro estava realmente decidido a matar o padre Zanone.

14/11 - A juíza Rosana Monteiro defere um pedido do fazendeiro para se fazer uma perícia na fazenda e pede proteção policial para o trabalho do perito.

22/11 - O Sindicato Rural e a FAEB - Federação da Agricultura no Estado da Bahia dão apoio, inclusive jurídico ao fazendeiro, que contesta o laudo do Incra.

Neste caso, como em muitos outros, há uma confluência de fatores - que vão da vagareza do Incra à presteza de juízes, passando pela truculência da PM e pela ferocidade do fazendeiro e seus pistoleiros, preparados para a guerra e a impunidade - a gerar a violência e a morte.

Para concluir

Estes são casos como centenas de outros; uma pequena amostra da diversidade e generalidade dos conflitos em 94, como em outros anos. Uma pergunta martela insistente a mente do leitor indignado: por que?

Como demonstram análises costumeiras, as causas da atual violência no campo estão, por certo, no modelo agrícola modernizante agro-químico-exportador, altamente subsidiado pelo dinheiro público, em implantação desde os anos 70. Por si só, porém, isto não explica tudo. A violência no Brasil é também expressão histórica de um modelo de sociedade e uma cultura - assinaladas pela ambivalência, senão pela hipocrisia -, que vêm sendo forjados e reproduzidos desde o "descobrimento", perpassando as transformações econômicas e políticas. Persistente no campo, em nossos dias, acompanhando a modernidade agrícola que se implanta, revela, impune, sua face mais sombria e medonha. A violência rural,



posseiros, senão seria morto. O presidente do PT de Xinguara foi ameaçado a mão armada, por apoiar posseiros. Na lista dos ameaçados de morte estariam os padres Benedito Costa e Ricardo Rezende e ele mesmo, Frei Henri.

Apesar de a CPT não apoiar estas ocupações, frei Henri tirou da cadeia posseiros que estavam sendo torturados. Além disso, ele acompanha os processos contra os autores e os mandantes das mortes dos sindicalistas de Rio Maria.

Frei Henri afirma ser de conhecimento público que o grupo de pistoleiros é contratado pela UDR de Xinguara, em fase de reconstituição, sendo seus cabeças os diretores do Sindicato Rural José L. Franco e Freitas, Jeremias Rocha e Freitas, Ricardo Vilela e Freitas, Rogério Vanderlei, Jordam Queiroz, Olavo Queiroz, Adalto Gale Jr, e outros latifundiários, como Roque Quagliato, Elviro Arantes (prefeito de Xinguara) e Jerônimo Amorim (acusado de mandante do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro).

08/07 - Frei Henri faz novas complementações: dois veículos usados pelos pistoleiros são conhecidos; várias pessoas ameaçadas de morte foram embora.

13/09 - A população de Xinguara, assustada, acuada, faz abaixo-assinado com 3.800 assinaturas, apelando às autoridades. À comitiva que lhe entregou o documento, o governador Carlos Santos diz que vai mandar mais policiais para a região. Respondem-lhe que a violência aumentou com a instalação do quartel da Polícia Militar.

20/10 - Cícero Coelho, ferido num atentado na fazenda Nazaré, no dia 3 de setembro, presta depoimento à Polícia Civil. Relata a organização dos pistoleiros e a existência da "lista da morte". Fala de um telefonema do fazendeiro Jerônimo Amorim ao gerente Vanderlei, em que demonstrava preocupação porque "nesta época nenhuma pessoa ainda não tinha sido assassinada".

24/10 - Decretadas as prisões preventivas de Jerônimo Amorim, do gerente "Velho" Luiz e dos pistoleiros Ademir Fonseca e Geraldo Mendes. Imediatamente eles fogem.

30/10 - A Justiça autoriza a polícia a entrar em

quatro fazendas no sul do Estado, inclusive a Nazaré, para prender acusados de integrar o grupo de extermínio.

31/10 - O relatório do delegado especial, Gilvandro Furtado, afirma não existir a lista de ameaçados. Supõe que teria surgido de uma relação, feita pela PM, de 30 ocupantes da fazenda Nazaré. Sugere que a Igreja é, pelo menos, "conivente e omissa com a violência".

03/11 - O delegado especial apura que Jerônimo Amorim é o responsável pelas mortes.

10/12 - Alegando falta de recursos, a Polícia Civil do Pará engaveta a operação de desarmamento que faria em seis fazendas no sul do Pará, entre elas, a Nazaré.

O há muito conflagrado sul do Pará inova mais uma vez, inventa a "terceirização" das ocupações de terra... E é onde mais se matou no campo em 94. Frei Henri explica o que está acontecendo, em depoimento ao Sub-Procurador da República, Dr. Álvaro Ribeiro da Costa, em Brasília:

Desde o ano passado, vários comerciantes e fazendeiros de porte médio (1.000 a 2.000) da região estão utilizando grupos de trabalhadores rurais para invadir terras improdutivas das grandes fazendas, na perspectiva de se apossar delas, uma vez conseguida a desapropriação. Eles fornecem alimentos, dinheiro, armas a esses trabalhadores que, em compensação, vendem-lhes os lotes invadidos. A resposta dos grandes fazendeiros - inclusive nesta época de campanha eleitoral - é reconstituir a UDR e criar um grupo para-militar para matar, não só os posseiros, mas todos aqueles que apoiam e sustentam esses invasores. De fato, parece que todas essas vítimas apoiaram, de uma forma ou de outra, neste ano ou no passado, essas "invasões de terra".

A CPT de Conceição do Araguaia - PA, não obstante tentativas de envolvê-la, deixa clara a sua posição:

A CPT não tem manifestado nenhum apoio a estas manifestações, pelo fato de que os beneficiários não seriam lavradores sem terra, verdadeiros clientes



e cega das jazidas e dos trabalhadores, a extrema defasagem entre o valor do ouro e o da pessoa e da natureza, levam ao paroxismo um aspecto dos piores da violência rural no Brasil: a irresponsabilidade.

A vez na terra pode ser a vez da morte

**Junho, Região Sudeste, município de Promissão, São Paulo:
Fazenda Reunidas Santa Bárbara**

14/06 - Aparecido Rafael e Antonio Donizete, participantes da luta pela desapropriação da fazenda, desde o início, em 93, serão os próximos assentados. O lote de nº 17 está abandonado pelos contemplados, desde a distribuição da área (lotes de 18 ha para mais de 800 famílias). O Incra não decide quem deve receber o lote. Aparecido cansou de esperar e, com seu sogro Dercídio Vieira, decidem ocupar o lote.

18/06 - Antônio Donizete e seu sogro Vicente Ferreira vão ao lote para exigir que Aparecido e Dercídio o desocupem, pois a vez seria deles. Aparecido está armado e dispara duas vezes contra Donizete que ainda é quase degolado por Dercídio Vieira. Em defesa do seu genro, Vicente fere Aparecido no coração. Hospitalizados, Dercídio e Vicente são presos em flagrante. Aparecido e Antonio estão mortos.

A nobreza da causa dos sem terra não os imuniza contra a praga da violência que está no âmago da questão da terra no Brasil. O Incra, que está aí para resolver esta questão, muitas vezes, por inapetência, morosidade e burocratismo, acaba por agravá-la e, indiretamente, ocasionar novas e evitáveis violências, de fazendeiros e até entre iguais, lavradores beneficiários da tímida reforma agrária.

Estranhas ocupações e grupos de extermínio

**Março/dezembro, Região Norte, município de Xinguara, Sul do Pará
Fazenda Nazaré**

26/03 - Carta de uma posseira da fazenda Nazaré: "A noite não durmo, olho meus filhos dormindo, tenho vontade de me matar para não ver meus filhos mortos pelos pistoleiros. Nos ajude por favor. Antes que seja tarde. Não cite meu nome, pois não tenho o dinheiro para comprar o

caixão".

/04 - O comerciante Newton C. Mendes é assassinado em frente à sua casa.

06/04 - Cerca de 200 PMs entram na vizinha fazenda Santa Helena. Sob pretexto de prender posseiros da Nazaré, invadem e saqueiam casas. Até gestantes e crianças são ameaçadas. O lavrador Luiz Cruz F. é espancado. Somem quatro posseiros da Nazaré e um casal da Santa Helena. Estradas bloqueadas pela PM prejudicam toda a região.

04/06 - Jucelino Rosa e sua esposa Ana Beatriz, pequenos proprietários, sofrem um atentado na estrada e ficam gravemente feridos.

05/06 - O pequeno proprietário Moacir Andrade é assassinado em Xinguara.

11/06 - É assassinado, na estrada, o comerciante Osmar Barbosa, apelido "Bigode".

12/06 - O motorista e mecânico Valdemir Lopes é seqüestrado, logo após ter viajado com o padre Benedito Costa, vigário de Xinguara. Enquanto o espancam, fazem perguntas sobre os padres.

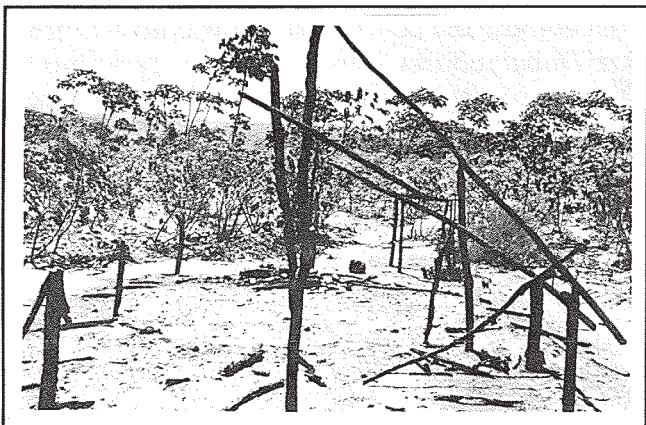
27/06 - O açougueiro José Martins e seu filho, Gilvan Martins são assassinados. Sua mãe morre de infarto ao ver mortos o filho e o neto.

28/06 - Presos dois suspeitos dos homicídios. Soltos no dia seguinte, por intervenção de advogados de agropecuaristas da região.

01/07 - O mecânico Valdemir Pereira declara, em depoimento ao subprocurador da República, Dr. Álvaro R. da Costa, saber por ouvir dizer que, antes de matá-lo, os assassinos de José Martins o teriam mandado sair da região. Diz saber de uma lista com 40 ameaçados de morte, e que na fazenda Nazaré vivem 35 pistoleiros.

02/07 - Frei Henri des Roziers, advogado da CPT, completa o depoimento de Valdemir com as informações a seguir. Foram ameaçados de morte, em Xinguara, Zezinho, dono de uma padaria, "Juliana da Farmácia" e "Careca", dono de outra farmácia. O pai do vereador Elpídio Pereira foi avisado, por telefone, pelo dono do grupo agropecuário Quagliato, para seu filho não apoiar os

Parece o mito de Sísifo, condenado a um eterno recomeço de seu trabalho. Por seis vezes, as lavouras são destruídas e, por quatro,



Queima de casas em Barra de Cima - Abiaí, durante o despejo

as ferramentas são tomadas. A resistência dos lavradores não aceita perder para a força bruta. A violência se avoluma e se aprimora, em vão, tentando vencer o sonho da terra, a dignidade do trabalho e a beleza sofrida da luta pelo pão.

A Paraíba foi a campeã em vítimas de destruição de roças (2.589) e de casas (469). No país da fome e da Campanha Contra a Fome, é significativo que em muitos conflitos pela terra, principalmente no Nordeste, tenha havido muitas destruições de roças prontas para a colheita e muito empenho solidário dos lavradores em refazer suas plantações e recuperar seu mantimento. A produção da fome *versus* a produção que alimenta. E a tentativa frustrada de eliminação do benefício que confirma a posse da terra.

Em 94, apreensões de ferramentas de trabalho tiveram incidência inédita. Por que podem ser usadas como armas? Ou porque é com elas que se lava, transforma em sustento e se possui verdadeiramente a terra? Ao se impedir o trabalho, há um reconhecimento implícito, na negação, de que com ele se legitima a propriedade.

O ouro e o choro

Abril/Junho, Região Centro-Oeste, município de Poconé, Mato Grosso, Garimpeiros da Cascalheira

07/04 - Cerca de 500 "filãozeiros" (pequenos garimpeiros) tentam ocupar uma área de 50 ha, pertencente a Roberto Rondon, requerida à União pelo SFP - Sindicato dos Filãozeiros de Poconé,

para exploração do ouro. O juiz de Poconé, Juraci Persiani, baseado em antigas liminares que proíbem atividades garimpeiras que degradem o meio ambiente, determina o fechamento do garimpo. PMs de Poconé e Cuiabá retiram os filãozeiros.

/05 - Os filãozeiros tentam fazer acordo com as mineradoras. Buscam apoio de pessoas e entidades. Acertam com o Delegado Regional do Trabalho uma reunião para discutir as condições de trabalho nos garimpos e uma fiscalização no município. Um garimpeiro fica com 30% do ouro obtido, 70% ficam para a mineradora, dona da concessão de lava e dos moinhos. Trabalha-se sem qualquer proteção, em buracos de até 40 metros. O SFP quer que os trabalhadores tenham suas próprias concessões, deixando de ser assalariados.

31/05 - Francisco de Jesus, 44 anos, e Edmar Viana, 32, diretores do SFP, vão a Cuiabá, tratar de assuntos do Sindicato, prometendo voltar no mesmo dia.

01/06 - Os dois, que eram ameaçados de morte, são encontrados mortos e carbonizados, na rodovia, em Várzea Grande. A viúva de Edmar, Neiva Pereira, recebera um telefonema de Roberto Rondon, que dizia esperar os sindicalistas em Cuiabá para fazer um acordo. As viúvas acusam Rondon e lembram que o filãozeiro "Mineirinho" estava a serviço do empresário e fizera ameaças à família de Francisco.

03/06 - O governador Jaime Campos - dizendo que os conflitos são causados por "meia dúzia de privilegiados" que controlam os garimpos da região - solicita a nomeação de um promotor especial e determina uma operação de desarmamento. Depoimentos na Delegacia de Polícia reforçam as suspeitas sobre Rondon. As viúvas contam que seus maridos foram a Cuiabá chamados por ele, para definir a doação dos 50 hectares. Em Poconé, fala-se dos motivos e dos autores das mortes, que já eram esperadas. "Atrás do ouro sempre vem o choro", diz uma senhora. Rondon nega envolvimento.

Superfície e sub-solo, a terra é vista como riqueza, possibilidade de grandes lucros, pelo que se mata e se morre, sem cerimônia, no interior do Brasil. Os garimpos e as mineradoras, a legislação ultrapassada que os rege, a exploração desenfreada

zenda, Chico Elias, de agir com violência, impunemente.

07/04 - Soltos, os posseiros voltam com suas enxadas e continuam as plantações. Empregados chegam provocando e disparam cinco tiros.

09/04 - Os roçados de milho e feijão são destruídos por tratores.

12/04 - Os posseiros estão replantando as roças. Proprietários e policiais chegam para executar ação de despejo. Há espancamentos, uma mulher grávida fica ferida, ferramentas são apreendidas e sete posseiros são presos, sem mandato de prisão. Uma comissão vai ao Incra pedir providências. O superintendente diz já ter concluído a vitória da área e que encaminharia o pedido de desapropriação para assentar as 404 famílias.

13/04 - Cerca de 500 posseiros vão à Delegacia de Pilar pedir a liberação dos seus companheiros e de suas ferramentas. São informados que não foi registrado o flagrante. O juiz promete liberá-los, mas antes quer verificar se não havia nenhum procurado pela Justiça. As horas passando, os trabalhadores, impacientes, falam em entrar e retirar os presos. Às 14:30 eles são soltos e as ferramentas devolvidas.

15/04 - Sete policiais militares, alguns capangas e três dos herdeiros da fazenda, drogados, roubam ferramentas de trabalho, derrubam portas de casa e ameaçam de morte Pedro M. da Silva. Com tratores, destroem perto de 408 toneladas de mandioca e oito mil sacas de milho, prontas para a colheita.

19/04 - Dez capangas armados novamente destroem as roças.

21/04 - Sete capangas e três herdeiros atacam os posseiros, que estão refazendo suas roças, em mutirão. Atiram e ferem cinco pessoas, uma é hospitalizada.

22/04 - A área é cercada por 40 PMs, capangas e seguranças da fazenda. Tratores destroem a lavoura, mais uma vez. Uma comissão vai, com a CPT, ao chefe da Casa Civil. O secretário de segurança e o comandante da PM garantem a ele que "o clima na área está tranquilo". O juiz Ananias lhe afirma que a reintegração de posse só

pode ser revertida com uma ação junto ao Tribunal de Justiça.

27/04 - Uma comissão de posseiros denuncia uma emboscada contra o secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilar, Severino de Oliveira, o pároco de São Miguel e Pedras de Fogo, pe. João Cauchi e Roseane do Nascimento. Os responsáveis foram Artur Mesquita, um dos proprietários e seis capangas.

06/06 - Cerca de 800 trabalhadores de áreas de conflito da Paraíba realizam um mutirão de solidariedade aos posseiros da fazenda Engenho Novo, com o fim de replantar as lavouras destruídas.

07/06 - Capangas destroem 25 ha de lavouras replantadas.

09/06 - Os posseiros denunciam a destruição de suas lavouras e as ameaças de morte que vêm sofrendo por parte dos capangas dos herdeiros da fazenda.

15/06 - Um posseiro acusa o policial "Carlão" de estar comandando uma equipe de pistoleiros que impedem os moradores de sair de suas casas, fechando as passagens e ameaçando-os com armas.

05/07 - Cerca de 40 policiais militares, à frente o capitão Fernando, de Itabaiana, apreendem as enxadas, quando os posseiros trabalhavam em regime de mutirão.

06/07 - Os posseiros conseguem retomar as enxadas e denunciam que um grupo de policiais permanece na área impedindo sua volta.

07/07 - Há nova destruição das lavouras dos posseiros, garantida pela presença de oficiais da PM. Três posseiros são ameaçados de morte pelo capanga Chico Elias.

08/07 - Representantes das áreas de conflito Engenho Novo, Pazza e Capim de Cheiro, pedem ao Incra agilização dos processos de desapropriação. Os proprietários ganham no Tribunal de Justiça a ação de reintegração de posse. O jornal "Correio da Paraíba" refere-se às 400 famílias de posseiros como "baderneiros e desocupados" e acusa a CPT e o Frei Anastácio.



Colonos saem da Fazenda Santa Rita

metido. Meio afastados, o fazendeiro e integrantes da UDR acompanham.

Dia 26 - Acusados pela polícia e pela UDR, quatro líderes da ocupação são indiciados por invasão de propriedade, formação de quadrilha, sequestro e cárcere privado e furto qualificado. O DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ingressa na Justiça Federal contra o acampamento à margem da BR.

Em 29 de novembro, a UDR anunciou que oficialmente fechava as portas. Em crise financeira, não tinha como se sustentar. Passara os tempos das "vacas gordas", em leilões milionários. Na verdade, não se justificava mais como entidade nacional, articuladora da raivosa reação latifundista à proposta de reforma agrária que assulou os debates da Constituinte de 87/88. Entidade legal da sociedade civil, a UDR era a cara "moderna" da oligarquia agrária, que finalmente havia se curvado às regras do jogo democrático... Odiosa cara, porém, logo associada ao que de mais atrasado subsistia na sociedade brasileira, ansiosa por um "Brasil Novo"... Desfeita a máscara, porque tornou-se obsoleta, reencontram-se moldes locais de articulação e atuação do reacionarismo agrário, muito mais eficientes e menos ex-

postos à vergonha nacional.

No entretanto, a fanfarronice de Ronaldo Caiado não deixa por menos: "se houver qualquer nova ameaça à propriedade privada, pode ter certeza de que nós voltaremos" ⁸.

Plantar para não colher? ou Para que serve uma enxada?

Março/Julho, Região Nordeste, município de São Miguel do Taipu, PB
Posseiros da Engenho Novo

17/03 - Cerca de 50 policiais do Batalhão de Choque da PM vêm executar a liminar de reintegração de posse dada pelo juiz Ananias Xavier em favor da proprietária, Evangelina Mesquita. Apreendem ferramentas, espancam e prendem os posseiros Manoel Ademar, Manoel Luís, Manoel da Landa, João Pereira e Armando Gomes. São levados para a delegacia de Pilar, cujo delegado, Alceu Madruga, não permite que recebam visitas ou sejam fotografados.

18/03 - Os posseiros denunciam o feitor da fa-

⁸ O Estado de São Paulo, 05 de dezembro de 1994, p.A 6.

de machado ou picareta. Pedacos de seu corpo foram encontrados no campo da fazenda.

* OSMAR MAGAVE, 62 anos; um mês antes, tivera uma discussão com um indivíduo conhecido por "Goiano" (Gilberto Rodrigues da Silva), que pretendia passar uma cerca pela roça em que trabalhava. Ao impedir, recebeu dele uma ameaça: "junta teus cartuchos, que eu vou juntar os meus". Ao voltar da lida com o gado, Osmar é morto, esquartejado e enterrado junto com a mãe.

* ÁUREA CAMBRAIA DE CASTRO, 47 anos, esposa de Osmar, "sofreu a morte mais violenta. Morreu aos pedaços, enquanto corria pelos campos tentando livrar-se dos golpes de terçado do assassino. Atravessou o igarapé Bacabal procurando ajuda de Iracy, que estava na casa de farinha, provavelmente morto antes dela. Seu crânio foi esmagado, pedaços de braços, peças que vestia e fios de cabelo foram encontrados ao longo do caminho que percorreu tentando salvar-se." (*Diário do Amapá*, 04.03.94).

A chacina da família Magave expressa de modo cabal um componente, não de todo novo, que vem marcando a violência rural recente no Brasil. Paralelo à novidade do recurso à lei e ao aparato judiciário e à diminuição dos casos de violência - mas conjugado com isto -, está havendo um aprimoramento das formas da violência. Esta vem se tornando mais explícita, intensa, brutal e medonha. Ainda atinge as lideranças, tentando degolar o movimento popular; mas menos. Parece ter-se mudado a estratégia. Tem visado famílias e grupos, para empatar a reprodução e a organização camponesas. Agora alveja os simples lavradores e suplicia-lhes os corpos, com máxima crueldade, para exemplar e mandar um recado preciso e contundente aos demais, intimidá-los, apavorá-los e sufocar-lhes o desejo de participação e o sonho da terra - matar-lhes a alma.

A UDR acabou?

Maio, Região Sul, município de Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul
Ocupação da Fazenda Santa Rita

Dia 15 - 450 famílias sem-terra ocupam, de madrugada, a Fazenda Santa Rita, do veterinário e pecuarista Agamenon Almeida. Desde novembro de 93, estavam acampadas às margens da BR-285. O MST alega que a retomada das ocupações se deve à falta de perspectivas de novos

assentamentos e que a área ocupada é "improdutiva e sem função social".

Dia 17 - A juíza de Lagoa Vermelha concede liminar de reintegração de posse ao proprietário, dá um prazo de 72 horas para que os sem terra saiam, e determina que a Brigada Militar - BM vigie a área. Oficiais de Justiça vão comunicar a decisão aos acampados e são recebidos por quatro crianças com uma bandeira branca e um cartaz pedindo Reforma Agrária. Produtores rurais da região vigiam, para impedir novas ocupações. Os sem terra se preparam contra o despejo.

Dia 18 - Chegam mais soldados da BM. Um helicóptero sobrevoa, filmando e fotografando. É o proprietário quem abastece os veículos militares e fornece os animais com que policiais fazem a ronda da fazenda. O presidente da União Democrática Ruralista - UDR acusa o MST como sendo "organização guerrilheira que ameaça os direitos básicos do cidadão e invade propriedade privada".

Dia 19 - Entidades populares fazem manifestação e jejum público em apoio aos ocupantes. A Associação Rural de Vacaria, a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial e Industrial divulgam comunicado atacando os colonos.

Dia 20 - Terminado o prazo, os sem terra permanecem. Dado o clima instalado pela UDR, teme-se pelo pior. O proprietário e mais de 50 produtores rurais reunidos dizem que apenas aguardam. A BM mantém barreiras a 200 metros da área ocupada, para evitar confrontos entre sem terra e milicianos da UDR.

Dia 21 - É adiado o despejo, para o Ministério Público dar vistas ao processo. Alega-se o perigo que correm as crianças. Um pecuarista da UDR critica a decisão judicial e acusa que há muito tempo "os colonos usam as crianças como escudo".

Dia 23 - Os sem terra aceitam a promessa do Governo Federal de, em um mês, assentá-los. O proprietário e integrantes da UDR se irritam: "fomos agredidos e não houve respaldo à classe ruralista", "os invasores foram vitoriosos".

Dia 24 - Os sem terra, cantando, deixam a Fazenda pacificamente. Voltam a acampar às margens da BR-285, à espera do assentamento pro-



Em 94, foi decretada pelo governo Itamar Franco a desapropriação de aproximadamente 100 áreas para reforma agrária, num total de 700 mil hectares, suficientes para o assentamento de 12 mil famílias. Foram tantos, porém, os recursos e percalços judiciais que, mais a alegada falta de verbas e a inapetência do Incra, terminaram por inviabilizar o processo. O Judiciário, com raríssimas e honrosas exceções, passou a ser dos maiores obstáculos à reforma, se não é o maior, atualmente. Chega, em alguns casos, a coonestar a violência, possibilitando que de tudo se faça, com a finalidade de tumultuar e protelar as desapropriações, senão para impedi-las, ao menos para valorizar ao máximo as propriedades. Em consequência, aumentam os despejos, e as beiras de estradas do país vão se tornando acampamentos de sem terra.

Enquanto o número de conflitos relacionados ao trabalho escravo (28) permaneceu quase estável, a quantidade de pessoas escravizadas teve significativo aumento (25.193, 5.253 a mais que em 93), confirmando a tendência dos anos 90. É certo que a elevação gradativa do número se deve a uma maior consciência social que toma conhecimento, denuncia e pressiona os órgãos a quem compete a fiscalização das condições de trabalho. Só nas carvoarias e destilarias de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul foram registrados 20 mil pessoas em situação de trabalho escravo, o que se deve, sem dúvida, à atuação das Delegacias Regionais do Trabalho em parceria com entidades da sociedade civil, entre as quais a CPT. Terra e trabalho, são campos preferenciais para o exercício da incapacidade brasileira de realizar o "contrato social", base de toda moderna sociedade. Quando ao despossuído da terra resta o trabalho escravo ou semi-escravo como forma de subsistência, então está patenteado o supra-sumo do nosso atraso.

De 91 a 94, já se contabilizaram 199 assassinatos, em 1.916 conflitos no campo, numa média de 479 conflitos por ano, 1.3 por dia e um assassinato para cada 9.6 conflitos, 50 por ano e um por semana. Pela terra, estiveram envolvidas quase 900 mil pessoas, na disputa de 17.8 milhões de hectares. A agricultura se modernizou mais. As relações com a terra e com a gente da terra ainda estão por se humanizarem.

2. Crônica de um ano comum, em uma terra de violências

Se pouco diferem, ano a ano, por que a CPT insiste com estes repetitivos e incômodos relatórios, esta contabilidade macabra?

É preciso ser incansável na denúncia, para engrossar a contra-corrente do ministro, "católico de comunhão diária", para quem "o que é bom a gente mostra e o que é ruim a gente esconde"...

Há rostos por trás dos números, há vidas, há luta, há sonhos. Há companheiros de caminhada: os amigos e os anônimos. E há a esperança teimosa do homem e da mulher empobrecidos da terra, nossa esperança, "água mole em pedra dura..." Se pudéssemos nomeá-los todos aqui e contar suas histórias...

Quem são eles desta vez? Da diversidade e profusão de dados acumulados pelo setor de documentação da CPT, em torno dos 485 conflitos ocorridos durante o ano, selecionamos alguns casos representativos que, ao longo do ano e pelas diferentes regiões, refizeram desta uma terra de violências.

Crueldade calculada

Fevereiro, Região Norte, município de Amapá, estado do Amapá Chacina da Família Magave

Dias 3/4 - Desconhecidos assassinam barbaramente cinco membros da família:

* **NADIR MAGAVE**, 92 anos, matriarca da família que viera para o lugar como pioneira, nos anos 50. Estava praticamente cega, obesa, locomovendo-se com dificuldade. É morta em seus aposentos, depois esquartejada na sala e enterrada em cova rasa, ao lado da casa.

* **IRACY MAGAVE**, 68 anos, dedicava-se integralmente à agricultura. A terra estava ficando menor, isolada, espremida entre grandes fazendas, na beira da BR-156. Com os irmãos, plantou roça nos limites com a fazenda do poderoso do lugar, Aderbal Távora. Um empregado desta fazenda havia tentado passar uma cerca por dentro da roça. Não deixaram. Iracy é morto quando trabalhava na casa de farinha. Seu corpo é abandonado e supõe-se tenha sido devorado pelos bichos.

* **ALCIDES MAGAVE**, 65 anos, enchia um pneu de bicicleta no quintal da casa. É morto a golpes

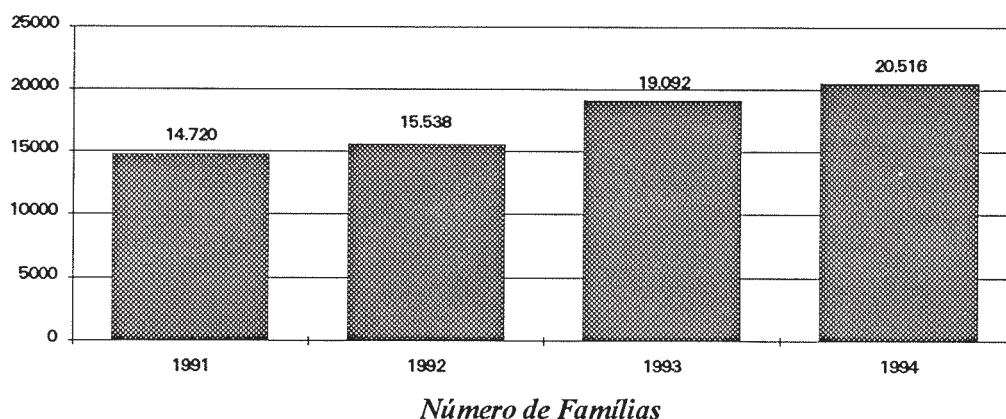
hectares conflitivos é vertiginosa: 74.1% (91/94), da casa dos sete para pouco menos de dois milhões; da média de 12.6 hectares por pessoa, em 91, para a média de 5.8, em 94. São dados da concentração; cada vez há menos terras em disputa, por proporcionalmente mais pessoas.

Em consequência, vem subindo gradativamente o número das ocupações de terra (119, 30 a mais que em 93) e das famílias ocupantes (20.516, 1.424 a mais que em 93). Inegavelmente, as ocupações se consolidam como forma eficiente de luta pela reforma agrária, expediente extremo de que dispõem os despossuídos da terra para conseguir um pedaço de chão. A repressão, cada vez mais célere, obriga a mudar a tática: não ficar na terra ocupada, trabalhá-la durante o dia, quando é possível, e depois voltar ao acampamento próximo.

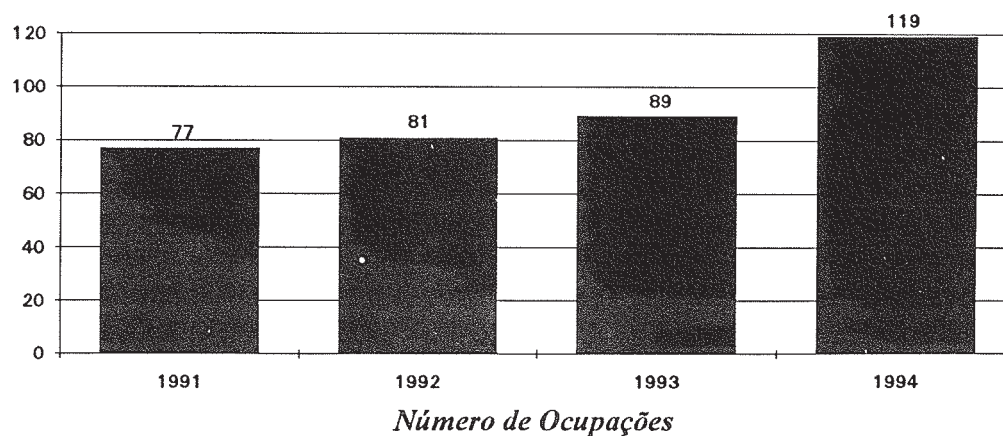
“Ocupar, resistir e produzir” parece a palavra de ordem definitiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de olho na tendência modernizante da agricultura.

Não se observa um perfil linear constante na localização das ocupações, a despeito da polêmica levantada pelos meios de comunicação de que visariam terras mais valorizadas. Elas se distribuem por todas as regiões do país, concentrando-se nos estados e áreas de maior oferta de terras improdutivas e/ou de maior contingente de lavradores sem terra, que a perderam e/ou não encontram trabalho nas modernas empresas agrícolas. Em 94, elas aconteceram mais no Nordeste (43, principalmente na Bahia, 11, em Pernambuco, 10 e no Rio Grande do Norte, 9). Não foram tantas no Sul (16) e no Sudeste (22, 16 só em São Paulo).

Ocupações de Terra (Comparativo 1991/1994)



Ocupações de Terra (Comparativo 1991/1994)



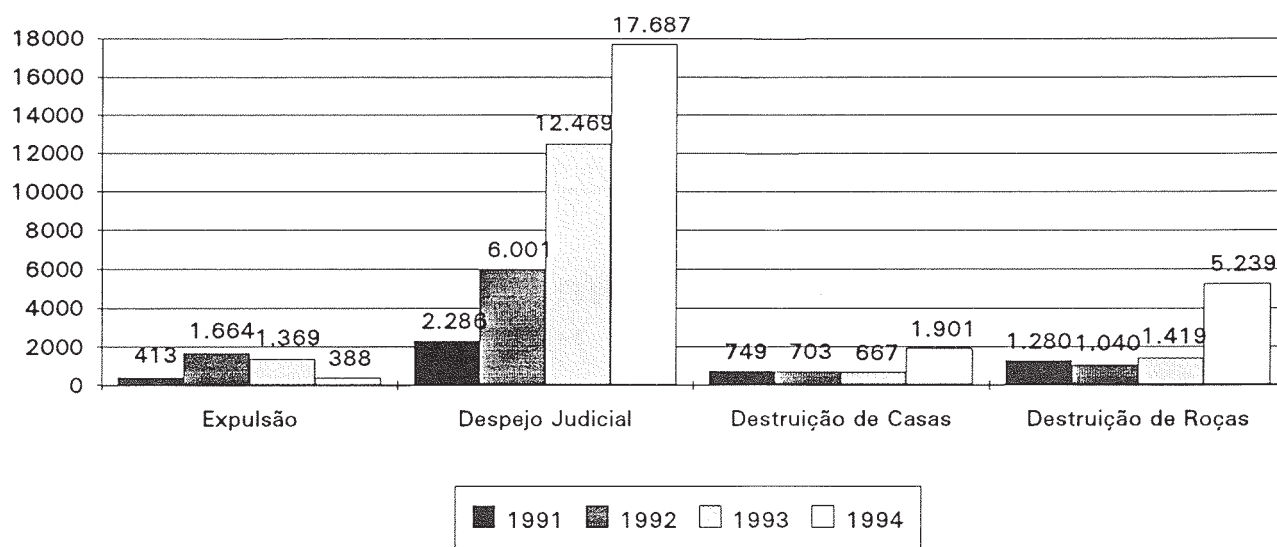


Vem dos conflitos pela posse também o aumento marcante das ameaças de morte a *padres* e/ou agentes da CPT: 19, em sete estados. Diretamente ligados à CPT, continuam ameaçados os *padres* - há vários anos na lista -, do Maranhão, Flávio Lazzarin, Claudio Bergamaschi e Francisco Chagas e, do Pará, Ricardo Rezende e Frei Henri des Roziers, advogado, condecorado "Cavaleiro da Legião de Honra", em 94, pelo presidente da França, em razão de sua atuação na defesa dos direitos humanos, no sul do Pará.

O expressivo aumento das destruições de casas (667 famílias vitimadas em 93 e 1.901 em 94), e principalmente de roças (1.419 famílias em 93 e 5.239 em 94), acompanha a retomada dos conflitos. Ocorreram mais no Nordeste (3.484 fa-

mílias vitimadas). A sanha destrutiva e apreensiva de instrumentos de trabalho, muitas vezes, se deu em ações "complementares", da polícia militar e/ou das milícias particulares, aos cada vez mais numerosos despejos judiciais (12.469 famílias em 93 e 17.687 em 94), enquanto decresce bastante o recurso dos fazendeiros e grileiros à expulsão (1.369 famílias em 93 e 388 em 94). Os estados onde mais ocorreram despejos foram: São Paulo (3.300 famílias), Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. Trocou-se a capa verde-oliva, que acobertava os crimes do latifúndio durante a ditadura, pela vetusta toga de juizes venais, servís das oligarquias agrárias. Como passamos a viver a "institucionalidade democrática", o "Estado de Direito", não fica bem a pura e simples, velha truculência... É preciso revesti-la com o verniz dos "trâmites legais". "Idéias fora do lugar"...

Violência contra Posse e Propriedade - famílias (Comparativo 1991/1994)



"Legalizar" as questões de terra não impede que juizes sejam, eles mesmos, demandantes de conflitos, protagonistas de atos explícitos de violência contra lavradores, como ameaças, queima de roças e destruição de casas. São os casos dos baianos Dr. Jefferson Alves de Assis, juiz de direito da vara crime distrital de Amaralina e Pituba, em Salvador, "grileiro" em Buritirama, e Dr. Justino Farias, juiz da comarca de Conceição de Feira, comandando repres-

são violenta contra ocupantes de terras devolutas, em Jacobina.

O número de pessoas envolvidas nos conflitos vem diminuindo, gradativamente, como já se avistava no final dos anos 80. Caiu 44.3%, em relação a 91⁷, e 21% em relação a 93. Os maiores contingentes foram no Paraná, em São Paulo, no Maranhão e na Bahia. Já a queda do número de

⁷ Comparamos a partir de 1991 porque nos anos anteriores eram computados conjuntamente os dados dos conflitos que envolviam a terra indígena, cujos critérios, tais como número de famílias e de hectares, devem ser diferentes. E nisto se especializa o CIMI - Conselho Indigenista Missionário, entidade co-irmã nossa, que anualmente também divulga seu relatório.

1. Quantos foram desta vez?

Em 1994, foram 485 conflitos: 379 de terra, 28 casos de trabalho escravo e 78 outros (trabalhistas, sindicais, de seca, de política agrícola). Foram assassinadas 47 pessoas, a grande maioria lavradores, sete lideranças. Estiveram envolvidas 308.619 pessoas. Nos conflitos de terra, 1.819.963 hectares foram disputados por 237.501 pessoas, numa média de 7.6 hectares por pessoa, 626 pessoas por conflito e 4.802 hectares por conflito.

As regiões mais conflituosas foram o Nordeste, em primeiro lugar, e o Norte, como sempre. E os estados foram a Bahia, o Tocantins, o Pará e o Maranhão, como sempre.

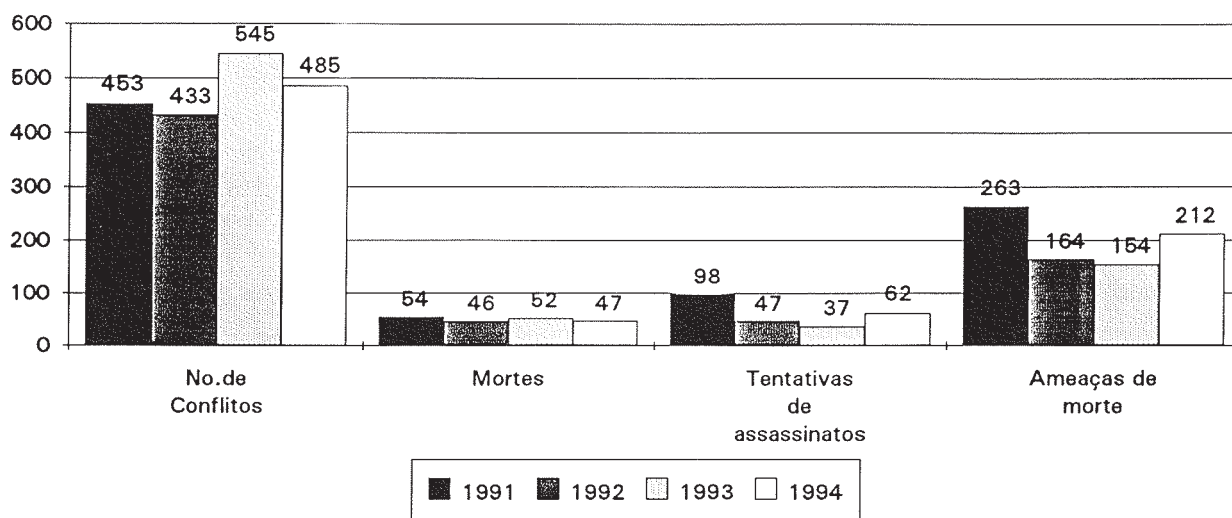
Se considerarmos que a elevação atípica do número de conflitos (545), em 1993, se deveu ao pique da seca do Nordeste, concluímos que o número de 485, em 94 - não obstante ser um ano eleitoral, que costuma arrefecer os ânimos latifundistas e encher de expectativas os lavradores, durante os meses de campanha - significou um recrudescimento dos conflitos no campo, em relação à tendência contrária dos anos anteriores. Levando em conta o fenômeno nordestino, percebe-se que, superior à alta relativamente pequena dos conflitos

pela terra - 18 a mais que em 92 e 93, mas na linha média de 91 -, é a subida do número dos casos chamados *outros* que mais eleva o número total de ocorrências. Esta é uma tendência dos anos 90 e reflete uma preocupação crescente dos lavradores com a produção, a comercialização, o crédito, o preço, etc.

Característicos dos conflitos pela terra, foram os acentuados aumentos das *tentativas de homicídios* (de 37 em 93 para 62 em 94) e das *ameaças de morte* (de 154 para 212). O número de assassinatos (47) manteve-se na linha média dos anos 90. A seguir os estados onde mais ocorreram. Assassinatos: Pará, 12; Maranhão, 8; Amapá e Mato Grosso, 5 cada. Tentativas: Pará, 27 e Maranhão, 18. Ameaçados: Maranhão, 58; Pará, 42; Paraíba, 23; Piauí, 22.

Mais que dobrou a quantidade de *posseiros* ameaçados de morte (45 em 93 e 103 em 94) e quintuplicou a de vítimas de tentativas de assassinatos (8 em 93 e 40 em 94). Vítimas fatais foram 15 posseiros (em 93, 17). A concentração fundiária avança sobre as terras de posse, intensificando a luta de sempre dos posseiros, freqüentadores menos assíduos dos jornais e TVs, cuja preferência é pelos sem terra.

Violência Contra a Pessoa (Comparativo 1991/1994)





decretando antes a Lei de Terras (1850), para impedir o acesso à terra aos “homens livres”. Talvez, por um “complexo de colonizado” nunca resolvido, importamos modernidades e tentamos acoplá-las a um reacionarismo prático, arraigado no cotidiano, sem nos desvencilhar do espírito patrimonialista e predador da Colônia, que cobiça ser metrópole. A idéia de Justiça e a de Cidadania, por exemplo, parecem vestes perfeitas que não nos caem bem, e que amarrotamos ao tentar disfarçar-nos com elas... Na verdade, insistimos em continuar sendo uma sociedade e uma cultura avessas à modernidade que se traduz por justiça efetiva, igualdade de direitos, cidadania de fato, antes que de direito, e de discursos empolados.

Em que pesem o esforço democratizante, todas as conquistas recentes dos movimentos sociais, a ação cidadã que se avoluma e as numerosas e

diversificadas iniciativas populares alternativas, na cidade e no campo (ver cap. 3), vivemos num autoritarismo que permanece hegemônico, no Estado, na sociedade e na cultura ⁶. A violência continua como forma extrema de permanente exclusão, de impedimento da cidadania, de produção incessante de brasileiros não-cidadãos.

Contudo, de “modernos” que julgamos ser, já nem somos mais um país agrário, com 70% da população nas cidades (ainda que muitas destas cidades sejam pouco mais que bairros rurais). Mas a violência - antes de migrar para o urbano, para os Carandirus e Candelárias, mais apavorante porque mais perto de nós, “modernos urbanóides” - persiste em nosso espaço agrário, se recria, se atualiza, se adequa, se refina, por sob as séries estatísticas ano a ano pouco alteradas, a não ser pelo acúmulo de mais números.

Conflitos no Campo

Quadro Comparativo (1989-1994)

	1991	1992	1993	1994
Conflitos de Terra				
N. de conflitos	383	361	361	379
Assassinatos	49	35	42	
Pessoas Envolvidas	242.196	154.223	252.236	237.501
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963
Trabalho Escravo				
N. de Conflitos	27	18	29	28
Assassinatos				
Pessoas Envolvidas	4.883	16.442	19.940	25.193
Ha Conflitivos				
Outros				
N. de Conflitos	43	54	155	78
Assassinatos	5	11	10	
Pessoas Envolvidas	307.123	15.331	118.952	45.925
Ha Conflitivos				
Total				
N. de Conflitos	453	433	545	485
Assassinatos	54	46	52	0
Pessoas Envolvidas	554.202	185.996	391.128	308.619
Ha Conflitivos	7.037.722	5.692.211	3.221.252	1.819.963

Legenda:

Outros Conflitos: Trabalhista, Questão de seca, Garimpo, Questão Sindical, Política agrícola

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional

* Pela hegemonia, na concepção de Gramsci, a dominação se interioriza nas pessoas, de modo que não sabem o que pensam; af. Marilena Chauí, *Conformismo e resistência*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 26.

ou

O cadáver no armário de cada um...

***E de guerra em paz, de paz em guerra,
todo o povo desta terra,
quando pode cantar, canta de dor.
Ô Ô Ô Ô Ô..¹***

Quando, em 21 de abril de 1500, das caravelas portuguesas se ouviu o grito "Terra à vista!", teve início uma longa e ininterrupta história de conflitos e violência em torno da terra no Brasil. Passaram-se séculos, mudaram-se os sistemas políticos e econômicos, os homens e as mulheres mudaram, mas a questão da terra continua fundamentalmente a mesma: sua concentração nas mãos de poucos gerando expulsão, injustiça, devastação, tortura, humilhação e morte.

Violência rural: revela-se a face bárbara de um país incivilizado. Da extração do pau-brasil aos "complexos agro-industriais", muito sangue tem jorradado sobre esta terra. A história das lutas camponesas no Brasil - escamoteada pela história oficial - é marcada por extrema violência repressiva, de genocídios, como o dos "índios" e o dos nordestinos na seca, e não poucas guerras e massacres, como em Canudos, Ferrabraz (Muckers), Contestado, Trombas e Formoso, Porecatu e Sudoeste do Paraná ². Hoje, Polícias Militar e Civil, milícias particulares, pistoleiros de aluguel são acionados, sem nenhum pudor, em defesa da propriedade privada da terra - intocável, absolutizada como base do poder -, contra quem ameace desconcentrá-la na prática. Até o trabalho escravo persiste e nos faz ver (surpresos?) o quanto temos sido os mesmos, desde os tempos coloniais. De nativos feitos "índios" e negros feitos escravos a lavradores feitos "posseiros", "sem terra" e "bóias-frias" - ontem e hoje tratados como não-cidadãos, senão como sub-humanos -, arrasta-se este triste país, cada vez mais arcado sob o peso dos mortos, sem se dar conta do mau cheiro.

A CPT faz 20 anos. Surgiu para apoiar e-vangelicamente (como isto é incompreendido!) as

vítimas dos conflitos agrários acirrados, nos anos 70, pelo avanço da modernização capitalista na agricultura, e acabou dando visibilidade política à guerra surda, incessante, que acontece no campo. Há 10 anos, ela publica o mesmo lúgubre relatório. À primeira vista, não diferem muito, ano a ano, os dados e números, e talvez também as causas. São altos e baixos da mesma anacrônica violência, de raízes econômicas e políticas, mas expressão de um "autoritarismo socialmente implantado" ³.

A violência no Brasil - a despeito do mito-ideologia do "homem cordial", fruto de um suposto entrosamento perfeito entre dominante e dominado, a "casa grande" e a "senzala" - é um fenômeno estrutural à sociedade, está enraizada no ethos social, entranhada em nosso modo "jeitoso" de ser. Muitas vezes exacerbada, persistente sempre, tornou-se corriqueira, banalizada; parece ter embotado nossa capacidade de indignação. Com muitas faces, nem sempre evidente, exercida de modo polivalente, nos espaços infinitesimais da vida cotidiana ⁴, a violência nossa de cada dia constitui um desafio à compreensão, maior ainda à superação.

O fato de ser uma maldita herança não nos poupa de responsabilidades, antes nos compromete, pela parte que cabe a todos e cada um na reprodução deste nosso ser ambigualmente violento. A omissão tipo "não é comigo", a prática da famigerada "lei de Gérson" - "o importante é levar vantagem em tudo, certo?!" - e a aprovação de atos violentos como a pena de morte, as chacinas e linchamentos, os maus tratos nas prisões e a repressão a grevistas e manifestantes, bem como a condescendência com pequenos delitos e até grandes crimes, são atitudes, cada vez mais comuns, que bebem no caldo de cultura do autoritarismo, temperado com individualismo ou falta de espírito coletivo.

Uma das melhores explicações do Brasil é a das "idéias fora do lugar" ⁵. Somos um país deslocado, onde pensamentos copiados não produzem comportamentos correspondentes, mas arranjos para o continuismo da ordem estabelecida. Tal como adotar as idéias liberais, sem abolir a escravatura,



¹ Canto das três raças, de Paulo Pinheiro e Mauro Duarte

² Ver José de S. Martins. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes. 1981.

³ Para P. S. Pinheiro, "autoritarismo socialmente implantado" é a interiorização dos métodos violentos ou sutis com que os grupos dominantes limitam a participação política da sociedade; cf. cit. por J.V. Tavares dos Santos, A cidadania dilacerada, in Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 37 (junho) 1993, p. 134.

⁴ Cf. J.V. Tavares dos Santos, ibid.

⁵ Cf. Roberto Schwarz, As idéias fora do lugar, in Ao vencedor as batatas, S. Paulo, Duas Cidades, 1988.

1 A violência nossa de cada dia

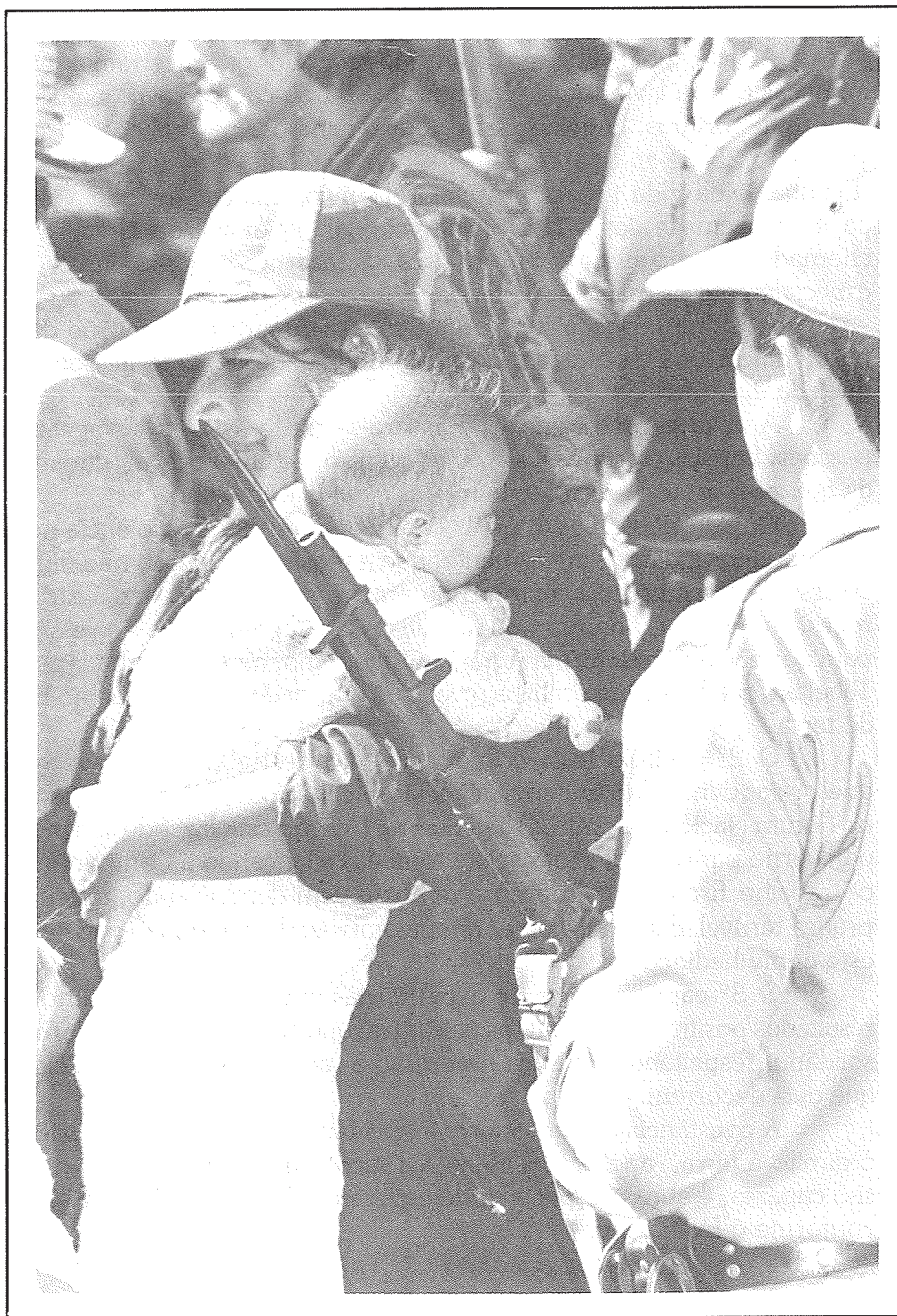


Foto: Ronaldo Bernardi

Colonos saem da Fazenda Santa Rita

Apresentação

A CPT está completando 20 anos de serviço ao homem do campo. A história desses anos, inclui o empenho em promover e garantir a dignidade da pessoa humana nas áreas rurais do Brasil e a dolorosa constatação da violência que marca os conflitos agrários.

A cada ano, a CPT tem oferecido relatórios que mostram a realidade das graves injustiças contra lavradores, obrigados até a trabalho escravo, expulsos de suas terras, vítimas de torturas, humilhações e de assassinatos.

A 25 de março de 1995, João Paulo II, em sua Carta encíclica sobre o "Evangelho da Vida", reafirma o valor da inviolabilidade de toda a vida humana. A luz da mensagem de Jesus Cristo que veio "anunciar a Boa Nova aos pobres", somos chamados, como discípulos de Jesus, a fazermos-nos próximos de cada homem, especialmente os mais necessitados.

A "cultura da vida" opõe-se à "cultura da morte". É missão da igreja contribuir para edificar uma sociedade, na qual a dignidade de cada pessoa seja reconhecida, tutelada e promovida.

A ação constante da CPT insere-se neste esforço evangélico em defesa das pessoas, famílias e grupos, vítimas no campo, de ameaças, injustiças e violência, a fim de que possam ter condições humanas de vida e trabalho.

O relatório de 1994, no 1º capítulo, apresenta a "violência nossa de cada dia": 485 conflitos indicam, infelizmente, que a tensão no campo não diminuiu. Houve 47 assassinatos e cresceu o número de ameaças de morte, das destruições de casas e roças. Aumentou o número de famílias que ocupam terras e pressionam o Governo para que não adie a Reforma Agrária. O Judiciário, não raro, protela as desapropriações. Tabelas e quadros comparativos revelam a gravidade e a extensão no Brasil dos conflitos de terra.

O 2º capítulo trata do agravamento do trabalho escravo e da impunidade, apesar das denúncias, até em instâncias internacionais. A sociedade civil representada no Fórum Nacional Contra a Violência no Campo está fazendo sua parte, pressionando o governo para que medidas sejam tomadas e lançando a Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo. A imprensa também vem denunciando, sistematicamente, esta prática terrível. É lamentável, porém, a omissão do Estado em não coibir, com firmeza, este crime hediondo.

O 3º capítulo parte de experiências que estão dando certo e mostra alguns resultados positivos dos conflitos pela terra, que apontam para um projeto de sociedade solidária, respeitando a justiça no acesso à terra, no exercício da cidadania e direitos que dela decorrem.

A constância dos lavradores e suas famílias e dos que os auxiliam em assegurar o direito à terra, -apesar dos inúmeros sacrifícios, - revela a união e coragem de que são capazes, e abre perspectivas de esperança de uma sociedade solidária e fraterna, conforme o Evangelho.

Dom Luciano Mendes de Almeida
Presidente da CNBB



Índice

Apresentação	5	6. A educação a serviço da cidadania	36
Capítulo 1 - A violência nossa de cada dia	6	7. Grito da Terra Brasil: contra a fome e a miséria - pelo emprego	36
1. Quantos foram desta vez?	9	Sementes de um novo Projeto na Terra	37
Crueldade Calculada	12	Romaria da Terra faz o povo reunir	39
A UDR acabou?	13	Mapa:	
Plantar para não colher? ou Para que serve uma enxada?	14	Rota da escravidão	23
O ouro e o choro	16	Tabelas:	
A vez na terra pode ser a vez da morte	17	Quadro geral comparativo	8
Estranhas ocupações e grupos de extermínio	17	Violência contra a Pessoa	9
Para concluir	19	Violência contra Posse e Propriedade	10
Crônica de muitas mortes anunciadas	20	Gráficos:	
Capítulo 2 - Os escravos no Brasil	22	Trabalho escravo - nº de casos	26
1. Rota da escravidão	24	Trabalho escravo - nº de pessoas escravizadas	27
2. Violência	24	Ocupações de Terra	11
3. "Sem fantasia"	26	Listas:	
4. Ações e omissões	27	Casos de Trabalho Escravo - Brasil 1994	31
4.1. No exterior	27	Violência contra a Pessoa	40
4.2. No Brasil	28	Violência contra Posse e Propriedade	41
5. Diferenças e exoneração	29	Ocupações de Terra	43
6. Campanha contra o trabalho escravo	30	Assassinatos no Campo - Brasil 1994	47
Trabalho Escravo no Mato Grosso do Sul	32	Tentativas de Assassinatos - 1994	49
Capítulo 3 - Cidadãos da Terra: lutas, sonhos e projetos	33	Ameaçados de Morte - 1994	51
1. Quando o sonho vira realidade	34	Fontes de pesquisa 1994	61
2. Negro entooou ...	34	CPT no Brasil	63
3. A união faz a força	35	Comissão Pastoral da Terra	65
4. A luta dos Ribeirinhos pela preservação da região amazônica	35	Nossos Critérios de Trabalho	66
5. "Se Deus quiser, vou contar uma história"	36	Expediente	68

Dedicatória

P ara a menina Patrícia,
 quatro anos...
 que é posta de pé
 todos os dias,
 às quatro da manhã
 e peneira café
 para não peneirar fantasia.

O que dizer de um país
 de crianças sem fantasia,
 atadas à peneira,
 à pluma do algodão
 na hora da colheita,
 atadas ao carvão hoje
 que ontem era cerrado e promessa?

Para
 Da. Gertrudes,
 do lago Cucuiari, Amazonas,
 filha das águas,
 mulher,
 mãe dos homens,
 mãe de águas novas
 de peixe e de pão,
 mãe da coragem,
 das bocas unidas
 no grito dos pescadores.



FOTO: André Brant - Correio Braziliense

CONELITOS NO CAMPO



BRASIL 94



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA